

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO**

**“COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?”  
O ACESSO E PERMANÊNCIA DE BENEFICIÁRIAS/OS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Eric Gamaliel dos Santos Vieira**

**CACHOEIRA, BAHIA  
2020**

**“COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?”**  
**O ACESSO E PERMANÊNCIA DE BENEFICIÁRIAS/OS DO**  
**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Eric Gamaliel dos Santos Vieira**  
Psicologia  
FASB, 2010

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira  
**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Georgina Gonçalves dos Santos

**CACHOEIRA, BAHIA**  
**2020**

---

V658 Vieira, Eric Gamaliel dos Santos.

Como é que pobre faz Universidade?: o acesso e permanência de beneficiárias/os do Programa Bolsa Família na Educação Superior. / Eric Gamaliel dos Santos Vieira. Cachoeira, BA, 2021. 150f., il.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira  
Coorientação: Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Bahia, 2021.

1. Ensino Superior e Estado . 2. Programa Bolsa Família (Brasil).  
3. Brasil - Política Social. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 379.260981

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.  
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO

**“COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?”**  
O ACESSO E PERMANÊNCIA DE BENEFICIÁRIAS/OS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de  
Eric Gamaliel dos Santos Vieira

Aprovada em 04 de Dezembro de 2020

“P/ Maria Inês Coetano Ferreira”

Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira – UFRB

– Orientador



Prof. Dr.ª Georgina Gonçalves dos Santos – UFRB –  
Coorientadora



Prof. Dr.ª Dyane Brito Reis Santos – UFRB

Prof. Dr. Clovis Roberto Zimmermann – UFBA

## DEDICATÓRIA

*À minha mãe, minha véia... Olívia Maria dos Santos Vieira (in memoriam). Aquela que gerou a vida, que comigo gestou tantos sonhos e que me deu todo apoio nesta trajetória do mestrado, ainda que frágil e com saudades me abençoava a cada despedida... e que partiu antes de finalizado este ciclo, para continuar sendo luz em meus caminhos, com a ancestralidade que me sustenta. Desde a minha graduação ela era a presença constante: ficava acordada até tarde para fazer o café enquanto eu estudava madrugada afora, levantava bem cedo pra me acordar e de tanto que fazia, dizia: “Quando você formar eu tenho que ganhar um diploma também”. Pois bem! Lhe dedico, com todo aFÉto, o resultado daquilo que tanto me ajudou a zelar.*

## AGRADECIMENTO

Ao meu pai, através do qual agradeço a toda minha família, que com suas singularidades, paciência e persistência, foi sempre apoio na minha trajetória, ainda que não sabido. Não somente neste percurso do mestrado, das idas e vindas, mas de todo o meu processo de formação que dependeu, sempre e constantemente, dos esforços de meus pais, incentivos dos irmãos, apoios de pessoas que são presença e segurança em meus dias...

Às minhas “cumades”, através das quais agradeço a todas as minhas amigas e amigos, por serem pessoas que me transmitem a fé, cuidado e incentivo nos momentos incertos. Mas que também criaram espaços para o descanso, a leveza e a distração quando a mente apertava e era necessário espair e extravasar.

Às amigas e professoras da rede pública de Baianópolis, Dalviene e Marleide, mulheres cheias de “sabedoria” que desde sempre foram pra mim grandes referências na construção de saberes e na reconstrução de vidas, através das quais agradeço a todas as pessoas da minha amada terrinha, que acreditam que dentre os filhos seus podem surgir novos profissionais comprometidos com a identidade e trajetória dos seus conterrâneos...

Aos Professores Doutores, Antônio Eduardo e Georgina, orientadores que me deram liberdade para produzir e suporte para fazer e refazer o que fora necessário no processo... Através dos quais agradeço a todo o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB, pelas trocas de saberes, pelas vivências e pela tolerância na construção do aprendizado.

À minha colega e amiga de turma Karine, que além das partilhas e aprendizados em sala de aula, muito me ensinou nas prosas na beira do Rio Paraguaçu e me acolheu em seu canto, juntamente com Doraliza, sempre com tamanha preocupação e cuidado para que eu não ficasse desamparado longe de casa. Através dela, agradeço a todas/os as/os colegas de turma que me proporcionaram espaços tão ricos, de uma aprendizagem que nos faz, além de mestres, companheiros em uma jornada construída sempre com afeto, café e festa.

Ao amigo e contemporâneo do mesmo Programa de Pós-Graduação da UFRB, Mailson Pereira, que desde antes de eu imaginar adentrar ao Mestrado, já me atualizava de todos os processos seletivos existentes na área que ele sabia me interessar. Através dele, agradeço a todas as pessoas que contribuíram nas minhas leituras, escritas, pesquisa de campo, produções, revisões... em todos estes processos ora sofríveis, ora felizes, mas necessários para bem chegar até aqui.

À amiga e companheira de militância, Michele Vieira, que em partes desse processo dividiu comigo a casa, a comida, a rotina de estar em tantos cantos. Através dela, agradeço a todas as pessoas que abriram suas portas, arrumaram uma cama, prepararam uma comida durante estes tempos fazendo sempre reverberar a canção: “Amigo é casa”.

À colega de profissão Vandreia Moreno Mendes de Carvalho, através da qual agradeço a todas as pessoas envolvidas em espaços de gestão e execução da Política de Assistência Social, nas diferentes esferas, as quais contribuíram significativamente para que eu pudesse executar minha Pesquisa de Campo, Documental, ou mesmo viabilizaram uma rotina de trabalho intercalada com as atividades acadêmicas, possibilitando a execução de todas as etapas deste estudo.

Ao meu companheiro Deivid Santos, pela parceria, incentivo e cuidado, desde a companhia no banco da rodoviária em dias de partida, nas conversas à distância que aproximavam e amenizavam as saudades dos meus, até os abraços para descansar das tensões na chegada. Através dele agradeço a todas as pessoas que foram companheiras, de verdade, nestes tempos em que, distante de casa, com todas as preocupações, abdicções e até mesmo nas perdas, foram o aconchego, o abraço e o colo necessários.

À Ingrid Barbosa, jovem negra, transexual, acadêmica do curso de pedagogia da UNEB, que me presenteou com fortes e emocionantes depoimentos na Entrevista Piloto (que não faz parte da análise desta produção) em preparação para a Pesquisa de Campo. Através dela, agradeço a todas as pessoas que participaram desta pesquisa, bem como àquelas tantas que não puderam ou não se dispuseram a contribuir, pelas tantas intercorrências. São, certamente, pessoas cheias de sonhos e força, que buscam nas adversidades e nas oportunidades, (re)construir trajetórias e mostrar como é que pobre faz universidade.

Ao Deus dos pobres e marginalizados, através do qual agradeço a todas as forças sagradas que me possibilitaram realizar este sonho, que me deram forças para a labuta de cada dia, sobretudo nos momentos em que o cansaço, as perdas e as agonias tensionavam a desistência... que cuida(ra)m dos meus caminhos, que se fizeram presentes desde as belezas naturais do caminho, até os corpos que acolhiam no aFÉto. Que me possibilitaram experiências tantas e contínuas, percebendo que dEUs é a manifestação da vida, do sonho e da luta.

Onde se pede, se agradece...

A tudo, por tudo, em tudo... GRATIDÃO!

Na ternura e na resistência...

## EPÍGRAFE

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta (FREIRE, 2007, p. 109).

## **“COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?”: O ACESSO E PERMANÊNCIA DE BENEFICIÁRIAS/OS DO BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

### **RESUMO**

Este estudo pretende refletir sobre fatores sociais, políticos, econômicos e subjetivos que permeiam a história de pessoas empobrecidas no acesso às políticas públicas, analisando elementos que interferem nas trajetórias dos sujeitos que buscam mecanismos para ingressar e permanecer na Educação Superior. Para tanto, a Pesquisa se debruça inicialmente sobre a revisão de bibliografias acerca de conceitos e dados relacionados às situações de pobreza, bem como à organização das Políticas Sociais e Programas de Transferência de Renda, mais enfaticamente o Programa Bolsa Família, bem como à Educação Superior. O estudo desemboca, portanto, na análise das trajetórias de pessoas empobrecidas, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família e estudantes universitárias em um Município do Oeste da Bahia, tendo como objetivo verificar as condições de acesso e permanência destas à Educação Superior. Destaca-se que, ao mesmo tempo em que muitas leis, políticas e ações são implantadas e implementadas no país com a finalidade de corrigir falhas históricas no que diz respeito à negação de direitos, a exemplo das ações afirmativas ou de programas de transferência de renda, existem ainda algumas práticas que limitam o acesso das classes mais pobres a espaços de participação e poder, reforçando a marginalização e a desigualdade social, reproduzindo assim os ciclos de empobrecimento. Compreende-se, com os achados da Pesquisa, que embora ainda existam fatores que dificultem o acesso e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior, tanto o programa de transferência de renda quanto o programa de assistência estudantil são avanços nesta seara, que somados às redes de solidariedade possibilitam a transformação de trajetórias marcadas pela exclusão e pelo contínuo esforço para superação das desigualdades. Neste bojo, a pesquisa traz além das reflexões sobre estudos, mecanismos e estratégias para acessar políticas públicas, os sonhos, incertezas e projetos de vida daquelas/es que oferecem, através da narrativa de suas experiências e trajetórias um caminho para a compreensão de como pessoas pobres fazem universidade.

**Palavras-chave:** Desigualdades; Políticas Públicas; Transferência de Renda; Trajetórias.

## **“HOW DOES POOR MAKE UNIVERSITY?”: THE ACCESS AND STAY OF BENEFICIARIES OF THE FAMILY GRANT IN HIGHER EDUCATION.**

### **ABSTRACT**

This study intends to reflect on social, political, economic and subjective factors that permeate the history of impoverished people in accessing public policies, analyzing elements that interfere in the trajectories of the subjects who seek mechanisms to join and remain in Higher Education. Therefore, the Research focuses initially on the review of bibliographies on concepts and data related to situations of poverty, as well as the organization of Social Policies and Income Transfer Programs, more emphatically the Family Grant Program, as well as Higher Education. The study ends, thus, in the analysis of the trajectories of impoverished people, who are beneficiaries of the Family Grant Program and university students in a municipality in the West of Bahia, with the objective of verifying the conditions of access and permanence of these to Higher Education. Highlight that, at the same time that many laws, policies and actions are deployed and implemented in the country in order to correct historical failures with regard to the denial of rights, such as affirmative actions or income transfer programs, there are still some practices that limit the access of the poorest classes to spaces of participation and power, reinforcing the marginalization and social inequality, thus reproducing cycles of impoverishment. It is understood, with the findings of the Research, that although there are still factors that hinder the access and permanence of impoverished people in Higher Education, both the cash transfer program and the student assistance program are advances in this ground, which added to the networks of solidarity enable the transformation of trajectories marked by exclusion and the continuous effort to overcome inequalities. In this context, the research brings, in addition to reflections on studies, mechanisms and strategies to access public policies, the dreams, uncertainties and life projects of those who offer, through the narrative of their experiences and trajectories, a path for understanding how poor people go to university.

**Keywords:** Inequalities; Public policy; Income Transfer; Trajectories

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EAD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
NIS	Número de Identificação Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

<b>Figura 1</b> - Famílias Inscritas no Cadastro Único.....	26
<b>Figura 2</b> - Famílias inscritas no Cadastro Único em situação de pobreza e extrema pobreza.....	27
<b>Figura 3</b> - Pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil.....	27
<b>Figura 4</b> - Quantitativo de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil, em 2018 .....	28
<b>Figura 5</b> - Quantitativo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil de 2017 a 2020 .....	48
<b>Figura 6</b> - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na Bahia.....	50
<b>Figura 7</b> - Número de estudantes na graduação no ano de 2018 .....	64
<b>Figura 8</b> - Número de estudantes da Educação Superior por modalidades de ensino .....	64
<b>Quadro 1</b> - Classificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.	25
<b>Quadro 2</b> - Panorama da Educação no Município - IBGE (2020).....	30
<b>Quadro 3</b> - Resultado dos contatos com as pessoas da lista disponibilizada pela Gestão do Programa Bolsa Família do município .....	84
<b>Quadro 4</b> - Resultado dos questionários aplicados .....	87
<b>Quadro 5</b> - Perfil das/os participantes da entrevista .....	91

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1.1 – O Pesquisador: uma trajetória que (re)significa a pesquisa</b> .....	16
<b>1.2 – Estrutura da Dissertação</b> .....	19
<b>2 – AS INTERFACES DA POBREZA</b> .....	22
<b>2.1 – Situando o contexto da Pesquisa</b> .....	30
<b>2.2 – Questões de Raça e Gênero como interfaces da pobreza</b> .....	34
<b>3 – POLÍTICAS SOCIAIS: estratégias para redução das desigualdades</b> .....	40
<b>3.1 – Os programas de transferência de renda no combate à pobreza</b> .....	40
<b>3.2 – As Políticas de acesso e permanência na Educação Superior</b> .....	60
<b>4 – O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	78
<b>4.1 - A Definição do Público-alvo</b> .....	81
<b>4.2 - A Entrevista Compreensiva</b> .....	89
<b>5 – DO BOLSA FAMÍLIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: analisando dados, relatos e trajetórias</b> .....	92
<b>5.1 – A trajetória de Joana: “<i>Sim, eu vim de zona rural, uma pessoa da roça e consegui chegar no ensino superior!</i>”</b> .....	94
<b>5.1.1 – O ACESSO: estratégias e oportunidades para chegar à Universidade</b> .....	97
<b>5.1.2 – A PERMANÊNCIA: Desafios e possibilidades para manter-se na universidade</b> .....	101
<b>5.1.3 – COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?</b> .....	106
<b>5.2 – A trajetória de José: “<i>O sistema apoiava só os que tinha mais dinheiro, só os ricos, hoje a faculdade é para o pobre também</i>”</b> .....	109
<b>5.2.1 – O ACESSO: estratégias e oportunidades para chegar à Universidade</b> .....	110
<b>5.2.2 – A PERMANÊNCIA: Desafios e possibilidades para manter-se na universidade</b> .....	114
<b>5.2.3 – COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?</b> .....	117
<b>5.3 – A trajetória de Maria: “<i>Não é só das escolhas... são as oportunidades que aparece pra pessoa...</i>”</b> .....	122
<b>5.3.1 – O ACESSO: estratégias e oportunidades para chegar à Universidade</b> .....	124
<b>5.3.2 – A PERMANÊNCIA: Desafios e possibilidades para manter-se na universidade</b> .....	127
<b>5.3.3 – COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141
<b>APÊNDICE A - Questionário de identificação do perfil de beneficiários do Bolsa Família no ensino superior</b> .....	149
<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista</b> .....	150
<b>APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	151

## 1 – INTRODUÇÃO

Este estudo pretende observar a realidade de estudantes universitárias/os de instituições públicas e privadas residentes em um município da Região Oeste da Bahia beneficiárias/os do Programa Bolsa Família – PBF, no entendimento de que estas pessoas encontram-se em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, uma vez que o referido programa é destinado a famílias com este perfil, e o fato de estarem vinculadas a uma instituição de Educação Superior as configura como uma parcela específica da população pobre, historicamente excluída de vários segmentos das políticas públicas que passam a acessar bens e serviços outrora inacessíveis a este público. Assim, busca-se entender o processo de estruturação das Políticas Públicas, com foco nos programas de transferência de renda e políticas afirmativas, bem como o processo de construção das trajetórias e subjetividades destes sujeitos, dado o contexto de exclusão e vulnerabilidade em que estão inseridos.

Cabe aqui ressaltar a importância do contexto ao qual aplica-se a pesquisa, com fulcro nos processos que demarcam a construção das identidades dos sujeitos envolvidos, por entender que as estruturas sociais, econômicas e políticas são determinantes em suas trajetórias, assim como a implantação e implementação de novas políticas possibilitam a transformação da realidade social destes sujeitos. Faz-se necessário, portanto, ater-se ao contexto de fragilidade econômica que afeta as referidas famílias beneficiárias de programas sociais, bem como as identidades destes sujeitos, observando quais caminhos estes percorrem para conseguir adentrar e permanecer no universo da educação superior, cenário ainda tão novo e desafiador às classes mais pobres.

É importante, pois, refletir como as questões de gênero, raça e classe social estão correlacionadas ao processo de acesso e permanência de beneficiárias/os de programas sociais à Educação Superior e, assim, ampliar o foco do debate e debruçar-se sobre a análise de tantos outros elementos que interferem no processo de emancipação dos sujeitos que necessitam acessar as políticas públicas de educação superior e que podem subsidiar-se a partir dos programas de transferência de renda como mecanismos de garantia de direitos.

## 1.1 – O Pesquisador: uma trajetória que (re)significa a pesquisa

Considero importante discorrer aqui sobre alguns aspectos da minha trajetória – o Pesquisador – antes do início da pesquisa, de fato – situando-me neste contexto que significativamente implica nos arremates desta costura, justamente para uma compreensão de que o universo deste estudo já se delineava pelas vivências pessoais e acadêmicas, bem como na atuação profissional, cujos elementos são aqui destacados.

Filho de um Servidor Público e de uma Dona de Casa e Lavradora, o último dos quatro filhos desta união, tive talvez a sorte, ou a oportunidade, de ter uma condição socioeconômica que, apesar de limitada em alguns aspectos, fora favorável em outros, bem como o acesso a políticas públicas e a referência familiar que me possibilitaram um percurso confortável ao longo da minha vida escolar em Baianópolis que, muito embora seja uma cidade interiorana, a mais ou menos mil quilômetros da capital baiana, na época em que eu me encontrava em idade escolar, já garantia acesso às políticas educacionais básicas. Da pré-escola até o ensino médio, cursado integralmente em escolas da Rede Pública, pude construir uma boa relação com os livros e, nas tantas outras experiências em minha terra, nas viagens e militâncias nas Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais da Juventude, pude construir tantos outros saberes populares. Isso tudo me impulsionou a cursar o Ensino Superior. Mas, no início dos anos 2000, ingressar na Universidade ainda era uma realidade pouco presente entre os meus colegas e conterrâneos. Havia apenas o *campus* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, com apenas três cursos presenciais (Pedagogia, Engenharia Agrônômica e Ciências Contábeis), inclusive à qual prestei vestibular por duas vezes, sem aprovação, dadas as poucas condições ante a tamanha concorrência. Além desta instituição pública, havia duas instituições particulares, no entanto, à época, as condições financeiras da minha família não eram condizentes com um curso particular (e talvez não fosse a minha pretensão, nem a prioridade dos meus pais financiar um curso superior).

Neste íterim, surgiu o Programa Universidade Para Todos – PROUNI que, em sua primeira edição, no ano de 2005, viabilizou o meu ingresso no curso de Psicologia na Faculdade São Francisco de Barreiras. Foram cinco anos de curso (diurno) morando em Baianópolis e me deslocando diariamente para Barreiras, conciliando com a vida de docente na rede pública, dentre outras atividades paralelas para

conseguir manter as despesas da faculdade, que como é sabido (e este estudo aponta) são muitas, mesmo para um aluno bolsista. Durante este processo e em sua conclusão, pude perceber o quão difícil fora adentrar ao Ensino Superior e o quão (mais) difícil permanecer, principalmente para mim, para minhas duas colegas também bolsistas e para aquelas que não tinham o privilégio de se dedicar exclusivamente aos estudos. Neste contexto acrescento a militância junto às Pastorais da Juventude do Brasil na opção preferencial pelas pessoas marginalizadas e empobrecidas, bem como no protagonismo de outros movimentos populares, os quais contribuíram significativamente para minha formação humana, política e, por que não dizer, profissional, uma vez que fui aprimorando neste percurso o olhar para as realidades de tantas pessoas com privação de direitos e alijados em seus sonhos e projetos pela ausência de políticas públicas. Revendo esta minha trajetória – que não se difere de tantos outros – talvez entenda que o campo de pesquisa já ia se delineando.

Graduado em Psicologia, iniciei minha atuação no Serviço Público em julho de 2010, já atuando como Técnico de Referência de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, onde passei a ter contato direto com demandatárias/os de programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência Social, principalmente beneficiárias/os do Programa Bolsa Família que são, pelos critérios preestabelecidos, pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. Algumas delas apresentavam também vínculos familiares, comunitários e sociais bastante fragilizados, acrescidas de outras tantas situações de vulnerabilidade e risco social. Mais recentemente passei a atuar na Gestão desta Política, como Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social, entre os anos de 2017 e 2020, onde pude acompanhar mais de perto o processo de gestão destes programas e serviços, inclusive do próprio Bolsa Família, percebendo mais de perto algumas demandas, entraves e avanços na execução dos programas sociais e de transferência de renda.

Desde a atuação como Técnico de Referência, acompanhando mais diretamente as famílias e indivíduos, até as intervenções junto à Gestão desta Política Pública, me incomodou sobremaneira três elementos relacionados aos programas de transferência de renda: Um primeiro diz respeito à própria situação de pobreza e dificuldades de acesso a tantos direitos básicos, que deixa as pessoas alijadas em seus projetos de vida, sem muitas perspectivas e possibilidades de mudança de trajetórias. Para as/os adolescentes e jovens, esta é uma situação por vezes frustrante

e desanimadora. Um segundo elemento está relacionado com as dificuldades de aplicabilidade das normativas, teorias e premissas dos Programas Federais. Às vezes não se consegue efetivar o que está previsto no escopo do Programa Bolsa Família, por exemplo. E um terceiro elemento – e talvez aquele que mais provocou meu interesse para debruçar-me sobre o tema – os preconceitos e culpabilizações em relação aos beneficiários dos programas de transferência de renda. Há uma concepção de que a situação de pobreza e as mazelas sociais decorrentes desta situação são responsabilidade e culpa da própria pessoa. O pobre e a pobreza são as causas da criminalidade e caos urbano. Não é estranho se observar a manifestação e reprodução de discurso com este teor entre trabalhadoras/es e gestoras/es da política de assistência social ou pelas/os próprias/os beneficiárias/os.

De um modo geral, as vivências teórico-práticas no campo da Psicologia Social e Comunitária, bem como na gestão da Política de Assistência Social, sobretudo no acompanhamento dos programas, projetos e serviços que visam à emancipação das/os demandatárias/os, me estimularam a investigar a trajetória social e educacional deste público, na efetivação dos direitos. Interessava-me principalmente acompanhar, desde muito cedo, as trajetórias de adolescentes e jovens que, apesar das poucas oportunidades que de fato tiveram, ousaram elaborar e efetivar projetos de vida com vistas à emancipação para uma tentativa de romper com os ciclos de pobreza e exclusão vividos por suas famílias.

Em 2017 durante a Especialização em Docência Universitária debruicei-me um pouco mais sobre esta temática, na tentativa de compreender o contexto de inserção dos beneficiários do Bolsa Família na Educação Superior. Este estudo preliminar me possibilitou importantes reflexões sobre os muitos desafios postos, sobretudo, às/aos jovens acadêmicas/os, que em seus depoimentos retrataram a realidade de tantas/os outras/os jovens e adultos empobrecidos, cujos caminhos são tão árduos e desafiadores. À época, de modo ainda limitado, foi possível identificar uma relação entre a utilização da renda do Programa Bolsa Família para o acesso e a permanência na Universidade. E isso muito me levou a concluir que as estratégias destas populações poderiam ir além do que preveem, originalmente, as ações do próprio Bolsa Família (VIEIRA, 2017).

Assim, buscando avançar um pouco mais nesta seara, a pesquisa do Mestrado se propõe a ampliar o foco. Busca se debruçar em uma análise sobre elementos que podem interferir no processo de emancipação dos sujeitos que necessitam acessar

as políticas públicas de educação superior e que podem subsidiar-se a partir dos programas de transferência de renda como mecanismos de garantia de direito, olhando para os contextos de fragilidade econômica, mas também para tantos outros aspectos políticos, humanos e subjetivos que afetam as referidas famílias, observando quais caminhos estas pessoas percorrem para conseguir adentrar e permanecer no universo da educação superior.

Considera-se que o estudo desta realidade pode proporcionar reflexões e resultados importantes que contribuam para o aperfeiçoamento de fluxo das políticas para o acesso aos bens públicos, inclusive, à educação superior. Há, portanto, que se problematizar esta realidade, ampliar o foco e debruçar-se sobre a análise dos elementos que interferem no processo de emancipação dos sujeitos que necessitam acessar as políticas públicas de educação superior e que podem subsidiar-se a partir dos programas de transferência de renda como mecanismos de garantia de direitos.

Problematizando a pesquisa, partimos do pressuposto de que os entraves para que pessoas empobrecidas acessem e permaneçam na Universidade são ainda persistentes, mas também são bastante evidentes avanços que permeiam este contexto, seja na ampliação e democratização das políticas sociais e educacionais, seja na intensidade com que pessoas empobrecidas se dedicam a reconstruir trajetórias para superação das desigualdades.

Destarte, esta pesquisa busca compreender, como questão central, em que medida os programas sociais e de transferência de renda contribuem para que pessoas empobrecidas possam acessar e permanecer na Universidade. Para tanto, destaca-se com objetivo geral a análise de condições de acesso e permanência de beneficiárias/os do Programa Bolsa Família ao Ensino Superior e, de modo mais específico, busca-se: refletir sobre aspectos políticos, econômicos e subjetivos que demarcam a trajetória de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza; explanar sobre a expansão das Políticas Públicas, Programas de Transferência de Renda e Políticas da Educação Superior e; analisar as condições de acesso e permanência das/os beneficiárias/os do Bolsa Família nas instituições de Ensino Superior de um Município da Região Oeste da Bahia.

## **1.2– Estrutura da Dissertação**

Buscando sistematizar os estudos e resultados da pesquisa, esta produção está dividida em quatro capítulos – além da introdução e conclusão, que compõem o

primeiro e último capítulos, respectivamente. Os demais capítulos estruturam-se da seguinte forma:

No segundo capítulo busca-se uma contextualização sobre as situações de pobreza que demarcam a vida de grande parte da população brasileira e, conseqüentemente, implicam na trajetória dos sujeitos desta pesquisa. Destacam-se, portanto, os cenários nacionais, regionais e local, a fim de compreender como as desigualdades estão, historicamente, presentes em nossas realidades definindo os percursos, perspectivas e (im)possibilidades, com atenção aos marcadores de raça e gênero e tantos outros elementos determinantes nestas trajetórias.

No terceiro capítulo discorre-se sobre a expansão das Políticas Públicas, enquanto alternativas de superação das desigualdades e rompimento dos ciclos de pobreza, destacando-se os Programas de Transferência de Renda e, mais enfaticamente, a implantação e implementação do Programa Bolsa Família no Brasil, o qual tem se configurado como uma alternativa para corrigir falhas históricas como sendo destaque dentre os programas de transferência de renda em combate às situações de marginalização e a desigualdade social, perpassando pelas críticas que são direcionadas ao Programa Bolsa Família, bem como os principais avanços identificados neste campo, sobretudo no que concerne ao enfrentamento à pobreza e ampliação do acesso aos bens e serviços. Além disso, este capítulo destaca o processo de estruturação da Educação Superior no Brasil, as políticas afirmativas e como apresentam-se alternativas para que as populações empobrecidas possam acessar tal política pública.

O quarto capítulo apresenta o percurso metodológico adotado nesta pesquisa de cunho qualitativo, destacando as abordagens, instrumentos e métodos utilizados, bem como as técnicas para definição do trabalho de campo e participantes da pesquisa. Destacam-se, portanto, a Pesquisa Bibliográfica, a Pesquisa Documental e a Pesquisa de Campo, esta última realizada nos moldes da Entrevista Compreensiva, buscando acessar e refletir sobre as trajetórias das pessoas empobrecidas que cursam o Ensino Superior.

O quinto capítulo apresenta os resultados da Pesquisa de Campo, por meio da análise de dados das entrevistas realizadas, em três blocos de conteúdos coletados, a saber: o acesso, a permanência e as experiências mais subjetivas de cada um/a, no intuito de compreender como é que o pobre faz universidade, dadas todas as questões estruturais, políticas, relacionais e humanas em suas trajetórias.

Ainda que o objetivo deste estudo não seja a generalização de uma hipótese, tampouco as técnicas adotadas tenham essa pretensão, entende-se que, com base nas revisões de bibliografia, acesso aos dados e registros dos serviços, programas e benefícios que estão no cerne deste estudo, contrastados e comparados com os relatos e histórias de vida das pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo, pode-se construir importantes problematizações e reflexões acerca das trajetórias de pessoas empobrecidas na Educação Superior, tanto para o acesso quanto para sua permanência. Noutras palavras, busca-se compreender “Como é que pobre faz Universidade?”.

## 2 – AS INTERFACES DA POBREZA

Inicialmente buscamos refletir sobre as condições de pobreza e extrema pobreza que se fazem presentes na vida de milhões de brasileiras/os, a partir de dados e referenciais que nos possibilitam uma melhor compreensão desta realidade. Assim, este capítulo inicial nos traz um panorama acerca das questões socioeconômicas de um modo mais genérico, mas busca também analisar a conjuntura local, do campo em que se aplica a pesquisa, de modo a identificar fatores que sejam determinantes na vida dos sujeitos.

Desde já é importante destacar que tão antiga quanto a civilização é a desigualdade, visto que o próprio processo de organização social gerou a divisão de classes, marginalização e segregação. Para compreendermos a figuração da pobreza na realidade brasileira é importante refletir como esta surge, se consolida e reverbera. Entender se pobreza é causa ou consequência das desigualdades seja talvez missão bastante desafiadora, entretanto caberia aqui refletir sobre a forma como esta se escancara na sociedade brasileira. Há quem apresente a pobreza como sendo a cria da exclusão, outros a abordam, antes, como sendo sua criadora. Observemos, portanto, o que aponta Lavinias (2003, p. 43) acerca destes fatos:

Na América Latina, e no Brasil em particular, o padrão excludente é constitutivo do modelo de acumulação, em todas as suas fases e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados. Esse é o padrão da desigualdade extrema, entendida como exclusão de um contingente expressivo da classe trabalhadora, a quem é negada cidadania econômica e social. A pobreza é consequência da exclusão.

A autora complementa que a “razão maior da pobreza na América Latina é a desigualdade e o contexto institucional no qual ela se reproduz, que jamais legitimou o direito dos pobres de integrarem a sociedade do bem-estar, da produção da riqueza e do consumo” (LAVINAS, 2003, p. 51), possibilitando-nos compreender que a configuração injusta do acesso às políticas públicas e aos direitos sociais básicos são determinantes para a reverberação deste ciclo de empobrecimento, uma vez que o acesso às políticas públicas é condição *sine qua non* para que as pessoas vivam dignamente e, assim, possam reorganizar suas trajetórias, superando as desigualdades. Ora, se as pessoas empobrecidas têm dificuldades de acessar espaços, bens e serviços que são garantias primárias, seu desenvolvimento humano está comprometido e refazer estratégias para superação da pobreza torna-se cada

vez mais difícil, de modo que as classes empobrecidas ficam, por assim dizer, cada vez mais predestinadas a conviver com a pobreza e suas facetas, dadas as delimitações de um sistema excludente.

Compreende-se que esta mesma pobreza seja a causadora das exclusões, uma vez que as pessoas que estão historicamente desprovidas de rendimentos financeiros acabam por tornar-se aquelas que ficarão distantes das condições de participação, assim como sem condições de usufruto das ações do Estado. A isto, Lavinias (2003, p. 51) pontua:

O corte neoliberal das políticas de ajuste e estabilização macroeconômica, que passam a predominar a partir da década passada, só fizeram agravar a intensidade da pobreza, pois restringiram e tornaram ainda mais instável o acesso a empregos e ocupações melhor remunerados e menos precários, além de reduzir o gasto público, acentuar sua regressividade e acabar por comprometer o que havia de relativamente universal em alguns países da América Latina, como educação e saúde. Essa dinâmica gera exclusão social por favorecer o esgarçamento das redes de sociabilidade e de capital social aumentando a desproteção e o risco.

Arriscaria dizer que a pobreza é, ao mesmo tempo – ou em fases não muito distantes da vida de cada indivíduo –, a mãe e a cria da exclusão. Numa fase da vida ela surge pela ausência de condições de dignidade humana, sem comida, sem trabalho, sem casa – nasce o sujeito pobre. Noutra ela cresce e se reproduz. E se faz a pobreza a criadora de outras tantas exclusões: o sujeito pobre não pode ir à escola, não tem condições dignas de trabalho, não pode participar das decisões políticas tal qual deveria. Ela gera outras e tantas crias. E se mostra multifacetada.

De um modo geral seria possível dizer que há dificuldades no entendimento de que a pobreza é um problema de ordem social, predominando a perspectiva de que seria problemas individuais. Além disso, esses estigmas e preconceitos construídos em torno da pobreza e da pessoa empobrecida configuram uma leitura ainda mais rasa e cruel, que aponta para uma intencionalidade ou irresponsabilidade coletiva, em culpar os pobres pela situação de pobreza em que se encontram. Reafirma-se, portanto, que ela é, em particular, uma das faces pela qual a desigualdade se manifesta. Isso porque a pobreza não é um fenômeno atemporal, moral ou natural, é antes de tudo o resultado direto de um processo que se manifesta objetiva e subjetivamente na experiência de vida de milhares de pessoas em todo o mundo (MACIEL, 2010).

Observando a pobreza como um dos problemas públicos que afeta parcela significativa da sociedade brasileira, é imprescindível discutir a problemática e os

atores sociais envolvidos; destacar as principais ações adotadas para seu enfrentamento; e discutir alguns desdobramentos que se apresentam no cotidiano das pessoas empobrecidas. Compreende-se neste estudo que

O problema público só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva. Ao formular críticas, denúncias e reivindicações, ele supera uma etapa, buscando a aprovação de responsáveis institucionais e de públicos mais amplos (CEFAI, 2017, p. 194).

Entende-se, a partir desta concepção, que a pobreza é, categoricamente, um problema público, uma vez que o próprio processo de organização social gerou a divisão de classes, marginalização, segregação e pobreza. Ao observar a história da humanidade, identifica-se, muito nitidamente, o processo de divisão de classes, demarcado pela não distribuição justa das riquezas. No Brasil, desde a colonização as desigualdades são escancaradas com a concentração de riquezas na mão dos invasores portugueses e a retirada daquilo que pertencia aos povos escravizados e dizimados. A exploração da força e das habilidades fez-se marca no processo de evolução e enriquecimento das elites.

Como destaca Jessé de Souza (2017), ainda hoje este ciclo se reverbera, mesmo que em outras roupagens, pois as pessoas empobrecidas são tratadas do mesmo modo que aquelas outrora escravizadas, de forma desumanizada e animalizada, passando a não valer como ser humano, sem a dimensão do espírito ou do conhecimento útil, pois “a rale de novos escravos será não só a classe que todas as outras vão procurar se distinguir e se afastar, mas, também, vão procurar explorar o trabalho farto e barato” (SOUZA, 2017, p. 61).

Ora, se a pobreza fora intencionalmente criada para o enriquecimento de grupos específicos, historicamente utilizada para a manutenção de interesses de uma minoria e convenientemente camuflada para proteger as elites, não há como naturalizar este processo, tampouco banalizá-lo. Mas há, por certo, interesses na manutenção da pobreza. Inclusive para que, dela, se mantenha a riqueza destes algozes. Se no Brasil foi assim desde a sua colonização, no mundo isto se deu desde que as divisões de bens passaram a ser para privilegiar uns, em detrimento do empobrecimento de outros. Há que se escancarar a pobreza enquanto problema público e observar as facetas com as quais se apresenta à nossa frente.

Mas quem são as/os pobres brasileiras/os? Como toda cria necessita de nome e sobrenome, utilizam-se geralmente as escalas numéricas para classificar as

peças pobres (ou extremamente pobres), tendo como base a renda individual e/ou familiar. Entretanto, ainda que entendida como necessária, ou estratégica, a adoção de critérios de renda para a definição das populações em situação de pobreza, há que se atentar para as nuances que esta classificação pode apresentar. A isto, alguns autores apresentam questionamentos, a exemplo de Soares (2001, p. 173) que destaca que:

Na mensuração da pobreza pela renda surgem, pelo menos, dois grandes problemas. O primeiro refere-se a que variável de renda utilizar. A maioria dos autores brasileiros têm adotado a renda familiar *per capita* como sendo aquela que levaria em conta todos os rendimentos dos membros da família, o tamanho da família e seu papel como unidade redistributiva da renda. No entanto, esta variável é tida como estática. Fatores como a redução do tamanho das famílias brasileiras e a incorporação de um número crescente de membros da família no mercado de trabalho, contribuindo para o aumento da renda familiar, não são levados em conta. Escolhida a variável, o segundo problema refere-se à definição do valor da linha de pobreza que separa os pobres dos não-pobres. Esta linha de pobreza é o aspecto mais controverso na mensuração da pobreza absoluta. Cada definição e metodologia produzirá um resultado diverso, mais ou menos otimista sobre a evolução da pobreza.

Entendendo, para estes fins, a necessidade de classificação da pobreza em termos numéricos, apresenta-se aqui um quadro com a atualização dos recortes de renda que classificam as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social<sup>1</sup> (2020), destacando que tais definições são atualizadas ao longo dos anos, conforme o artigo 18 do Decreto n. 5.209 de 17 de Setembro de 2004.

**Quadro 1** – Classificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza

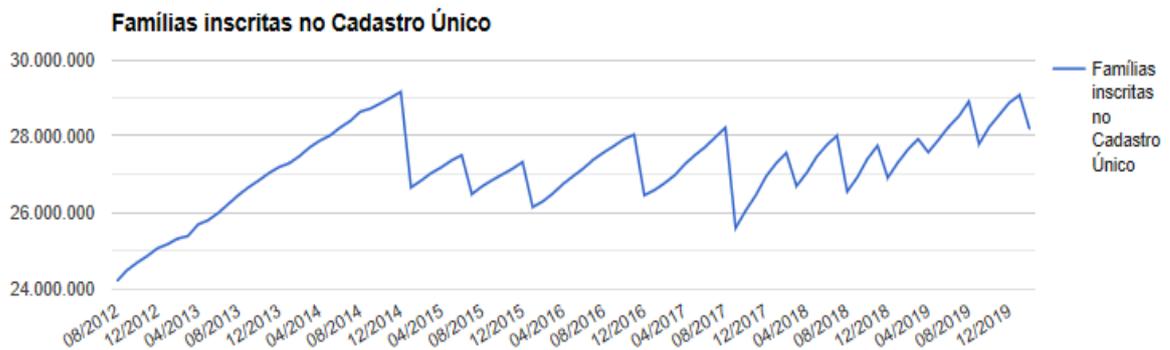
<b>Situação de extrema pobreza</b>	
Até abril de 2014	renda <i>per capita</i> menor ou igual a 70 reais
De maio de 2014 a junho de 2016	renda <i>per capita</i> menor ou igual a 77 reais
De julho de 2016 a maio de 2018	renda <i>per capita</i> menor ou igual a 85 reais
De junho de 2018 em diante	renda <i>per capita</i> menor ou igual a 89 reais
<b>Situação de pobreza</b>	
Até abril de 2014	renda <i>per capita</i> de 70,01 reais a 140 reais
De maio de 2014 a junho de 2016	renda <i>per capita</i> de 77,01 reais a 154 reais
De julho de 2016 a maio de 2018	renda <i>per capita</i> de 85,01 reais a 170 reais
De junho de 2018 em diante	renda <i>per capita</i> de 89,01 reais a 178 reais

<sup>1</sup> No intuito de manter uma estruturação homogênea do texto, ao longo desta dissertação será utilizada a expressão “Ministério do Desenvolvimento Social” e/ou seu correlato “MDS” sempre que se fizer referência à pasta ministerial responsável pelo Programa Bolsa Família, ainda que essa estrutura do executivo federal tenha passado por alterações nestes últimos anos.

Fonte: MDS, 2020a

Com este recorte de renda, que classifica as pessoas e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o Cadastro Único<sup>2</sup> apresenta alguns quantitativos os quais vale ilustrar: em fevereiro de 2020 constavam 28.174.603 famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (Figura 1), destas 2.746.503 encontram-se em situação de pobreza e 12.897.221 em situação de extrema pobreza (Figura 2). Somando o quantitativo de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza chega-se a 52.879.627 no ano de 2020, contra 63.751.818 em 2012 (Figura 3).

**Figura 1 – Famílias Inscritas no Cadastro Único**

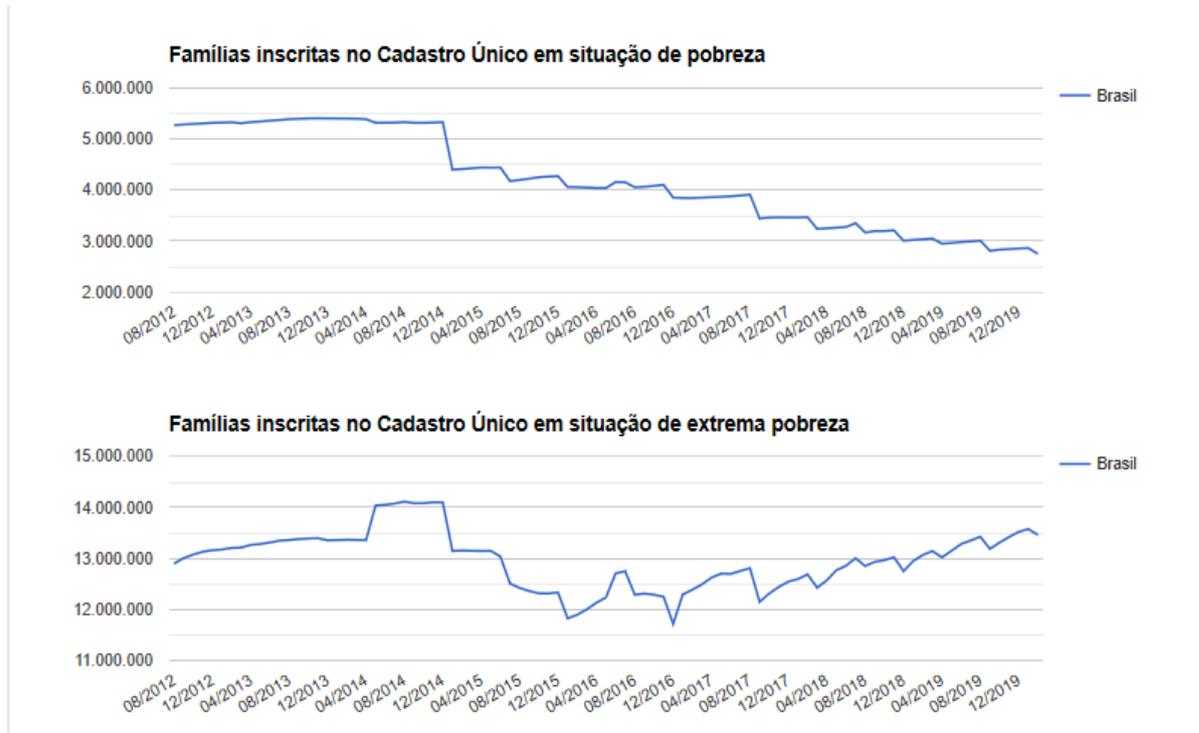


Fonte: SAGI, 2020

Conforme as figuras apontam, há uma quantidade significativa de famílias que até o ano de 2019 estavam cadastradas no CadÚnico, que é a base de dados utilizada para acessar programas sociais do Governo Federal. A Figura 1 aponta um crescimento de 24 milhões de famílias em 2012 para 28 milhões em 2019. O que pode configurar neste período tanto uma ampliação no atendimento do serviço do Cadastro Único nos municípios, alcançando famílias que já tinham o perfil para programas sociais, mas que até então não estariam inseridas no CadÚnico, quanto podem indicar o aumento de pessoas com perfil para programas sociais, estando estas em situação de pobreza ou extrema pobreza.

<sup>2</sup> “O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Devem estar cadastradas famílias de baixa renda: que ganham até meio salário mínimo por pessoa; ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total” (CAIXA, 2020).

**Figura 2 – Famílias inscritas no Cadastro único em situação de pobreza e extrema pobreza**



Fonte: SAGI, 2020

**Figura 3 – Pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil**



Fonte: SAGI, 2020

Entretanto, a Figura 2 indica que houve uma queda no quantitativo de famílias em situação de pobreza inscritas no CadÚnico, de 5 milhões no ano de 2012 para 3 milhões no ano de 2019. Ao mesmo tempo que aponta uma manutenção na quantidade de famílias em situação de extrema pobreza, na média de 13 milhões. Já

a Figura 3 revela um elemento importante. Esta figura que apresenta a quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, – a qual seguia em declínio, de 65 milhões em 2012 para 50 milhões em 2018, – demonstra que agora esse quantitativo começa a apresentar um crescimento, chegando a 52 milhões no ano de 2020.

Se ampliarmos esta margem para além das famílias que estão no Cadastro Único do Governo Federal, as estatísticas aumentam: de acordo com o IBGE (2018), cerca de 50 bilhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem em situação de pobreza, conforme os critérios apresentados pelo Banco Mundial, o qual usa a renda inferior a 1,90 dólar (cerca de 7,06 reais) por dia para classificar pessoas em situação de pobreza. Embora haja inclusive matrizes diferenciadas para delinear se uma pessoa é pobre, ou extremamente pobre, o fato é que os recortes, por mais variáveis que sejam, sempre trarão como resultados mais gerais, altos índices relacionados à situação de pobreza no Brasil.

**Figura 4 –** Quantitativo de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil, em 2018

Código	Território	Rural	Urbana	Total
	BRASIL	7.593.352	8.673.845	16.267.197
5	CENTRO-OESTE	184.561	372.888	557.449
2	NORDESTE	5.049.317	4.560.486	9.609.803
1	NORTE	1.499.951	1.158.501	2.658.452
3	SUDESTE	580.908	2.144.624	2.725.532
4	SUL	278.615	437.346	715.961
0	BRASIL	7.593.352	8.673.845	16.267.197

Fonte: MDS, 2018

Nos diferentes territórios do país esta realidade se mostra fortemente. É preciso dizer, inclusive, que a pobreza não é uma condição exclusiva de uma região ou outra, como se costuma pensar, ainda que ela possa se revelar de forma mais acentuada em alguns territórios. Praticamente todas as cidades do país contam com pessoas abaixo da linha da pobreza, conforme observa-se na figura acima (Figura 4), a qual apresenta a quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza em cada uma das regiões do país.

Vale destacar ainda, com base em pesquisa IPEA (2010), alguns dados importantes acerca do perfil das famílias registradas no Cadastro Único entre os anos de 2003 e 2010. Conforme a pesquisa, verifica-se que a maior parte das pessoas de baixa renda (70,1%) encontram-se em áreas urbanas, fenômeno que se intensifica nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, ao passo que na região Nordeste e Norte essa incidência é maior na área rural.

No que tange à distribuição das pessoas de baixa renda por sexo, considera-se de modo equilibrado, mas com uma leve predominância do sexo feminino (53,7%) das pessoas pobres registradas no CadÚnico e; no que tange às características de raça/cor, a pesquisa informa que a distribuição do contingente de pessoas de baixa renda é constituída majoritariamente por pardos e negros (69,1%), sendo essa característica bastante expressiva nas regiões Norte e Nordeste do país. (IPEA 2010)

Muito embora a pobreza esteja expressa em todas as regiões do país, a Figura 4 nos confirma que as desigualdades se acentuam em regiões específicas, com destaque para a Região Nordeste, que apresenta o maior quantitativo, chegando a mais de 9 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza no ano de 2018.

Ainda que estes dados apresentados, com base na equação e na verificação da renda de uma forma estritamente quantitativa, sejam importantes para mensurar a questão da pobreza, no Brasil e no mundo, numa perspectiva da pobreza absoluta, há que se considerar também a relatividade com que essas desigualdades se apresentam, neste sentido, vale ponderar que

A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p 3)

Assim, vale um olhar mais específico sobre o território em que esta pesquisa se aplica, sendo uma cidade que está localizada em uma das regiões do país com estes altos índices de pessoas empobrecidas e com expressivas situações de desigualdades sociais.

## 2.1 – Situando o contexto da Pesquisa

Na tentativa de evidenciar aspectos conjunturais deste cenário, cabe aqui destacar alguns recortes específicos daquele que se delimita como o campo da pesquisa: trata-se de um município localizado na região Oeste da Bahia a aproximadamente 1.000 km da capital baiana, em área do Cerrado Brasileiro com características identitárias e culturais deste bioma, tendo grande presença de comunidades tradicionais geraizeiras que vivem da agricultura de subsistência. Além disso, existe vasta área utilizada para a produção agrícola em larga escala, como a monocultura do algodão e da soja, destaque do agronegócio na Região Oeste.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o referido município possuía 27.649 pessoas no Censo Demográfico de 2010, com uma estimativa de 34.266 pessoas no ano de 2020, sendo esta população 69% rural e 31% urbana (IBGE, 2020). Ainda de acordo com o IBGE (2020) esta localidade está classificada como um dos maiores municípios da região, tanto na extensão territorial, como no índice de arrecadação financeira, com um PIB *per capita* de R\$ 69.979,13 no ano de 2017, ano em que chegou a uma arrecadação de R\$ 166.861.620,00, mas que mantém índices altos de pobreza e baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,579 em 2010. Apresenta apenas 8,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 3,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 299º de 417 e 223º de 417, respectivamente (IBGE, 2020).

Além das questões mais específicas de economia, saúde e saneamento, faz-se importante destacar alguns números e recortes acerca da educação neste território, conforme apresenta o quadro a seguir.

**Quadro 2 – Panorama da Educação no Município – IBGE (2020)**

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	<b>95,8 %</b>
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	<b>4,9</b>
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	<b>3,7</b>
Matrículas no ensino fundamental [2018]	<b>5.557 matrículas</b>

Matrículas no ensino médio [2018]	<b>1.234</b> matrículas
Docentes no ensino fundamental [2018]	<b>256</b> docentes
Docentes no ensino médio [2018]	<b>79</b> docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	<b>38</b> escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	<b>8</b> escolas

Fonte: IBGE, 2020

Neste cenário educacional registram-se 16.148 pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Destas, 10.763 se autodeclararam pardas, 4.026 brancas, 1.284 pretas, 68 amarelas e 08 indígenas. Das 2.673 pessoas que possuíam Ensino Médio completo ou Superior incompleto, 1.518 eram pardas, 1.021 eram brancas e 134 eram pretas. E, em se tratando do Ensino Superior completo, há em 2020 apenas 355 pessoas com este nível de escolaridade, das quais 142 são brancas, 171 são pardas e 42 são pretas (IBGE, 2020).

O IBGE (2020) aponta ainda que em 2018 o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos com a proporção de 17,9% pessoas ocupadas em relação à população total, contabilizando 5.940 pessoas com ocupações remuneradas. E, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50% da população nessas condições, o que a colocava na posição 259º de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1.404º de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Conforme apontavam os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2019), em se tratando da situação de renda, aproximadamente 30% da população encontrava-se na extrema pobreza com intensidade maior na área rural. O total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2019 era de 7.076 dentre as quais: 5.326 com renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00; 205 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 660 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 885 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

Estes dados figuram o município como um dos rincões onde existe um polo extremo de concentração de riquezas nas mãos de uma quantidade ínfima de proprietários de terras destinadas à produção agrícola em larga escala, o agronegócio e, em outra ponta – não destoante da realidade brasileira, tampouco dos altos índices de empobrecimento da região Nordeste já elencadas acima – uma parcela significativa

da população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza. É a especificidade de um território denunciando como a (não) distribuição de renda gera o empobrecimento e a desigualdade, trazendo no seu bojo tantas outras questões sociais e problemas públicos, como as questões relacionadas à terra, moradia, alimento, educação, dentre outros. Para Paugam (1991, p. 13)

A pobreza não é apenas o estado de uma pessoa que carece de bens materiais, mas corresponde também a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que a vivenciam.

Isso nos provoca a retomar uma questão: a pobreza não se cria unicamente pela ausência de renda. Ela está intimamente relacionada e nutrida pelas tantas outras facetas da exclusão social. O indivíduo pobre está fadado a (sobre)viver com a ausência de tantas outras ações que seriam imprescindíveis para o seu desenvolvimento humano com dignidade e bem estar. Complementando esse ponto de vista, é possível verificar que

Na acepção mais imediata e generalizada, pobreza significa falta de renda ou pouca renda. [Por outro lado,] uma definição mais criteriosa vai definir pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades (LAVINAS, 2003, p. 29).

Entretanto, nem sempre os elementos contextuais são considerados na compreensão do que vem a ser a situação de pobreza e suas interfaces. Conforme discutem alguns estudiosos da área das Ciências Sociais, há uma forte tendência a desconsiderar fatores que são emergentes nestes contextos e culpabilizar os indivíduos pela sua situação de pobreza. Como alerta Maciel (2010), há uma cultura de individualização desse fenômeno que não a compreende como parte do sistema econômico vigente, que fragmenta primeiro a pobreza e, por conseguinte, o pobre. Isso torna-se cada vez mais reiterado nos discursos populares numa compreensão, por vezes equivocada, de que os programas de transferência de renda, tais como as políticas afirmativas e inclusivas, são formas de acomodação dos indivíduos ou mesmo de manutenção de um ciclo de pobreza ou dependência.

O fato é que se torna cada vez mais comum culpabilizar as pessoas pobres pela situação de empobrecimento em que se encontram, como se estas fossem as responsáveis por tal situação. Assim como são igualmente criminalizadas por tantas

outras mazelas sociais decorrentes das situações de desigualdades. Sabe-se que, neste processo de construção das relações sociais, todos são coautores das trajetórias, mas como reafirmam os estudos aqui apresentados, não se pode pensar as ações dos sujeitos desconexas das condições possíveis na conjuntura dada em cada ambiente. De forma ilustrativa podemos nos reportar à narrativa do Barão de Munchausen:

Uma outra vez quis saltar um brejo mas, quando me encontrava a meio caminho, percebi que era maior do que imaginava antes, puxei as rédeas no meio do meu salto, e retornei à margem que acabara de deixar, para tomar mais impulso. Outra vez me saí mal e afundei no brejo até o pescoço. Eu certamente teria perecido se, pela força de meu próprio braço, não tivesse puxado pelo meu próprio cabelo preso em rabicho, a mim e a meu cavalo que segurava fortemente entre os joelhos. (RASPE, s/d, p. 40, *apud* BOCK, 2001, p. 24).

Utilizar este episódio como analogia aos beneficiários de Programas Sociais que são cobrados a sair das situações de pobreza por vontade própria – única e exclusivamente – é desconsiderar a estrutura de lama que o limita. É isolar deste processo a barreira física que o imobiliza, por vezes, mas também aquelas que estão postas, possivelmente em decorrência da primeira: o medo, a insegurança, a incerteza, a fragilidade. Exigir um potencial dos sujeitos diante de tais condições é responsabilizá-los pela mudança de estruturas que não dependem deles estritamente.

Dessa forma, há, por vezes, a culpabilização do indivíduo pela situação de empobrecimento em que se encontra, como que desconsiderando os processos sociais, políticos, históricos que determinam estes contextos. E, por mais que alguns tentem dissimular o problema da pobreza no país, é imprescindível que possamos nos ocupar da reflexão acerca desta pauta, entendendo-a, inclusive, não somente como uma questão monetária, pela ausência de renda, mas com todas as interfaces que ela apresenta, como por exemplo as dimensões relacionadas à raça e gênero. De modo que questões relacionadas à pobreza não podem ser concebidas como imutáveis, mas entendidas como um processo histórico que precisa ser revertido. Não se pode tratar a pobreza como sendo responsabilidade das pessoas empobrecidas, inclusive porque as alternativas para redução e combate a este problema público são, ainda, recentes e pontuais, se comparadas aos processos históricos que o constituem.

## 2.2 – Questões de Raça e Gênero como interfaces da pobreza

Indubitavelmente, precisa-se problematizar o fato de que a população empobrecida no Brasil é, majoritariamente, negra, tendo em vista os processos históricos da organização política e econômica do país. Ainda nos contextos de marginalização, está a figura feminina. Diz-se, portanto, que a pobreza no Brasil tem cor e gênero, o que abre um amplo campo de debate acerca da interseccionalidade<sup>3</sup>, na busca por compreender como que estes marcadores intensificam os processos de opressão, exclusão e segregação de grupos específicos. Cabe assim refletirmos aqui sobre estes aspectos de gênero e raça, tão presentes no contexto a que esta pesquisa se aplica.

A exclusão racial no Brasil colocou as pessoas negras à margem da educação, desde a básica à superior, empobrecendo-as ainda mais. Conforme corrobora Carvalho (2004), o fato de ser negro no Brasil é decisivo na condição de ter menos acesso à educação do que os brancos, inclusive pelo fato de que entram mais cedo no mercado de trabalho e se preparam menos, o que os confina às posições inferiores na sociedade e das quais não têm como sair tão facilmente. Reitera Messenberg (2017) que a introdução das cotas raciais nas universidades públicas e em outros concursos produziu, em especial, um efeito duplamente elucidativo no dimensionamento desta revolta. As cotas não só reduziram os espaços sociais que antes eram concebidos como reservas de mercado para classe média, como colocaram em xeque a validade prática e normativa dos mecanismos meritocráticos, que são fundantes para a organização da cosmovisão desta classe.

A meritocracia é, como nos ensina Pierre Bourdieu (2007 *apud* MESSEMBERG 2017), uma ideologia que serve de base ao consenso social e político das sociedades capitalistas, justamente por ocultar a produção social dos desempenhos diferenciais entre os indivíduos, transmutando-os em “qualidades inatas”. É, pois, fonte basilar para a naturalização das desigualdades e legitimação da hierarquia social. Encontra-se, assim, nitidamente articulada às críticas relacionadas às cotas sociais e justifica o

---

<sup>3</sup> Segundo Bilge (2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014, p. 62-63) “A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais”.

“sucesso” das classes médias nas disputas por bens materiais e simbólicos. Nesta perspectiva,

As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, por exemplo. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos (GOMES; MARLI, 2018, p. 14).

Entende-se, pois, que as questões raciais estão atreladas ao processo de exclusão social e pobreza. Coelho Júnior (2011), ao estudar a trajetória de executivos negros no Brasil, utilizou o termo “questão racial” para fazer referência à forma como a ideia socialmente construída de raça classifica as pessoas em uma dada sociedade, resultando em consequências concretas em termos de inclusão ou exclusão no acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos por esta sociedade. O autor faz uma analogia ao termo “questão social” que fora forjado nos países desenvolvidos economicamente para fazer referência ao problema da exploração do trabalho, das desigualdades econômicas e da pobreza. Nesse mesmo sentido, Munanga (2001, p. 33) sinaliza que

Fazendo um cruzamento sistemático entre o pertencimento racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos desde 1929, Ricardo Henriques chega à conclusão de que “no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Algumas cifras assustam quem tem preocupação social aguçada e compromisso com a busca de igualdade e equidade nas sociedades humanas”: do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais; sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros; sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros.

O empobrecimento no Brasil está relacionado também – e principalmente – à questão racial, pois desde o processo de colonização as pessoas negras tiveram maior dificuldade de acesso a políticas educacionais, de trabalho e renda. Assim, não há como desassociar os fatores econômicos das questões de raça, uma vez que estes estão intimamente ligados e são, no Brasil, elementos que determinam a trajetória dos indivíduos, colocando-os à margem e dificultando o acesso a políticas públicas de educação, trabalho, saúde e tantas outras. Está demarcada esta desigualdade desde o processo de colonização até o acesso aos bens e serviços, perpassando, obviamente, pela forma como as políticas públicas foram organizadas e pelas

condições de acesso diferenciado, dadas aos diferentes grupos e indivíduos, configurando o processo de segregação e marginalização no país, em todos os âmbitos das políticas públicas.

Do mesmo modo, assim como se considera as questões de raça no retrato da pobreza no Brasil, as questões de gênero igualmente precisam ser evidenciadas neste debate. De acordo com Costa e colaboradores (2005), diferentes entidades internacionais já defenderam a ideia de que uma parcela crescente das vítimas da pobreza é composta de mulheres. As autoras utilizam como referência os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual aponta uma sobrerrepresentação das mulheres entre os pobres no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995. O relatório daquele ano destacava que 70% dos pobres no mundo eram mulheres.

Muito embora as próprias autoras afirmarem que em estudos realizados por pesquisadoras/es brasileiras/os da área não se tenha identificado que a diferença no número entre homens e mulheres pobres seja significativa, não se deve desconsiderar a necessidade de pensar ações para reduzir desigualdades de gênero atreladas às desigualdades econômicas. Conforme Costa e colaboradores (2005, p. 36)

O fato de não havermos constatado uma feminização da pobreza no Brasil, porém, não indica que as políticas de combate à pobreza devam ser neutras com relação a gênero. A existência de uma mesma proporção de homens e mulheres na pobreza não significa que ambos os grupos tenham as mesmas necessidades, que experimentem a pobreza da mesma maneira ou que tenham de seguir os mesmos caminhos para superar essa condição. Nesse sentido, políticas voltadas para a superação da pobreza entre os homens poderiam focar mais fortemente o acesso à educação, especialmente a partir do ensino médio, já que a evasão masculina assume taxas elevadas e muito superiores à feminina. Por outro lado, aquelas voltadas para as mulheres poderiam concentrar-se nas desigualdades no mercado de trabalho, tanto de acesso a postos quanto de remuneração e de ascensão.

Ao abordar sobre a feminização da pobreza Lavinias (1996, p. 464) aponta que este é

um fenômeno contemporâneo de destaque diante do aumento do número dos pobres em escala planetária. Surge assim uma categoria sexuada que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: ser do sexo feminino e ser carente.

Nesta perspectiva a autora se refere à mulher pobre como uma categoria específica que se torna foco para a implantação de políticas públicas. Entretanto é também Lavinias (1996) que pondera sobre a complexidade desta situação, pois na medida em que se pensam estratégias específicas para diminuição da pobreza entre

as mulheres, intensifica-se também o estigma de que esta mulher é a responsável pela situação de pobreza existente em seu contexto.

Sabe-se, pois, que estas questões de raça e gênero estão impregnadas nos processos de organização e construção das sociedades. No Brasil as marcas de marginalização e exclusão estão historicamente presentes na vida da população negra, acredita-se na reverberação e na intensificação de processos excludentes quando se trata da mulher negra. Como afirma Nascimento (2006, p. 104)

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais [...]. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados.

Em suma, estas reflexões apontam para a necessidade urgente de analisar e evidenciar onde estão os entraves na efetivação de políticas que não sejam paliativas e carregadas de imediatismo, mas que viabilizem a inclusão social, o protagonismo feminino, fomentando e apontando para garantia dos direitos sociais e humanos, na perspectiva de igualdade de gênero.

Observar a cor e o gênero, que estão expressivamente presentes nas camadas mais pobres, é atentar-se para o fato de que a caracterização das populações empobrecidas não se limita a dados quantitativos, mas que desemboca em questões subjetivas, igualmente constitutivas das relações sociais desiguais.

Ao contrário da pobreza absoluta, que se sustenta em critérios objetivos, tais como falta de renda, falta de moradia, falta de capital humano, falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. A exclusão aparece menos como um estado de carência do que como um percurso, uma trajetória ao longo da qual, à insuficiência de renda e à falta de recursos diversos somam-se desvantagens acumuladas de forma quase constante, processos de dessocialização ocasionados por rupturas, situações de desvalorização social advindas da perda de *status* social [*déclassement* social, como propõe Thomas] e da redução drástica das oportunidades, e onde as chances de ressocialização tendem a ser decrescentes (LAVINAS, 2003, p. 37).

Ocorre que as formas de organização social, por mais democráticas que sejam, não conseguem diminuir distâncias entre o povo e os espaços de poder. O processo de exclusão marca historicamente as sociedades de modo que a definição dos grupos sociais e as segregações das classes estão impregnadas na organização da humanidade. Tal qual nas *polis* da Grécia antiga onde a participação era limitada pelas próprias condições de acesso a estes espaços, hoje estas se replicam na sociedade brasileira, talvez com maior intensidade, considerando tantos fatores que dificultam a participação popular em determinadas instâncias de poder ou deslegitimam espaços que são representativos. É fato que as/os empobrecidas/os estão de certo modo distantes dos espaços de participação e poder pelo próprio histórico de segregação e forma como as estruturas sociais se organizam para reforçar exclusões de uns e privilégios de outros. Conforme pondera Mills (1956, *apud* PERISSINOTO; CODATO, 2015, p. 21)

A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a toda e qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois [são] as posições institucionais [que] determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor.

Refletir sobre os processos de apropriação dos espaços e participação política no Brasil é deparar-se, constantemente, com estruturas sociais que classificam grupos e instituições que possuem condições financeiras, com interesses políticos específicos – não coletivos – os quais se organizam e atuam politicamente na perspectiva de atender às suas necessidades individuais, restringindo grande parcela da população ao acesso de bens e serviços, ao direito de usufruir de questões básicas para sua sobrevivência.

Para Perissinoto e Codato (2015), a forma de organização que temos é demarcada pela existência e influência de uma elite – aquele grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade – que determina de antemão a estrutura de oportunidades políticas de cada um e qualificando, conseqüentemente, quem pode e quem não pode ascender a posições de mando numa comunidade. Sendo assim, por mais que alguns grupos e indivíduos se organizem para acessar a espaços que lhe são de direito, estruturas bastante rígidas buscarão impedir uma completa participação e legitimidade no exercício de sua cidadania, designando assim, por vezes, a permanência destes grupos em situações de exclusão, pobreza e invisibilidade.

À pobreza econômica foi acrescentada a pobreza em todas as outras dimensões da vida. Se a pobreza econômica, por exemplo, implica foco no aqui e no agora por conta das urgências da sobrevivência imediata, toda a atenção se concentra necessariamente no presente e nunca no futuro, posto que este é incerto. [...] A prisão no aqui e no agora tende a reproduzir no tempo, portanto, a carência do hoje, e não a saída para um futuro melhor (SOUZA, 2017, p. 60).

Entende-se, portanto, que a pobreza não é início ou fim: ela é processo, com suas intencionalidades e (im)precisões. Entretanto, sabe-se, na concepção deste fator como problema público, que ações foram pensadas e efetivadas ao longo do tempo. Entretanto cabe, propositadamente, a discussão acerca dos Programas Sociais que surgem como alternativas para superação da pobreza, ou ainda, como uma sequência no processo de classificação das populações empobrecidas. Como alerta Simmel (1998, p. 96 *apud* LAVINAS, 2003, p. 32)

Os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica.

Eis a necessidade de adentrar na discussão acerca das políticas públicas, mais especificamente os programas sociais – de transferência de renda e ações afirmativas que são implantadas e implementadas na perspectiva de combater desigualdades e reduzir índices de pobreza –, no intuito de compreender melhor acerca de sua eficiência e eficácia, bem como as nuances, preconceitos e críticas que os rodeiam. Afinal como aponta Lavinias (2003, p. 33), este processo que se faz por vezes segregacionista e estritamente classificatório se configura de um modo que “os pobres não são aqueles que se encontram excluídos da sociedade ou à sua margem, mas os que, fazendo parte desse todo orgânico, são contemplados por medidas assistenciais”.

Seguimos, portanto, nas reflexões sobre as múltiplas faces com as quais a pobreza se evidencia no Brasil e, mais especificamente, passaremos a observar como as políticas sociais surgem na perspectiva de amenizar desigualdades, e tornam-se medidas de superação da pobreza. Todavia, vale ressaltar os riscos na efetivação e nas compreensões destes mecanismos como sendo reprodutores de ciclos de exclusão, à medida que sua aplicabilidade destoa dos princípios da inclusão e da garantia de direitos. No capítulo seguinte, apresentamos então essas discussões.

### **3 – POLÍTICAS SOCIAIS: estratégias para redução das desigualdades**

Da mesma forma como se busca uma contextualização da pobreza, cabe também temporalizar as estratégias que surgem como possibilidades de redução deste problema público, numa perspectiva de redução de desigualdades e concessão de direito. A garantia da dignidade humana e dos direitos básicos do ser humano foi consagrada em 1945, pela Organização das Nações Unidas – ONU, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) foram estabelecidas leis importantes que protegem os direitos básicos e necessários à vida digna para todos. Essa dignidade pressupõe o exercício da vida em sua mais sublime, plena, perfeita e completa dimensão. Entretanto, apesar das constantes e incessantes lutas pela garantia de direitos, muitas ações ainda carecem de aprimoramento para que as injustiças sociais sejam superadas.

A trajetória de implementação de programas sociais e benefícios destinados aos pobres no país é marcada por processos de confirmação da segregação e da desigualdade. A luta por conquista de direitos e ações que buscam minimizar diferenças sociais é marcada pela resistência das classes abastadas às políticas públicas voltadas aos mais pobres. Vale ressaltar aqui o exemplo das tantas críticas – muitas delas infundadas – direcionadas às ações afirmativas, cotas raciais que associadas a outras políticas educacionais promovem o acesso e permanência de camadas populares na educação superior.

Para melhor compreensão destes desenhos, passaremos à explanação dos programas de transferência de renda, seus avanços e entraves na vida da população brasileira, bem como das políticas educacionais e das ações afirmativas no contexto da educação superior, de modo a contemplar como estes programas se configuram e a medida como vão se tornando possibilidades de garantia de direitos.

#### **3.1 – Os programas de transferência de renda no combate à pobreza**

Ao contextualizar essa repulsa às políticas de transferência de renda, Corazza (2005, *apud* POMPONET, 2010) afirma que isso não tem nada de original e começou ainda nos primórdios do capitalismo, quando camponeses da Inglaterra foram expulsos das terras comunais para dar espaço às pastagens para carneiros que, por

sua vez, forneciam a matéria-prima para a incipiente indústria têxtil inglesa. Sem opção, os pobres vagavam pelas estradas e, em alguns casos, passaram a obter ajuda por meio da “Lei dos Pobres”, fato que atraiu notáveis opositores, alguns dos quais defendiam que a forma mais adequada de redução da pobreza era a fome e a morte dos menos afortunados.

O debate sobre as formas mais adequadas de auxílio aos pobres, porém, não é recente e ocupou pensadores desde o século XVIII. Mudaram as sociedades, cresceu a riqueza social acumulada, mas muitos dos antigos preconceitos permanecem presentes no Brasil (POMPONET, 2010, p. 01).

Desde sua gênese os Programas Sociais enfrentam a constante resistência, sobretudo das elites, na visão de que os direitos dos pobres não devam ser garantidos pela transferência de renda, tampouco por programas que lhes assegurem condições mínimas de dignidade. Entretanto, há noutra ponta o embate, a resistência e o enfrentamento de movimentos sociais, partidos políticos, sociedade civil e diferentes atores sociais buscando a consolidação das políticas sociais nas práticas cotidianas e encampando ações com vistas à implantação e implementações de normativas que possam garantir sua continuidade.

A partir dos anos 90, a discussão sobre os programas de renda mínima no Brasil ganha notoriedade. Porém, a ideia de renda mínima no contexto da proteção social brasileira pode ser identificada muito antes dessa época, já em 1940, quando se implantou o salário mínimo, que garante uma renda mínima aos trabalhadores formais, e consolida nas décadas seguintes, na concessão de benefícios que implicam transferência de renda direta a determinadas categorias sociais (SILVIA, YAZBEK, GIOVANII, 2008, *apud* PASSOS, 2014, p. 614).

De modo geral, a expansão dos programas de transferência de renda na América Latina e, em particular, no Brasil, deu-se a partir dos anos 90, trazendo a inovação institucional de se garantir uma renda mínima àquelas/es historicamente excluídas/os de qualquer medida protetiva por parte do Estado. No Brasil, a efetivação dos programas sociais, juntamente com os benefícios de transferência de renda consolida-se por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a qual define que:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 01).

Entende-se, portanto, que esta política está para amenizar as desigualdades sociais e garantir estes direitos básicos, historicamente negados às classes mais

pobres e que, com tais políticas, passam a ter acesso a benefícios, programas, projetos e serviços, por via do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que são implementados pelos estados e municípios brasileiros. Com a consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Lei Orgânica de Assistência Social, bem como de tantas outras normativas que vão delineando orçamentos, planos, metodologias e direcionando acerca dos Programas, Projetos e Serviços desta política, há avanços significativos, inclusive no que tange à expansão dos programas de transferência de renda com características que os distanciam do assistencialismo e os configuram como garantia de direitos e alternativas para a emancipação e desenvolvimento social, econômico, político e humano dos sujeitos atendidos.

Buscando sintetizar a trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, Silva (2007) destaca cinco momentos históricos. O ano de 1991 foi o primeiro momento desse processo, com o início de um debate sobre essa temática na agenda pública e o surgimento do Programa Renda Mínima; o segundo momento inova com a introdução da ideia de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação; no terceiro momento iniciaram-se experiências municipais em consonância com iniciativas do Governo Federal como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Benefício de Prestação Continuada – BPC; o quarto momento inicia-se em 2001, penúltimo ano do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo como destaque a expansão de programas já existentes e a criação de novos, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação; e o quinto momento se configura com a construção de uma política pública de transferência de renda, de abrangência nacional, tendo como foco a implantação do Programa Bolsa Família (SILVA, 2007).

Este último momento demarca a política de transferência de renda no Brasil, pois diversos outros programas de transferência de renda foram implementados em nível nacional, como o PETI, em 1996; Bolsa Alimentação, em 2001; Auxílio-Gás, em 2002; e Cartão-Alimentação, em 2003. Entretanto, o Programa Bolsa Família, implementado no primeiro Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006), unificou todos esses programas em uma mesma estrutura administrativa e programática, se consolidando nesta seara, adotando critérios e condicionalidades únicos, uniformizando os benefícios (COLIN; PEREIRA, 2014).

O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos

principais: **Complemento da renda** – todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** - as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante – as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** – o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (MDS, 2015, grifo nosso).

De acordo com Passos (2014) a meta principal do Governo Lula no início do mandato em 2003 era o combate à fome, inclusive com o intuito de atingir as causas deste problema. Nesta perspectiva instituiu o Programa Fome Zero, tendo como principal mecanismo a transferência de renda, por meio do Cartão Alimentação, que elencava outras ações, como agricultura familiar e alfabetização. Entretanto, o programa não vingou e, no início de 2004, com a criação do MDS e, ante o insucesso das iniciativas anteriores, outros estudos foram realizados na tentativa de implementar ações que fossem mais eficazes. Da avaliação surge a proposta do Programa Bolsa Família, com o objetivo de unificar todos os programas de transferência de renda do Brasil. Conforme ponderam Shikida e colaboradores (2009 *apud* SINGER, 2009, p. 92)

O PBF mostrou alguma evidência de impacto positivo na eleição, porém os resultados não se mostraram robustos. Mesmo se significativo fosse, o valor do estimador seria bem menor do que o necessário para que essa fosse a variável-chave para a compreensão da eleição de Lula.

Desta forma, ainda que o Programa Bolsa Família tenha sido significativo no processo eleitoral, entende-se que as mudanças na qualidade de vida das pessoas de baixa renda, com a implantação e ampliação do programa de transferência de renda, no conjunto com outras políticas focalizadas, de combate à pobreza e acesso a bens e serviços, implicaram nas transformações de posicionamento e de trajetórias dos indivíduos e, conseqüentemente, da política brasileira.

Neste ínterim, muitas críticas e ponderações são realizadas aos programas sociais e de transferência de renda, algumas delas direcionadas a sua eficiência e eficácia e outras, inclusive, à sua própria forma de identificação do público-alvo, sistematização das estratégias e abrangência das ações. Destacando-se que no

âmbito das Políticas Sociais existem ações focalizadas e universais, muitos estudiosos e pesquisadores entendem que as políticas focalizadas, que direcionam ações e recursos a um público muito específico, seriam ineficientes justamente por propagar uma estratificação dentro da própria população em situação de desigualdade, uma vez que os critérios em ter pessoas pobres e extremamente pobres são muito similares, por exemplo. E como já discutimos anteriormente, tal classificação não se restringe a questões estritamente de renda. Nesta perspectiva, vale a seguinte reflexão:

Políticas sociais focalizadas podem tornar-se um retrocesso para a luta dos trabalhadores se modificarem o caráter das políticas, transformando um amplo leque de direitos universais em meras ações assistencialistas ou compensatórias [...]. Outra conotação negativa de focalização é a hierarquização que o governo cria entre os pobres, entendendo às vezes prioritariamente, às vezes exclusivamente, o grupo definido por eles como mais vulnerável. Quando as políticas focalizadas seguem essa lógica, a focalização não atende os princípios da justiça social, porque entre os pobres e miseráveis a diferença de renda é mínima. [...]. Ademais, as políticas sociais devem ir além do combate à pobreza dos mais pobres, devem ser o resultado de um esforço mais geral e concertado da sociedade, no qual políticas de transferência de renda, bem como outras políticas mais estruturais, componham um projeto social mais amplo de inclusão (THEODORO; DELGADO, 2003, *apud* PASSOS, 2014, p. 613).

Assim como os programas de transferência de renda foram historicamente criticados pela característica de focalização em todo o mundo, no Brasil isso não se difere, pois muitos pesquisadores e atores políticos atribuem resultados negativos ao Programa Bolsa Família por entender que sua execução contraria o princípio da universalidade da política assistencial.

A “focalização perfeita” pretendida por alguns, “sem vazamento para os não-pobres”, torna-se um mecanismo de exclusão. A focalização do gasto social nos “mais pobres” deixa de fora parcelas importantes da população que precisam do gasto público para sobreviver e para melhorar sua qualidade de vida. Esse é o grande problema da focalização a partir de “linhas de pobreza” exclusivamente baseadas na renda, que deixa de fora inúmeras famílias que porventura estejam “acima” da linha, mas que continuam em situações de precariedade, dada a enorme “rotatividade” em torno à linha de pobreza frente a qualquer evento como a perda do trabalho, a doença ou a velhice. Com esse desenho, esses programas focalizados são a “antipolítica” social, na medida em que exigem comprovação de pobreza – o que permite a sua “inclusão” não por direito de cidadania mas sim por ser mais “pobre” do que o vizinho – não garantindo, portanto, a base de igualdade necessária a uma verdadeira política social. Trata-se de garantir que os serviços e bens públicos cheguem aos que deles necessitam, de forma universal e não discriminatória (SOARES, 2014, p. 14).

É necessário, portanto, considerar que apesar da efetividade das políticas focalizadas, no sentido de garantir uma renda mínima para sujeitos e famílias específicas, também se observa sua fragilidade no sentido mais amplo de efetivação de direitos, uma vez que os critérios exclusivamente de renda não compreendem, como já abordado anteriormente, as múltiplas facetas da pobreza no Brasil. Contrastando com o exposto, alguns autores, a exemplo de Passos (2014), defendem que:

O uso da focalização não exclui a universalização como princípio. Na verdade, em certas circunstâncias, é necessário usar a focalização como mecanismo de direitos sociais universais. No Brasil, e nos demais países com acentuada pobreza e desigualdades, uma parcela considerável da população precisa do Estado para suprimento das necessidades básicas. Políticas com o foco nos mais pobres são precisas enquanto o orçamento destinado às políticas sociais for insuficiente para garantir serviços universais de qualidade (PASSOS, 2014, p. 613).

Caberia, talvez, rever pontos relacionados aos objetivos e desenho operacional do Programa Bolsa Família, no que tange tanto aos critérios para sua concessão, quanto às estratégias de acompanhamento dos seus beneficiários, de modo a criar redes de ações e políticas públicas que primem pela redução das desigualdades. Sendo assim, a transferência de renda seria utilizada como base para o acesso a outros bens, serviços e direitos sociais que foram negados a estas populações, articulando e ampliando o acesso a outras políticas sociais, na perspectiva de uma de ampliação de direitos.

Apesar das controvérsias que contrapõem também a abordagem tradicional do trato da pobreza ao enfoque frequentemente criticado como tecnicista, a tendência tem sido o aperfeiçoamento e a consolidação crescente de sua institucionalidade dos programas de transferência de renda ao longo do tempo. Há no entanto, que separar a realidade do mito: é forçoso reconhecer que as transferências de renda são, por definição, assistenciais, e neste sentido, incapazes de resolver o problema da pobreza de maneira geral. Sua função primordial é amenizar os efeitos presentes da pobreza e da desigualdade no que elas dependem da renda. Contribuem assim para tornar menos crítica a condição de vida dos pobres no período em que políticas capazes de levar a mudanças estruturais ainda não surtiram efeito. Reconhecendo o seu caráter assistencial como premissa básica, é irrefutável constatar que os programas de transferência de renda no Brasil constituem hoje uma história de sucesso (ROCHA, 2013, p. XII).

Além das críticas direcionadas aos programas e benefícios sociais, dos preconceitos existentes contra os usuários destes serviços, há que se entender da necessidade de sua aplicabilidade para a compensação de faltas históricas que, a partir da desigual distribuição de renda no Brasil e da negação de tantos direitos,

deixam uma parcela significativa da população sem acesso a bens e serviços. Estas políticas, ainda que de modo reduzido ou mesmo focalizado, se constituem avanços na distribuição de renda e da garantia de direitos universais. Reitera-se, pois, que o princípio da política social deve zelar para que essa garantia se dê de forma ampla e plena. Corroborando esta ideia, Sposati (2009, p. 01) indica que

A universalização da proteção social exige superar o embate entre sua alternativa securitária, vinculada ao trabalho, e a de cidadania, assentada em padrões civilizatórios da sociedade. A resistência a esse alargamento é profunda e ultrapassa o campo conservador, liberal ou de direita. Analistas progressistas também reagem a ele negativamente.

O acesso a políticas públicas, mediado pelos programas sociais e de transferência, são significativos, uma vez que tiram da invisibilidade e da situação de pobreza e/ou extrema pobreza indivíduos que tiveram uma história demarcada pela exclusão. Com a efetivação destas políticas muitos indivíduos, famílias, comunidades e grupos sociais tiveram a possibilidade de ser atendidos, não mais numa perspectiva assistencialista, de benesse ou favoritismo político, mas como ações que se configurem, de fato, como justiça social e garantia de direitos. Entretanto, não se pode desconsiderar que a estruturação de grande parte dos programas de transferência de renda pauta-se na premissa de que os critérios para inclusão nestes programas, assim como a própria conceituação de pobreza, limitam-se a avaliar fatores essencialmente econômicos, reduzindo-se a ações focalizadas, em detrimento de políticas universalistas.

Outra crítica que se aplica ao Programa Bolsa Família, importante de ser considerada nesta discussão, refere-se à questão das condicionalidades impostas ao programa, no entendimento de que estas são gargalo para se medir a eficiência da política de transferência de renda, e sua potência para possibilitar que as/os beneficiárias/os acessem outras políticas públicas e possam, assim, superar as condições de desigualdades, para além da questão meramente econômica, uma vez que cobram das/os beneficiários o cumprimento de determinadas condicionalidades, sem que as condições e os meios para acessarem tais espaços e ações sejam ainda viabilizados.

Em suma, a realidade socioeconômica que coloca grande parte da população em condição de pobreza e, conseqüentemente, inserida em programas sociais, (sobretudo de transferência de renda), torna-se campo de estudo e pesquisa, inclusive

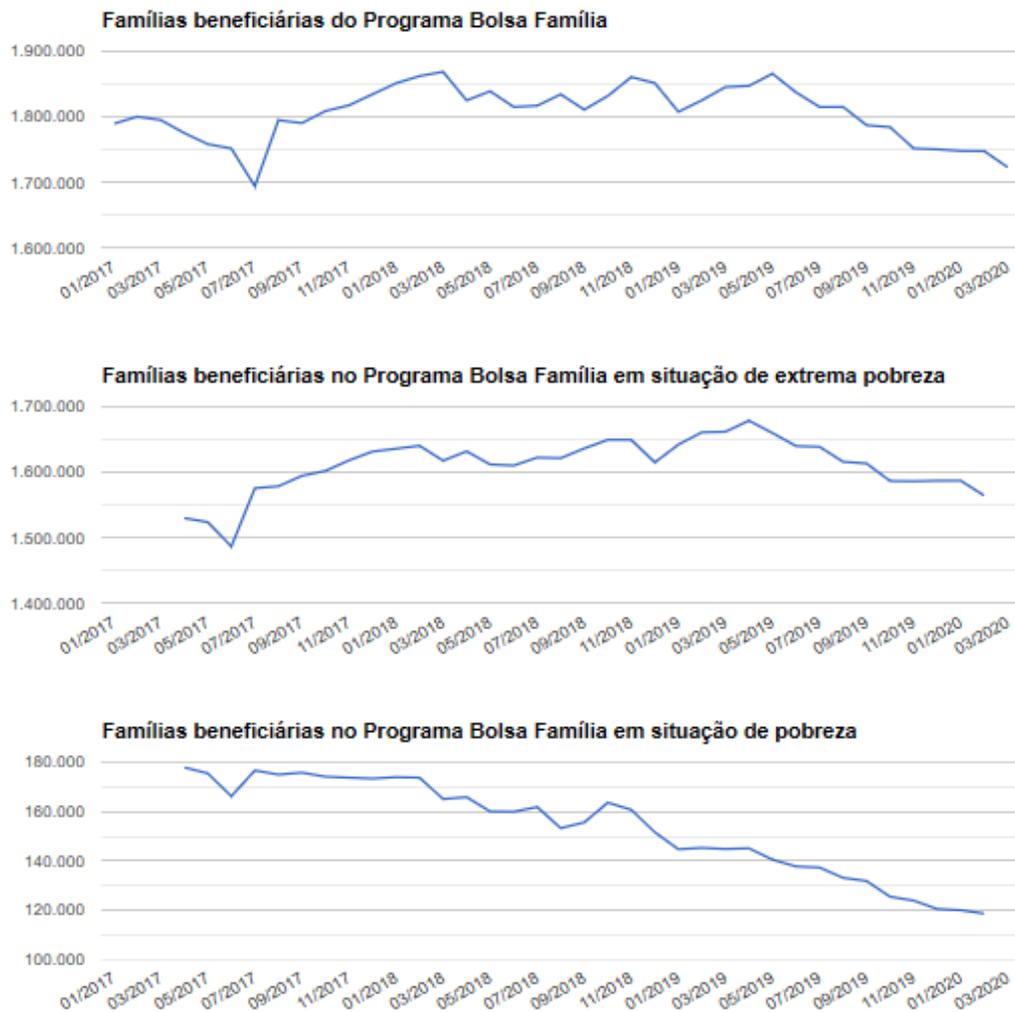
sobre a relação entre os programas sociais e as vinculações a outras políticas públicas.

Nesse sentido, as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado, nos seus três níveis e não às famílias, visto que implicam e demandam a expansão e a democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade. Entendo que o que poderia ser desenvolvido seriam ações educativas, de orientação, encaminhamento e acompanhamento das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis. Assim concebidas, as condicionalidades, ao contrário de restrições, imposições ou obrigatoriedades, significariam ampliação de direitos sociais (SILVA, 2007, p. 1436).

Se pensarmos de modo ainda mais pontual, as condicionalidades estão muito focadas em alguns componentes familiares: a mãe, os filhos em idade escolar, as gestantes e mais dois ou três membros com características bastante específicas. As condicionalidades estabelecidas, como as do Programa Bolsa Família, limitam-se por vezes às atenções básicas de educação e saúde, desassistindo, por exemplo, a trajetória de vida destas famílias no acesso ao ensino superior e em outras trajetórias acadêmicas, com vistas à formação profissional e à atuação social e política. Diante do exposto, podemos problematizar: como ficam as condições de acesso da família como um todo às políticas que estão postas como condicionalidades? O poder público tem garantido o direito à educação e à saúde para as populações beneficiadas do Programa Bolsa Família, o mais próximo de suas residências?

Apesar das lacunas percebidas e das muitas críticas e polêmicas na esfera política e social, o Programa Bolsa Família vem recebendo elogios por parte de sociólogos e economistas, uma vez que gasta muito pouco – estimado em 0,5% do Produto Interno Bruto – PIB – e contribui substantivamente para a melhoria da qualidade de vida. São inegáveis os avanços decorrentes desde sua implantação até as muitas adequações existentes no Programa Bolsa Família, ao longo destes anos e, apesar de algumas fragilidades observadas, é inegável a contribuição que estes programas consolidam nas vidas das famílias beneficiadas. Pena (2018) afirma que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a estimativa era a diminuição de 28% da miséria do país em 2012 somente pelo Bolsa Família. O autor ainda sinaliza que um relatório apresentado pela Assembleia das Nações Unidas em 2013 colocou o Brasil como o 13º país que mais investe no combate à pobreza no mundo, em um *ranking* composto por 126 países em desenvolvimento (PENA, 2018).

**Figura 5 – Quantitativo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil de 2017 a 2020**



Fonte: SAGI, 2020

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2018) no ano de 2018 quase 46,6 milhões de brasileiros contavam, todos os meses, com o auxílio indispensável do Programa Bolsa Família para garantir a alimentação, a saúde e a educação das famílias. Dentre as cinco regiões do País, a que possui maior número de famílias cadastradas é a região Nordeste (6,98 milhões). O fato é que hoje o Programa Bolsa Família tem grande incidência nas diferentes regiões do país, considerando inclusive a persistência da pobreza em diversos territórios, como já fora apresentado anteriormente. Todavia, se na Região Nordeste do país apresentam-se os maiores índices de pobreza é, no mínimo, consonante, que neste território concentre-se a maior parte de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Estranho seria o contrário.

Os dados mais recentes acerca da concessão do benefício do Programa Bolsa Família apontam os seguintes números no ano de 2020: 13.058.228 famílias beneficiárias pelo PBF, sendo que destas 10.986.359 encontram-se em situação de extrema pobreza e 1.648.576 em situação de pobreza, conforme ilustra a Figura 5 acima.

Aqui, faz-se importante registrar, neste declínio na quantidade de família beneficiárias do Programa Bolsa Família, dentre tantas outras questões relacionadas, os impactos da Emenda Constitucional 95/16, que congelou os gastos públicos perceptíveis na Política de Assistência Social e nos programas de transferência de renda o que comprometeu, significativamente, na ampliação ou mesmo na manutenção de programas, projetos e benefícios desta seara, impactando diretamente na qualidade de vida de pessoas empobrecidas. Como registra uma matéria da Colunista Hilda Cavalcanti na Rede Brasil Atual (2018)

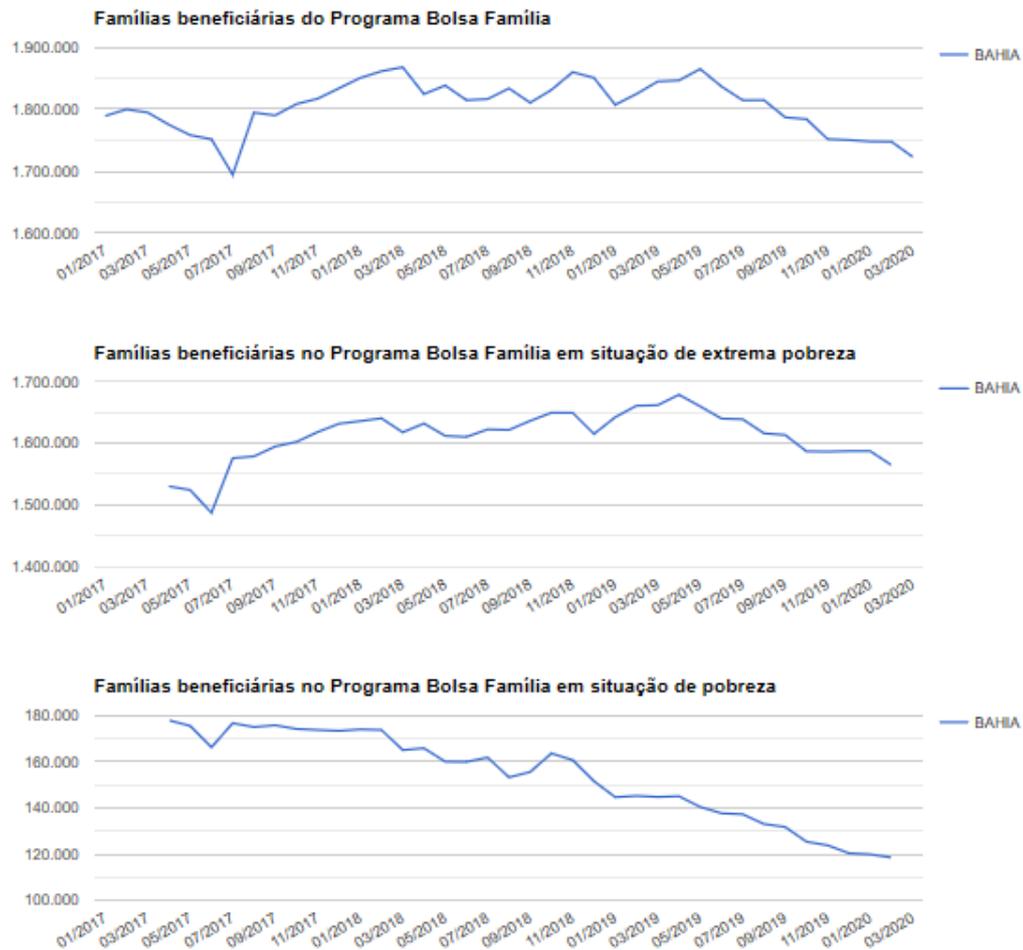
A Emenda Constitucional 95/16, que congelou os gastos públicos, além de não ter contribuído para combater a crise econômica do país teve efeitos particularmente negativos em relação aos direitos sociais. [...] Conforme estudo elaborado com participação da relatoria das Nações Unidas sobre Extrema Pobreza e DH, em vez de melhorar o déficit público, o congelamento tem aprofundado desigualdades socioeconômicas na sociedade, com impactos desproporcionais para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Carece, pois, enfatizar, que as discussões acerca da superação da pobreza e das desigualdades, bem como a implementação dos dos programas de transferência de renda e os investimentos nesta seara perpassam pela formação das arenas partidárias e, conseqüentemente, dos interesses de grupos políticos específicos e suas ideologias. Conforme pondera Shikida e colaboradores (2009, p34, Apud SINGER, 2009) “O PBF mostrou alguma evidência de impacto positivo na eleição, porém os resultados não se mostraram robustos. Mesmo se significativo fosse, o valor do estimador seria bem menor do que o necessário para que essa fosse a variável-chave para a compreensão da eleição de Lula.” Desta forma, ainda que o programa Bolsa família tenha sido significativo no processo eleitoral em 2006, entende-se que as mudanças na qualidade de vida das pessoas de baixa renda, com a implantação e ampliação do programa de transferência de renda, no conjunto com outras políticas focalizadas, de combate à pobreza e acesso a bens e serviços, implicaram nas transformações de posicionamento e de trajetórias dos indivíduos e, conseqüentemente, da política brasileira.

Recentemente, com o fervor das eleições presidenciais 2018, o Programa Bolsa Família volta para a cena com muita força, estando presente nos Planos de Governo dos diferentes partidos e coligações de forma bastante distinta, conforme os interesses e convicções das diferentes arenas políticas, sobretudo se considerada a polarização do segundo turno, disputado entre os partidos da esquerda e da direita – PT e PSL, respectivamente – uma frente progressista e outra extremamente conservadora. E se as discrepâncias de perspectivas em torno da pobreza e dos programas de transferência de renda não ficaram tão perceptíveis nos planos de governo registrados na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral, suas polarizações se deram nos debates, redes sociais e meios de comunicação de massa. Um dos pontos que merece destaque foram os discursos preconceituosos direcionados, sobretudo, à população do Nordeste, que majoritariamente votou no candidato do PT no primeiro turno, resultado que fora atribuído à ignorância e manipulação dos beneficiários do Programa Bolsa Família, que teriam votado no candidato do PT única e exclusivamente por receberem o benefício e serem “reféns” deste vínculo.

O fato é que os avanços no quantitativo de pessoas beneficiárias do PBF no Brasil e no Estado da Bahia não se fez presente no atual governo. O que estamos a observar em algumas situações é uma estagnação na quantidade de famílias beneficiárias em alguns momentos e o declínio em outros. O Programa Bolsa família tem grande incidência nas diferentes regiões do país, considerando inclusive a persistência da pobreza em diversos territórios, como apresentaram os dados anteriormente. Todavia, se na Região Nordeste do país apresentam-se os maiores índices de pobreza é, no mínimo, consonante, que neste território concentre-se a maior parte de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Estranho seria o contrário. Nesta mesma direção, a Bahia é o maior beneficiário do Programa Bolsa Família em número de famílias atendidas e em valor repassado no ano de 2010, tendo o total de 1.662.069 famílias beneficiárias do PBF no estado e o número de pessoas atendidas chegava a 6.191.691.

**Figura 6** – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na Bahia.



Fonte: SAGI, 2020

Considerando-se que a população total do estado, de acordo com o Censo do IBGE do ano de 2010, era de 14.016.906 habitantes, a proporção de beneficiários alcançou 44,17% da população total naquele ano. Nesse mesmo ano, em 322 municípios, tal proporção foi superior a 50% (SGANZERLA; BORGES, 2014). Na Bahia o Programa Bolsa Família beneficiou 1.722.922 famílias no mês de março de 2020, das quais 118.528 estavam em situação de pobreza e 1.564.371 em situação de extrema pobreza, conforme demonstra a figura acima (Figura 6).

E, retomando ao município utilizado como campo desta pesquisa, registra-se na plataforma do MDS (MDS, 2020b) que o PBF beneficiou, no mês de março de 2020, 4.544 famílias. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 238,15 e o valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.082.175,00 no referido mês. Trata-se de praticamente um milhão de reais circulando em um município de aproximadamente 33 mil habitantes, diretamente administrado pelas famílias que, além de utilizarem esta renda para acessar a bens e

serviços, movimentando o comércio local, também a aplicam para viabilizar o acesso a outras políticas públicas, como educação, saúde e cultura, dadas as tantas especificidades deste território.

Além da aplicabilidade do Programa Bolsa Família como sendo um direito à renda, cabe aqui destacar também a implantação de programas municipais que surgem como possibilidade para a complementação de renda de famílias empobrecidas. Um dos exemplos, que inclusive se faz presente na análise das trajetórias de algumas das pessoas entrevistadas, é o Programa de Garantia de Renda Mínima Cidadã do município pesquisado, o qual se caracteriza como um programa de transferência de renda direta com a finalidade de promoção social e autonomia das famílias beneficiadas, mediante o repasse de recursos financeiros de até R\$ 500,00. Este montante é destinado às famílias que se encontrem em situação de risco social, conforme critérios acompanhados pelas equipes técnicas da Política de Assistência Social do município. Para a inserção das pessoas no programa, a lei municipal institui critérios como: renda familiar de até um salário mínimo e residência no município por no mínimo três anos, além de cumprir com o Termo de Responsabilidade e Compromisso fornecido pela Secretaria de Assistência Social. As pessoas após serem contempladas deverão prestar serviços de acompanhamento e desenvolvimento de atividades socioeducativas oferecidas pela Secretaria de Assistência Social ou colaborar com outros serviços comunitários designados pela gestão do programa.

Entende-se que com a efetivação destas políticas de transferência de renda muitos indivíduos, famílias, comunidades e grupos sociais tiveram a possibilidade de ser atendidos, não mais em uma perspectiva assistencialista, de benesse ou favoritismo político, mas como ações que se configurem, de fato, como justiça social e garantia de direitos. Há que se enfatizar a necessidade de sua correta aplicabilidade para a compensação de faltas históricas que, a partir da desigual distribuição de renda no Brasil, deixam uma parcela significativa da população sem acesso a bens e serviços. Estas políticas estão para, ainda que de modo reduzido ou mesmo focalizado, avançar no sentido da distribuição de renda e da garantia de direitos universais.

A partir da observação dos dados nacionais e locais sobre a incidência dos programas de transferência de renda, entende-se que o Programa Bolsa Família tem contribuído para o desenvolvimento e a evolução socioeconômica no país. São

marcas que perpassam pelas dimensões pessoais, afetivas, políticas e econômicas. De acordo com Ivo (2008, p. 220-221)

Essa evolução demarca a repercussão de três fatores distintos: (i) de um lado, a ampliação dos direitos sociais básicos de caráter constitucional, a partir da Constituição Brasileira de 1988, como efeito da expansão de direitos a segmentos sociais não-contributivos, garantidos no patamar do salário mínimo; (ii) um incremento de transferência de renda dos programas sociais, especialmente do *Bolsa Família*, a partir de 2004, cuja focalização acompanha a prioridade da agenda internacional de luta contra a pobreza, respondendo, ao mesmo tempo, às demandas internas de superação da fome e das desigualdades sociais no país, especialmente nos segmentos de renda mais baixa; (iii) e a recuperação do mercado de trabalho, em 2005-2006, com o aumento do valor do salário mínimo e seus efeitos sobre a formação da renda das famílias trabalhadoras. Essa evolução nos permite dizer que, para os setores de renda extremamente baixa, não se altera a participação da renda proveniente do trabalho na renda familiar, mantendo-se no mesmo patamar, enquanto cresce, proporcionalmente, a participação da seguridade e dos programas de transferência de renda na composição de sua renda familiar.

Em suma, compreende-se que hoje o Programa Bolsa Família é um dos principais instrumentos para alívio imediato da pobreza, principalmente em se tratando das famílias que têm este benefício como sendo a única renda mensal. Pesquisas demonstram impactos positivos que os programas de transferência de renda produzem, pois mesmo que o benefício seja de pequeno valor monetário, esses programas ocupam um papel central nas alterações das condições de vida das famílias atendidas tanto no aumento da capacidade de consumo familiar, quanto produzindo efeitos na educação, saúde, nutrição, além da promoção de melhorias em indicadores socioeconômicos e diminuição da pobreza e desigualdade de renda no Brasil. Concomitantemente, promovem efeitos na autoestima, no reordenamento do espaço doméstico e no acesso das mulheres ao espaço público, no empoderamento das mulheres, possibilitando-lhes maior poder de barganha e maior capacidade de fazer escolhas e decisões alocativas (MEDEIROS 2008, *apud* MONTEIRO, 2015).

Nesse sentido, segundo Silva (2007 *apud* MONTEIRO, 2015), esses programas apresentam dupla face: uma compensatória, representada pela transferência monetária, para permitir a sobrevivência imediata das famílias pobres, e a outra de acesso a políticas universais, para oferecer condições de automatização futura dessas famílias.

Todo este processo, de acesso das minorias a espaços de participação, como aos bens e serviços, cria processos de reconfiguração e relação social. Como alerta Messenberg (2017), além da intolerância à diferença, destaca-se a revolta particular

da classe média brasileira em ter que dividir os espaços sociais habitualmente monopolizados por ela e o medo da perda de seus privilégios. Avritzer (2016 *apud* MESSEMBERG, 2017) afirma que nos treze anos anteriores, os quais correspondem às gestões petistas no Governo Federal, ocorreram mudanças significativas no padrão de consumo das camadas mais pobres de nossa sociedade. Mais de 20 milhões de pessoas ultrapassaram a linha da pobreza, houve aumentos reais e contínuos no salário mínimo e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e de inclusão social, como as ações afirmativas, produziram transformações concretas nos padrões de integração e exclusão sociais no país.

Um novo segmento social com capacidade de consumo de bens duráveis e não duráveis passou a ocupar espaços e a dividir o uso de serviços, nunca antes compartilhados pela classe média nacional com outras camadas mais pobres da população (aeroportos, shoppings, universidades e planos de saúde). Mais do que dividir espaços, as manifestações de ódio da classe média brasileira, durante os protestos de 2015, expressavam o seu pânico em perder privilégios seculares. Privilégios esses que obviamente não são vistos como tais, mas enquanto resultado natural de um processo justo de concorrência e mérito (SOUZA, 2015 *apud* MESSEMBERG, 2017).

Lançando um olhar para a realidade das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, Monteiro (2015, p. 03) aponta que

Com relação à autonomia das mulheres as transferências podem ter efeito contrário, perpetuando papéis de gênero à medida que a provisão de renda às famílias faz com que as mulheres se retirem do mercado de trabalho e se dediquem aos cuidados das crianças.

Em se tratando das condições para acesso à educação superior, tais fatores precisam também ser considerados, pois assim como o benefício pode ser utilizado como alívio imediato à pobreza e que dá autonomia para a mulher escolher seus espaços de ocupação, também pode ser reforçador de um papel materno e de administradora do lar, inviabilizando seu acesso aos espaços educativos e de trabalho. Todavia, entende-se que a transferência direta de renda às famílias, em sua maioria gerida por mulheres, viabiliza que estas possam reconfigurar as questões econômicas, trabalhistas e até mesmo de participação social e política, uma vez que o acesso a uma renda mínima dá condições de superação a tantas desigualdades postas e que marginalizaram, historicamente, as mulheres.

De acordo com Williams (2014) para que essas mulheres sejam de fato empoderadas é necessário mais do que somente a transferência de renda. Essas mulheres ainda permanecem engessadas no processo de empoderamento efetivo, com quase nenhum aumento do seu poder de escolha. É necessário, por exemplo, que essas mulheres recebam incentivos que as retirem do verdadeiro atraso na formação profissional e na escolarização. É importante promover o letramento e a alfabetização das beneficiárias dos programas de transferência de renda para que seu futuro seja menos sofrível, assim como, promover cursos profissionalizantes que efetivamente lhes garantam melhores oportunidades de trabalho, tanto em termos de remuneração quanto em termos de qualidade de vida. Tudo isso representaria o aumento dos recursos possíveis a essas mulheres, impactando positiva e diretamente na autonomia dessas mulheres e nas realizações possíveis a elas, dentro dos contextos em que estão inseridas. Bottinni e Isidoro (2018, p. 08) complementam que

A dignificação como sentimento pessoal conquistada através da percepção de uma renda, ainda que mínima, como a fornecida pelo Bolsa Família, tem impactos relevantes naquilo que diz respeito à identidade daquelas que se encontram às margens da sociedade, sendo importante instrumento de busca pelo processo emancipatório de futuras gerações. Ademais, tendo como principal proposta o combate à pobreza, necessário seria a reformulação do programa e a introdução de uma perspectiva de gênero, uma vez que o mesmo, nos moldes atuais acaba por reduzir as responsabilidades do homem nos núcleos familiares de baixa renda, reforçando as ideias de gênero, continuando à mulher, com seus papéis do cuidado no seio doméstico e familiar.

Ora, há que se considerar, no árduo e gradativo processo de emancipação das mulheres, que este perpassa, sim, pela definição do poder no contexto familiar para, posteriormente, estar consolidado em outros espaços. Como já apontava Ruth Landes (1967) foi pelo processo de reconhecimento nos espaços culturais, religiosos e familiares que as mulheres negras atingiram o auge da visibilidade no poder, tanto sob a escravidão como após sua emancipação, controlando os espaços públicos e as sociedades religiosas, também controlaram as suas famílias e manifestaram pouco interesse no casamento oficial, por causa da conseqüente submissão ao poder do marido. As mulheres conquistaram e mantêm a consideração dos seus adeptos masculinos pela sua simpatia e equilíbrio, bem como pelas suas capacidades e habilidades diversas.

De certo modo, analisar os processos históricos de emancipação da mulher brasileira perpassa por este viés dos programas de transferência de renda que,

mesmo com algumas limitações na ampliação dos papéis sociais a esta designados, viabiliza condições de autonomia financeira e novas formas de estabelecer relações familiares e de poder, rompendo com alguns ciclos de submissão e miséria. Há que se pensar, portanto, em avanços no que tange às estruturas de manutenção da figura feminina como aquela que se limita aos espaços domésticos, impedida de ascender socialmente, inclusive tendo como recorte aquelas que acessam à Educação Superior, subsidiadas pelos recursos do Programa Bolsa Família, que embora sejam talvez quantitativos irrisórios, despontam como uma parcela de beneficiárias que utilizam do benefício para refazer suas trajetórias, no que tange à perspectiva de educação e da qualificação profissional.

Faz-se necessário ressaltar que, desde sua origem, os Programas Sociais enfrentam a constante resistência, sobretudo das elites, na visão de que os direitos dos pobres não devam ser garantidos pela transferência de renda, inculcando a ideia de que este mecanismo incentiva a ociosidade e reduz o interesse pelo trabalho. Apesar de estar, quase sempre, no cerne dos debates políticos no país, há que se refletir se a intencionalidade é combater, de fato, a pobreza, ou simular estratégias que seriam paliativas a um problema bem mais complexo. Há quem diga ainda de iniciativas ou ideologias que não visam a combater a pobreza, mas o pobre. São perspectivas que culpabilizam os indivíduos e fazem crer que, exterminando-os, os problemas estariam resolvidos.

Entende-se que as exclusões e preconceitos em torno das questões de pobreza no mundo têm antiga gênese e são bastante evidentes na realidade brasileira, pois embora existam muitas conquistas neste contexto, inclusive com a garantia de renda para famílias empobrecidas, aumentaram também os julgamentos, não somente como forma de 'avaliar' os programas de transferência de renda, mas no sentido de entender o beneficiário como culpado pela situação de pobreza e que sua exclusão dos espaços deva ser mais eficiente do que a reinserção e garantia de direitos.

Há uma repulsa escancarada às pessoas que, sendo beneficiadas por estes programas passam a acessar outras políticas públicas, bens e serviços. É com repugnância que a elite encara a presença de pessoas empobrecidas, pessoas negras, população indígena, população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, *queer*, intersexuais e assexuais – LGBTQIA+, e tantos outros grupos e segmentos massificados que adentram a espaços antes consagrados aos

brancos, heterossexuais e ricos. Não obstante, são comuns as cenas de preconceito, discriminação, violências e violações de direitos destes segmentos nas escolas, universidades, locais de trabalho, dentre outros tantos espaços que passam a ocupar por vias da renda mínima que possuem através dos benefícios socioassistenciais.

É comum ouvir, neste bojo, discursos que desqualificam os programas de transferência de renda, muitos dos quais apresentam-se em frases prontas do tipo: “não dê o peixe, ensine a pescar”, ou ainda colocando uma ação (transferência de renda) como impossibilidade à outra (política pública), a exemplo do apontamento da educação como sendo uma alternativa que anulasse a necessidade de concessão de um benefício, expressa nos termos: “só a educação pode acabar com a pobreza”, como se fosse simplória a questão da pobreza, ou mesmo igualmente acessíveis, a ricos e pobres, a política educacional, em seus diferentes níveis. Ainda que entendêssemos a educação como sendo a ferramenta mais eficaz de combate à pobreza, pensemos: quais as condições reais que uma pessoa pobre ou extremamente pobre tem para acessar e permanecer na Educação Superior, por exemplo?

Chega a parecer que as estratégias construídas para o enfrentamento à pobreza – neste caso os Programas de Transferência de Renda –, criam um outro problema: o preconceito contra as pessoas beneficiárias dos programas sociais. É como se o mínimo de dignidade que essa população passa a ter, fosse ofensivo a quem tanto lhes tirou.

Costumo dizer que o principal obstáculo ao Bolsa Família ainda é o **preconceito contra os pobres**, como se as pessoas fossem pobres por opção própria, porque são preguiçosos ou perdedores. Há grandes mitos, segundo os quais as famílias têm mais filhos para aumentar o valor do benefício e os beneficiários têm preguiça de trabalhar... (CAMPELLO, 2014, p. 608, grifo da autora).

Ora, esta reflexão se faz pertinente justamente pelo fato de que se discute aqui o processo de emancipação de sujeitos que, tendo suas trajetórias marcadas pelos processos de segregação, exclusão e miséria, refazem suas trajetórias a partir de políticas que buscam reconfigurar os espaços de participação. Fala-se de jovens, mulheres, negras/os... atores sociais que, por via de programas sociais e de transferência de renda, pela conquista de ações afirmativas e implementação de políticas públicas vislumbram, tímida ou mais ousadamente, novas possibilidades de participação, acesso e permanência em espaços que lhes são de direito.

Esses programas orientam-se pela perspectiva de contribuir para a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres. Parto do entendimento de que existem diferentes concepções de pobreza, orientadas por diferentes valores que definem a construção e a implementação de diferentes alternativas de políticas de intervenção social. A concepção adotada é de que a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política. Referencio-me também no entendimento de que a articulação de transferência monetária com políticas e programas estruturantes, enquanto um dos pressupostos centrais dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, demanda a expansão e a democratização de serviços sociais básicos. Isso exige a expansão quantitativa e qualitativa dos Sistemas de Saúde, de Educação e de Trabalho, ainda muito precários (SILVA, 2007, p. 1430).

O acesso às políticas públicas, mediado pelos programas sociais e de transferência, são significativos, uma vez que tiram da invisibilidade e da situação de pobreza e/ou extrema pobreza indivíduos que tiveram uma história demarcada pela exclusão. Com a efetivação destas políticas muitos indivíduos, famílias, comunidades e grupos sociais tiveram a possibilidade de ser atendidos, não mais numa perspectiva assistencialista, de benesse ou favoritismo político, mas como ações que se configurem, de fato, como justiça social e garantia de direitos.

As políticas sociais são mediadoras dessa distribuição em favor da população mais carente, e têm por objetivo garantir segurança econômica e alimentar às famílias dos trabalhadores mais pobres, compensando-as quanto aos riscos de caírem em situação de carência material. Supõem também o desenvolvimento de capacidades extra-econômicas que permitam aos segmentos dos trabalhadores melhores condições de integração social (IVO, 2008, p. 222).

Em suma, entende-se que a implantação e implementação de Programas Sociais e de Transferência de Renda podem tornar-se formas de construir espaços de inclusão e minimização das desigualdades, com vista a um desenvolvimento que perpassa não somente pelo acesso a bens e serviços, mas pelas possibilidades de emancipação dos sujeitos, pela valorização de suas trajetórias e pela promoção de suas individualidades, mas visceralmente pela forma como os sujeitos atingidos por tais ações passam a internalizar, apropriar e participar – perceber-se como parte – destes processos, no entendimento de que tanto as estruturas externas quanto as construções internas são componentes do processo de emancipação e desenvolvimento humano pretendido pelas políticas de redução das desigualdades sociais.

Para além das críticas direcionadas aos programas e benefícios sociais, bem como dos preconceitos existentes contra as/os usuárias/os destes serviços e beneficiárias/os de tais programas, há que se entender da necessidade de sua aplicabilidade para a compensação de faltas históricas que, a partir da desigual distribuição de renda no Brasil, deixam uma parcela significativa da população sem acesso a bens e serviços. Estas políticas estão para, ainda que de modo reduzido ou mesmo focalizado, avançar no sentido da distribuição de renda e, para além disso, possibilitar a garantia de direitos universais.

Para a construção de um projeto civilizatório, para além da economia, a Política Social não pode ser entendida apenas na perspectiva “de geração de renda”. Ela é também aquela capaz de garantir direitos sociais, constitutivos dos direitos humanos e de cidadania. Nesta perspectiva, educação e saúde não são necessárias para “aumentar a competitividade”, ou apenas para gerar emprego e renda, mas também, e sobretudo, para propiciar o acesso a direitos fundamentais. Com isso, estamos defendendo a tese de que, assim como a exclusão social não pode ser medida apenas pela renda, a inclusão social também implica em um conjunto de ações muito mais amplo do que garantir renda para consumir no “mercado” (SOARES, 2014, p. 07).

Há que se reafirmar, portanto, a resistência e o enfrentamento de movimentos sociais, partidos políticos, sociedade civil e diferentes atores sociais buscando a consolidação das políticas sociais nas práticas cotidianas e encampando ações com vistas à implantação e implementações de normativas que possam garantir sua continuidade, inclusive por entender que a transferência direta de renda é uma forma de alívio imediato da pobreza, além de subsidiar o processo de emancipação dos sujeitos e viabilizar o acesso a outras políticas públicas.

Destaca-se, pois, que os programas sociais, em particular os programas de transferência de renda, configuram-se hoje no Brasil como importantes mecanismos na tentativa de corrigir faltas históricas que deixaram as pessoas empobrecidas à margem das políticas públicas. São práticas que se destinam ao combate à exclusão e redução das desigualdades. É fato que estas ações não são suficientes para erradicar a pobreza no Brasil e que muitas mudanças precisam ainda ocorrer nas estruturas sociais, políticas e econômicas para possibilitar equidade e igualdade, mas o processo de implantação e implementação de programas de transferência de renda, bem como de políticas de cotas, são sinais de avanço na garantia de direitos.

### 3.2 – As Políticas de acesso e permanência na Educação Superior

Antes ainda de adentrar à contextualização da Educação Superior, de fato, cabe retomar a anterior discussão de que os ciclos de pobreza se reverberam e suas crias se reproduzem desde antes que o indivíduo chegue neste nível de educação, quando chega. Isso porque o próprio sistema de ensino, desde as séries primárias, torna-se, por vezes, engrenagem para que a pobreza se potencialize, as exclusões se intensifiquem e se justifiquem, como muito bem nos situa Dubet (2004, p. 542):

Fundamentalmente a Sociologia da Educação mostra que a abertura de um espaço de competição escolar objetiva não elimina as desigualdades. Primeiro as desigualdades entre as pessoas, pois, desde a escola elementar, as diferenças de desempenho entre alunos que pertencem às mesmas categorias sociais são evidentes. Depois, as desigualdades entre os sexos e entre os grupos sociais persistem e, desde o início, os mais favorecidos têm vantagens decisivas. Essas desigualdades estão ligadas às condições sociais dos pais, mas também ao seu envolvimento com a educação, ao apoio que dão aos filhos, bem como à sua competência para acompanhá-los e orientá-los.

Daí, olhando para a trajetória arriscada por alguns sujeitos, com o anseio de romper com ciclos de pobreza, faz-se necessário pensar como a educação superior pode ser configurada na perspectiva de redução das desigualdades sociais ou, ao contrário, como este nível de ensino tem se estabelecido enquanto meio para acentuar as discrepâncias de classes e marginalizar determinadas camadas sociais. Há que se registrar o histórico distanciamento das classes populares e pobres das instituições de ensino superior, devido às muitas implicações dos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Para compreender a configuração da Educação Superior no Brasil é importante que se faça um breve recorte histórico acerca da expansão desse nível de ensino no país, destacando alguns avanços e desafios do processo. Buscando uma síntese deste percurso de implantação e implementação da Educação Superior no Brasil Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018, p. 109) recorrem a alguns autores e assim apresentam esta trajetória:

O desenvolvimento do ensino superior brasileiro pode ser dividido em dois períodos: o primeiro caracterizado pelas escolas profissionalizantes, e, o segundo, pelas escolas de Filosofia, Ciências e Letras, dentre outras (BOTTONI *et al.*, 2013). Observa-se que a história da universidade no Brasil é relativamente recente, “quando comparadas às universidades da Europa” (BOTTONI *et al.*, 2013, p.17). A partir do início dos anos 1930, com a junção de escolas superiores de formação profissional, são criadas universidades públicas no Brasil, contando, inclusive, com a transformação das escolas confessionais existentes; e, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo

(MENEZES, 2000; RODRIGUES, 2011). Daí até o início dos anos 1970 expandiu-se a fundação de tais universidades em todos os grandes centros, muitas delas consolidando-se, sendo, algumas, privadas [...]. Ao longo dos anos 1970, observa-se o aumento na quantidade de universidades estaduais, assim como de IES privadas sem fins lucrativos; estas, voltadas quase exclusivamente para atividades de ensino e com pouca atuação em atividades de pesquisa e pós-graduação (MENEZES, 2000). O ensino superior particular ganha força, motivado por demanda por parte dos estudantes que não conseguiam vagas nas universidades públicas e que questionavam os governos pela falta de oportunidades para estudar (RODRIGUES, 2011). Houve, a partir daí, expansão das faculdades nas capitais e nas principais cidades do país.

Se comparada à história de outros países, a Educação Superior no Brasil ainda é uma política pública relativamente nova, mas com velhas e enrijecidas estruturas, que ainda reproduzem suas origens. Ela traz em seu bojo as marcas do processo colonizador, que reverbera práticas segregacionistas e excludentes, uma vez que sua implantação fora forjada no interesse de dar ensino de qualidade à elite, sem qualquer preocupação com o acesso das populações empobrecidas a este universo.

A história do desenvolvimento do ensino superior no Brasil mostra que este nível educacional esteve destinado a segmentos sociais hegemônicos, tendo como principal função a formação de lideranças intelectuais, políticas e econômicas. Ainda hoje, o acesso à educação é caracterizado por conferir privilégios ou privações para grupos específicos da sociedade (VARGAS, 2011). Este cenário ainda é verdadeiro na atual realidade da educação brasileira que, entretanto, preconiza o ensino obrigatório e de qualidade para toda a população. Grande parte da população pobre tem poucas chances de construir um percurso de longevidade educacional até a educação superior (QUEIROZ, 2006; PAIVA & BURGOS, 2010). Apesar da recente implementação de políticas, para garantir acesso e permanência de grupos historicamente segregados, os avanços ainda são insuficientes (HERINGER, 2013). Considerando este cenário, compreendo que o ensino superior é um espaço importante para refletirmos sobre os ciclos de reprodução das desigualdades sociais (SILVA, 2018, p. 18).

Em um contexto mais recente, políticas foram implementadas no sentido de garantir, além do acesso, a permanência de diferentes grupos à Educação Superior. Neste cenário, destacam-se alguns programas de âmbito federal que buscam a expansão do acesso à Educação Superior. O PROUNI – Programa Universidade para Todos e o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que estão aplicados diretamente à iniciativa privada; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI como medida de ampliação das condições de acesso à Educação Superior Pública. Eis algumas considerações acerca destes:

Evidentemente, o mérito em expandir o ensino superior no país como um instrumento de democratização da educação é algo louvável, principalmente

quando reconhecidamente articulado com políticas afirmativas concretas como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, do Governo Federal, que até 2003 seria responsável pela inclusão de cerca de 200 mil estudantes. Entretanto, há de se acautelar quanto aos riscos de um possível crescimento desordenado no setor privado, que envia milhares de pedidos de abertura de cursos ao MEC, acirrando a concorrência, multiplicando os cursos, causando o fracionamento de recursos que deveriam ser destinados aos cursos já existentes nestas instituições e por consequência, provocando não raramente resultados qualitativos muito aquém do desejável nestas escolas, especialmente a partir da década de 1990, como têm insistentemente alertado os dados levantados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (FRANCO, 2008, p. 05).

Ainda que o PROUNI surja como uma possibilidade de acesso de estudantes na Educação Superior em instituições privadas, há que se ater à crítica direcionada à concepção do aluno enquanto consumidor, antes de cidadão, com direitos de acesso e participação, uma vez que as estratégias do PROUNI e do FIES estão muito visíveis também nos privilégios e investimento dos recursos públicos que as instituições privadas passam a ter, ao passo que se foca numa formação extremamente voltada para os interesses do mercado, em detrimento do princípio de uma educação de qualidade. Daí a importância de retomar o protagonismo das instituições públicas no cenário de ampliação de condições de acesso e de permanência das populações empobrecidas na Educação Superior, algo que está preconizado na implantação do REUNI.

O conjunto de medidas denominadas de Plano de Desenvolvimento da Educação inclui o Decreto Presidencial nº 6096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para o MEC o REUNI é uma forma de incentivar as universidades públicas a retomarem seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, os principais objetivos do Programa são: a) ampliar de forma democrática o acesso e permanência de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade; b) possibilitar a criação de novos cursos em áreas carentes; c) ministrar, com qualidade, os cursos de graduação; d) e, além de trazer à tona o fortalecimento dos debates acerca da democratização da universidade pública brasileira (REUNI, 2007, p. 10 *apud* ARRUDA, 2011, p. 506).

Vale ressaltar que a democratização do Ensino Superior no Brasil é, ao mesmo tempo uma pauta dos Governos, mas também é resultado da luta de movimentos populares e da participação social na garantia de direitos. Mas não se pode negar que a expansão na quantidade de instituições nas diversas regiões do país esteve genuinamente atrelada aos interesses do mercado, sobretudo no que tange ao alto número de instituições privadas, o que traz discussões acerca da precarização da Educação Superior Pública no tocante às estruturas físicas e à qualidade do ensino. Também se destaca nesta a repetição do ciclo de desigualdades, uma vez que o

acesso ao Ensino Superior privado para as pessoas empobrecidas é ainda desafio. Portanto, nem sempre o crescimento na quantidade de instituições se traduz na real condição de acesso de classes pobres à Educação Superior.

Em se tratando de acesso, cabe destacar aqui acerca dos processos seletivos para o acesso à Educação Superior. Historicamente o Brasil utiliza como instrumento para a seleção das/os candidatas/os a cursar o Ensino Superior o vestibular, que conta com a realização de provas objetivas e descritivas, sobre áreas diversas do conhecimento que, a partir dos escores alcançados, definem quais adentram às instituições. Os processos seletivos, que por muito tempo foram realizados separadamente por cada instituição, sejam elas públicas ou privadas, tiveram uma significativa mudança no início dos anos 2000, quando a Educação Superior começou a utilizar, gradativamente, as notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para a seleção de candidatos.

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular (MEC, 2020a).

Atualmente encorpa este processo a implementação do Sistema de Seleção Unificada – SISU, do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas em diferentes cursos e classificam, de modo informatizado, os candidatos com bases em suas notas no ENEM. Estratégias como essa potencializam as alternativas para que diferentes grupos e populações possam ter acesso à educação superior, uma vez que o formato exclusivo dos vestibulares apresentava uma série de limitações às camadas empobrecidas, inclusive pela cobrança de taxas de inscrição, além de restrições nos quadros de vagas e das dificuldades para realização de provas presenciais, sobretudo se considerados os limites e distâncias da territorialidade.

**Figura 7 – Número de estudantes na graduação no ano de 2018**

**Número de vagas em cursos de graduação, por modalidade de ensino e tipo de vaga, segundo a categoria administrativa – Brasil 2018**

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação											
	Total Geral				Presencial				A distância			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
<b>Total Geral</b>	<b>13.529.101</b>	9.858.706	26.606	3.643.789	<b>6.358.534</b>	4.012.763	22.899	2.322.872	<b>7.170.567</b>	5.845.943	3.707	1.320.917
<b>Pública</b>	<b>835.569</b>	649.726	6.974	178.869	722.395	540.925	6.660	174.810	113.174	108.801	314	4.059
Federal	<b>468.861</b>	354.635	4.825	<b>109.401</b>	441.335	329.569	4.652	107.114	27.526	25.066	173	2.287
Estadual	267.720	214.629	1.520	51.571	215.416	163.914	1.379	50.123	52.304	50.715	141	1.448
Municipal	98.988	80.462	629	17.897	65.644	47.442	629	17.573	33.344	33.020	0	324
<b>Privada</b>	<b>12.693.532</b>	9.208.980	19.632	3.464.920	5.636.139	3.471.838	16.239	2.148.062	7.057.393	5.737.142	3.393	1.316.858

Fonte: INEP, 2019, p. 13

De acordo com o Censo da Educação Superior no Brasil no ano de 2018, 13.529.101 vagas estavam vinculadas a Instituições de Ensino Superior, nas diferentes modalidades de ensino. Dentre as quais 835.569 pertencentes a instituições públicas, para 12.693.532 em instituições privadas, conforme destaca a figura acima (Figura 7) e ressalta a Figura 8.

**Figura 8 – Número de estudantes da Educação Superior por modalidades de ensino**



Fonte: INEP, 2019, p. 18

No que tange à expansão das Instituições de Ensino Superior, vale ressaltar que na Região Oeste da Bahia até a década de 90 havia apenas o *Campus* da UNEB na cidade de Barreiras, município que hoje figura nesta região como sendo um polo universitário, dado o crescente número de instituições de Ensino Superior. Atualmente, no âmbito das instituições públicas, além do *Campus* da UNEB, existe o *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA e, mais recentemente o *Campus* da Universidade Federal do Oeste Baiano – UFOB, este presente também em outras três cidades desta região. Considerando essa temporalidade, de fato houve um crescimento significativo concernente à oferta de cursos superiores por meio de instituições públicas no oeste baiano.

Apesar da significativa ampliação dos *campi* de Universidades Públicas na Região Oeste, é importante destacar que de modo ainda mais acentuado apresenta-se a expansão em larga escala das instituições privadas de ensino superior, bem como os cursos disponibilizados em modalidades de Educação à Distância – EAD, com os chamados “polos universitários” que já se fazem presentes em várias cidades desta região, mas com grande concentração na cidade de Barreiras, considerada uma das maiores Cidades Universitárias do Oeste da Bahia. De acordo com o Cadastro e-MEC (MEC, 2020b), plataforma responsável pelo registro dos dados das Instituições de Ensino Superior no país, verifica-se que, no ano de 2020, já existem 33 instituições de Ensino Superior em Barreiras que ofertam cursos em modalidade presencial e à distância, nas mais diversas áreas do conhecimento, as quais atendem grande parte das cidades da região oeste. Um crescimento expressivo se comparado às cinco instituições existentes no início dos anos 2000, conforme fora supracitado.

Diante do crescimento no número de cursos e instituições de ensino superior em todo o país, vale ressaltar que a realidade da educação superior no Brasil ainda não está a contento: o crescimento do número de instituições privadas, bem como o sucateamento das instituições públicas, denota ainda a necessidade de maiores investimentos neste contexto. Conseqüentemente, entende-se que as classes mais pobres, cujo ensino básico passou por iguais situações de fragilidade sentem, de forma permanente, os resquícios de um processo histórico que demarcou o ensino superior para a elite brasileira.

Apesar da universidade pública brasileira ser um dos poucos redutos de exercício do pensamento crítico em nosso país, se a observamos a partir da perspectiva da justiça racial, impressionam a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico a respeito da exclusão racial com

que, desde sua origem, convive. Desde a formação das instituições de ensino superior no século dezenove, não houve jamais um projeto, nenhuma discussão sobre a composição da elite que se diplomaria nas faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Engenharia existentes naquela época. A atual composição racial da nossa comunidade universitária é um reflexo apto da história do Brasil após a abolição (CARVALHO, 2004, p. 11-12).

De acordo com o Documento de Referência para o Fórum Nacional de Educação Superior (MEC, 2009, p. 01), as instituições privadas respondem por 74,1% do total de matrículas do país e são frequentadas pelos estudantes de maior nível socioeconômico. E apesar da previsão do Governo Federal de que seriam dobradas as vagas públicas das instituições federais de educação superior até 2009, os esforços ainda são insuficientes para atingir a meta do Plano Nacional de Educação – PNE de matricular 30% da população entre 18-24 anos na educação superior até 2011 (em 2006, este índice atingia 15% desta população). A educação superior torna-se um bem público na medida em que se faz um direito acessível a todas/os as/os cidadãs/ãos, sem discriminação e garantia de direitos a todas as populações, ainda que se reconheça que há “mérito, capacidade, esforços” por parte dos sujeitos empobrecidos. Assim, não reduzindo a Educação Superior a uma instância meritocrática, esta poderá contribuir para a promoção da justiça e da equidade social, sobretudo quando realizada com ética e respeito às culturas e ao meio-ambiente. Considera-se que

A educação superior deve reforçar o seu papel de serviço extensivo à sociedade, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio-ambiente e enfermidades, principalmente por meio de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar para a análise dos problemas e questões levantadas (CMES, 1998 *apud* MEC, 2009, p. 05).

Todavia, na prática o que se percebe é que são grandes as limitações da educação superior em atender as demandas sociais as quais deveria. Ainda são muitas as barreiras que inviabilizam o acesso da população às instituições de ensino superior. Conforme o Caderno de Metas do Plano Nacional de Educação

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro, expresso nessa meta do PNE. O acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina (MEC, 2014, p. 41).

Esse retrato da realidade brasileira é cada vez mais expressivo e discrepante. Cabe, pois, observar a realidade do país numa perspectiva regional e econômica,

considerando todas as suas especificidades. Ainda, conforme as metas do Plano Nacional de Educação, essas limitações acentuam-se em se tratando das regiões Norte e Nordeste do País e ressalta que

Cada município também possui uma realidade diferente em termos da oferta e do acesso à educação superior, pois esse nível de ensino é de responsabilidade de instituições federais, estaduais ou privadas, e a oferta no município fica vinculada às decisões de expansão destas instituições. Portanto, para cumprir essa meta, especialmente em termos de interiorização da educação superior, em cada municipalidade, é preciso um planejamento articulado, que envolva a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios (MEC, 2014, p. 41).

Conforme aponta Carvalho (2004) tínhamos no Brasil, no ano de 2002, uma população de estudantes universitários de 2.300.000 pessoas (pouco menos de 1,4% da população). Isso significa que qualquer estudante universitário brasileiro, por pior que seja a faculdade em que esteja matriculado, já pertence a uma minoria absolutamente privilegiada. Desses 2.300.000 estudantes universitários, 1.500.000 frequentavam instituições privadas de ensino e apenas 800.000 estudavam nas universidades e demais instituições públicas de ensino superior. Ou seja, apenas 0,5% dos brasileiros contam atualmente com o benefício público da educação superior gratuita (CARVALHO, 2004). Conseqüentemente, entende-se que as classes mais pobres, cujo ensino básico passou por iguais situações de fragilidade, sentem, de forma permanente, os resquícios de um processo histórico que demarcou o ensino superior para a elite brasileira. Elite esta que é majoritariamente branca, como reflexo do próprio processo de colonização e distribuição das riquezas no país.

Indubitavelmente, precisa-se problematizar o fato de que a população empobrecida no país é, majoritariamente, a população negra, dados todos os processos históricos, econômicos e de organização política do país. O processo de exclusão racial no Brasil colocou à margem da educação, desde a básica à superior, as pessoas negras, empobrecendo-as ainda mais, conseqüentemente. Conforme corrobora Carvalho (2004), o fato de ser negro no Brasil é decisivo na condição de ter menos acesso à educação do que os brancos, inclusive pelo fato de que entram mais cedo no mercado de trabalho e se preparam menos, o que as confina às posições inferiores na sociedade e das quais não têm como sair tão facilmente. Diga-se de passagem, em um modelo de educação que replica a forma meritocrática de organização social, outra vez culpabilizando o indivíduo pelo seu fracasso, quando se

desconsidera tantos outros elementos que o impossibilitam uma ascensão social. Nesta perspectiva o autor ressalta que

Não é mais possível continuar discutindo a questão da ausência dos negros do ensino superior como se o assunto girasse exclusivamente em torno de qualificação e mérito pessoal. Nós, membros da comunidade acadêmica que nos guiamos pelas evidências da pesquisa empírica, possuímos agora conhecimento objetivo de que os negros estão ausentes da universidade como consequência de um mecanismo estrutural de privilegiar os brancos. E onde há privilégio racial não há universalismo. Diante disso, ou modificamos nossos critérios de acesso para inverter esse mecanismo automático de favorecimento aos brancos, ou contribuiremos – agora sem a desculpa do desconhecimento – para a perpetuação da exclusão secular do negro do ensino superior no Brasil. Ricardo Henriques, pesquisador do IPEA, expressa essa mesma angústia com uma veemência maior: Esses dados mostram que, para que as diferenças não se mantenham, as políticas sociais precisam tratar os desiguais como desiguais. Tratar todo mundo por igual é cinismo (CARVALHO, 2004, p. 28).

É fato que, com a instituição de cotas raciais no Brasil alargam-se as possibilidades de acesso das populações empobrecidas na Educação Superior, viabilizando princípios da equidade e justiça social. Todavia, na prática o que se percebe são grandes limitações da educação superior em atender as demandas sociais as quais deveria. Ainda são muitas as barreiras que inviabilizam o acesso da população às instituições de ensino superior e, em se tratando na população negra, estas limitações são ainda mais acentuadas. Ao discutir as questões econômicas e raciais, no processo de inclusão da educação superior, entende-se que estas estão correlacionadas. Entretanto, há quem problematize as cotas raciais como se estas não fossem necessárias ou ainda, que as questões raciais estivessem dissociadas dos elementos concernentes à renda. O que se faz bastante presente em posicionamentos que classificam o acesso à educação superior como sendo social, desconsiderando fatores raciais. A isto, autores como Carvalho (2004, p. 52-53), afirmam:

Dizer então que o problema dos estudantes negros é apenas um problema "social" seria supor duas coisas: a) que as causas objetivas que geraram a desigualdade presente entre brancos pobres e negros pobres frente aos brancos ricos sejam todas do mesmo tipo; b) que os brancos e negros pobres estariam lutando entre si em igualdade de condições pela mesma ascensão social. A segunda suposição é desmontada inteiramente pela evidência, citada anteriormente, de que o negro ganha 16% menos do que o branco em situações equivalentes, o que significa que seu problema social de pobreza e desvantagem é causado também pela discriminação racial que sofre. Na verdade, é perfeitamente plausível afirmar que, no Brasil, a renda familiar é uma variável importante, senão decisiva, para definir quem entra e quem não entra na universidade. Poderíamos então sintetizar o processo de acumulação do *stress* racial sofrido pelos negros brasileiros em *stress* socioeconômico e finalmente em *stress* educacional do seguinte modo: a

desvantagem racial sofrida pelos estudantes negros em termos de uma pior distribuição de renda dá aos brancos vantagens sobre eles na hora da disputa por vagas no vestibular.

Acredita-se que grande parte das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família não tenham acesso ao Ensino Superior por questões adversas, sobretudo pela própria trajetória de pobreza e vulnerabilidade. E, mesmo que acessem aos espaços formativos, os fatores de risco e empobrecimento ainda podem ser persistentes, o que dificultaria a permanência destes na academia. Assim, o estudo desta realidade pode proporcionar reflexões e resultados importantes que contribuam para o aperfeiçoamento de fluxos das políticas para o acesso aos bens públicos, inclusive, a educação superior. Destaca-se como um dos marcadores mais importantes para o acesso das populações empobrecidas à educação superior a instituição da política de cotas raciais no Brasil, as quais preveem a inserção de povos historicamente marginalizados e excluídos dos espaços educacionais, através de um coeficiente de vagas específicas.

Além do impacto no pensamento acadêmico, as cotas poderão provocar igualmente uma mudança muito positiva na convivência acadêmica atual. É fundamental que jovens brancos e negros acompanhem juntos seus cursos e possam misturar suas biografias individuais, até agora tão distantes, uns aprendendo com os outros a lidar com o abismo social que foi colocado entre eles na presente geração de brasileiros. Ao invés das projeções mútuas e dos temores à distância, os estudantes brancos e negros terão que enfrentar concretamente suas diferenças e inventar mecanismos de diálogo necessários para a cooperação que deles se espera se queremos de fato integrar nossa sociedade já altamente segregada. Esse vínculo afetivo é um dos melhores antídotos contra a indiferença dos brancos frente à discriminação sofrida pelos negros e também contra o ressentimento que pode surgir nos negros em relação aos brancos, detentores de privilégios frente a eles. Temos que apostar na formação de uma geração verdadeiramente mista do ponto de vista racial para consolidar novas políticas públicas que revertam o ciclo de segregação atualmente instalado no Brasil e que possam servir de exemplo sincero, e não meramente ideológico, de uma democracia racial (CARVALHO, 2004, p. 41).

É importante, pois, refletir como as questões de raça e classe social, por exemplo, estão correlacionadas ao processo de acesso e permanência de beneficiários de programas sociais à Educação Superior, partindo do pressuposto de que, se as questões socioeconômicas são determinantes neste processo, os marcadores de gênero e raça são também decisivos nesta trajetória. Portanto, faz-se necessário ampliar o foco e debruçar-se sobre a análise dos elementos que interferem no processo de emancipação dos sujeitos que necessitam acessar as políticas públicas de educação superior e que podem subsidiar-se a partir dos programas de transferência de renda como mecanismos de garantia de direitos. Adentrar a este

debate implica em desconstruir concepções que historicamente justificaram a opressão, exclusão e pobreza. Como alerta Munanga (2001, p. 33):

Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e os outros são discriminados duas vezes pela condição racial e pela condição socioeconômica, as políticas ditas universais defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda e pelo atual ministro da Educação não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra. Como disse Habermas, o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. Daí a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação positiva não encontrar ressonância entre setores ditos progressistas da nossa sociedade. É neste contexto que ressaltamos a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, entre as quais a experiência das cotas, que, pelas experiências de outros países, se afirmou como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica.

Desta forma, assim como são necessárias políticas de transferência de renda, para viabilizar a diminuição da pobreza, são também necessárias ações afirmativas e política de reparação de faltas históricas para a inserção da população negra nos espaços da educação superior, no entendimento de que os aspectos socioeconômicos no Brasil estão, genuinamente, vinculados à questão racial. Isso denunciou, em determinado momento, a necessidade de implantação da política de cotas para pessoas negras no Brasil, assim como ainda hoje interpela para a necessidade de implementação de novas e renovadas políticas afirmativas, no sentido de não retroceder no processo de inclusão, mas de viabilizar avanços. Destarte, faz-se urgente e necessário que as políticas de cotas sejam cada vez mais solidificadas, enquanto mecanismos que serão, temporariamente, propulsores da inclusão e redução das desigualdades, até que a equidade se estabeleça e todas as pessoas tenham acesso aos mesmos espaços de participação nas políticas públicas. Ante esta realidade, Munanga (2001, p. 34) ratifica que

Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso, e de permanência neles, aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à “casta” branca da sociedade. O uso desse instrumento seria transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade global na construção de sua democracia e plena cidadania. Paralelamente às cotas, outros caminhos a curto, médio e longo prazos projetados em metas poderiam ser inventados e incrementados. Tratando-se do Brasil, um país que, desde a Abolição, nunca assumiu o seu racismo, condição *sine qua non* para pensar em políticas de ação afirmativa, os instrumentos devem ser criados através dos caminhos próprios ou da inspiração dos caminhos trilhados por outros países em situação racial comparável.

De modo geral, a garantia de direitos deveria chegar ao povo por via da efetivação de políticas que, com eficácia e eficiência, dessem conta das especificidades existentes em cada sociedade, grupo e comunidade. A implantação e implementação destas ações podem tornar-se formas de construir espaços de inclusão e minimização das desigualdades. Destaca-se que é dever da sociedade pressionar os governos, nas esferas Municipal, Estadual e Federal para que efetivem políticas públicas transformadoras e libertadoras. A sociedade civil e os movimentos sociais precisam exercer bem o seu papel na democracia: eleger governos, fiscalizar e cobrar dos governos o compromisso com os pobres e miseráveis, para que estes, que são os mais excluídos e marginalizados, possam ter autonomia, emancipação e protagonismo em suas vidas. As políticas públicas precisam criar condições de participação e desenvolvimento.

Atualmente, merece destaque ainda no âmbito das estratégias de acesso à Educação Superior, a reserva de vagas para outros grupos sociais que historicamente estiveram ausentes neste espaço. As cotas raciais para negros, pardos e indígenas nos processos seletivos para as universidades já é uma realidade presente em quase todo o território nacional. Avançando nesta política de reparação de faltas históricas algumas Universidades já preveem em seus vestibulares cotas regionais, para povos e comunidades tradicionais e para pessoas transexuais e travestis, que visam à inclusão de populações específicas no Ensino Superior. Aqui, destaco duas iniciativas que se sobressaem na Região Oeste da Bahia: primeiro a cota para pessoas transexuais da UNEB e as cotas regionais, implementadas pela UFOB.

Além de garantir as cotas raciais e outras reservas já previstas em legislação federal, a UNEB foi pioneira no país com uma legislação que prevê 5% (cinco por cento) de sobre vaga para candidatas/os transexuais, travestis ou transgêneros, conforme estabelece a Resolução UNEB n. 1.339/2018, a qual resolve:

Art. 1º. Estabelecer a reserva de vagas e sobre vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, nos processos seletivos realizados para o preenchimento das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela UNEB, com o objetivo de promover a diversidade de gênero, a equidade étnico-racial e a inclusão no ensino superior (UNEB, 2018).

De suma importância para a população da Região Oeste da Bahia foi a publicação da Resolução UFOB n. 009/2015 (UFOB, 2015), a qual estabelece critério de inclusão regional para estimular o acesso de estudantes que residem em municípios circunvizinhos aos *campi* instalados nas cidades de Barreiras, Barra, Bom

Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Isto em decorrência do alto número de alunos ingressantes em cursos desta instituição oriundos de outras regiões do país. Com tal medida a UFOB primou pela política de interiorização do Ensino Superior, com garantia de que pessoas residentes nesta região, com um histórico de dificuldades para acessar a Educação Superior em instituições públicas, tivesse esse direito garantido, ou condições favoráveis dispostas de modo legítimo e regulamentado.

E, no bojo da discussão acerca do acesso à Educação Superior, não se pode perder de vista a problematização sobre as condições dadas para que as populações empobrecidas e historicamente marginalizadas possam permanecer no ensino superior até o final do curso. Neste contexto, figuram os Programas de Assistência Estudantil que, via de regra, são divulgados através de editais internos pelas instituições de Ensino Superior, com vistas à concessão de auxílio para estudantes vinculados à respectiva instituição. Considerando especificamente a Região Oeste da Bahia, que possui três instituições públicas de Ensino Superior, as ações que viabilizam a permanência de Estudantes nas Universidades estão, em sua maioria, vinculadas a projetos de Pesquisa e Extensão e programas de Assistência Estudantil, os quais condicionam a concessão do benefício ao desenvolvimento de ações no âmbito acadêmico bem como à renda familiar do beneficiário.

Neste contexto merecem destaque as políticas implantadas pelo Ministério da Educação, ou implementadas por Entes Estaduais, as quais pretendam a concessão de auxílios financeiros para que os estudantes, uma vez adentrando ao Ensino Superior, tenham condições de permanecer no curso com um mínimo de suporte. Um dos marcos legais em relação à Assistência Estudantil é a Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, a qual institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que considera a importância da assistência estudantil como “estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal” (MEC, 2007, p. 01).

Neste bojo as Universidades estruturam programas que preveem diferentes ações que buscam viabilizar a permanência das/os estudantes no ensino superior, através de benefícios como apoio pedagógico; moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; cultura e esporte, ou mesmo por meio da concessão de auxílio financeiro.

No atual cenário podemos utilizar como exemplos, novamente, as políticas instituídas nas universidades públicas da Região Oeste. A UFOB, além de projetos de pesquisa e extensão, concede auxílio financeiro para as/os estudantes através de edital interno, o qual estabelece parâmetros que têm como principal critério a renda familiar. Aquelas/es que são contemplados pelo respectivo edital recebem um auxílio mensal no valor médio de R\$ 600,00, com o intuito de custear despesas mínimas que estas/es estudantes têm no seu percurso acadêmico.

A Bahia utiliza, além da legislação federal, a Lei 13.458 de 11 de dezembro de 2015, utilizada como base para a concessão de auxílio financeiro para estudantes das Universidades Estaduais na Bahia, dentre as quais se inclui a UNEB, presente no território da pesquisa. A referida lei estabelece em seu Art. 1º que:

Fica instituído o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia, que será regido pelos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos estabelecidos nesta Lei (BAHIA, 2015).

Estes marcos legais nos alertam para o fato de que, além das medidas que visam ao acesso de populações historicamente marginalizadas no contexto da educação superior como as cotas, a isenção de taxas em vestibular, ou mesmo a adequação dos processos seletivos, há que se investir em políticas que garantam a redução dos índices de evasão e desistência. É salutar a luta diária dos estudantes pobres para manter-se na universidade, uma vez que a estes grupos a permanência será sempre algo desafiador, à medida que o espaço acadêmico trava uma batalha com “a vida lá fora”, sabendo que muitos destas/es têm duplas ou triplas jornadas e precisam trabalhar para o sustento próprio e de suas famílias, bem como manter os gastos e despesas advindas da própria demanda acadêmica.

Neste cenário, de programas voltados para o acesso à Educação Superior, destaca-se, no município pesquisado, o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo para Graduação, cuja lei de instituição autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com Instituições de Ensino Superior – além de Escolas Técnicas e Cursos Profissionalizantes – com vistas à concessão de bolsas parciais e/ou integrais para servidores públicos municipais e demais munícipes, os quais possuam renda familiar de até quatro salários mínimos. O Programa se configura como uma importante estratégia para que a população do Município possa acessar IES privadas, por meio do pagamento direto das mensalidades do curso.

Ao passo que se reconhece a importância da política de democratização e expansão das universidades, assim como dos programas de assistência estudantil, faz-se imprescindível destacar neste bojo os importantes estudos que apontam para o fato de que a permanência no Ensino Superior está para além das questões que são materiais, mas que são demarcados no nível simbólico, elementos este que igualmente interferem na relação de pertencimento, continuidade, qualidade e permanência no Ensino Superior.

No estudo de Zago (2006), um dos pioneiros nesta seara, é possível encontrar algumas pistas para discussões realizadas por diferentes estudos na área de sociologia da educação sobre estudantes de origem popular e suas estratégias de permanência no ensino superior. A autora destaca que, assim como as questões materiais que implicam neste processo, ficam também bastante evidentes outras facetas da desigualdade, questões que são por vezes imperceptíveis, mas que intensificam processos de exclusão, Questões como a do não pertencimento ao contexto acadêmico, que vão desde as impossibilidades em participar de espaços de integração como as festas, congressos, conferências e tantas outras atividades do âmbito acadêmico que acabam por provocar isolamentos, desistências e perpetuação de desigualdades.

Nesta mesma perspectiva, o trabalho de Reis (2009) consolida importante compreensão sobre aspectos relacionados às ações afirmativas e a permanência dos estudantes. A partir de uma pesquisa realizada na Universidade Federal da Bahia – UFBA sobre a avaliação das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil, a autora constrói a compreensão de que as políticas de ação afirmativas estão associadas às políticas de permanência, e que estas deveriam ser consideradas em sua dimensão material e simbólica. No trabalho realizado com seu orientador a permanência simbólica é conceituada como “*o ato de continuar que permitia não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares*” (REIS e TENÓRIO, 2009, p.4).

O conceito de permanência simbólica é um importante construto na discussão acerca de pessoas empobrecidas, que por meio de programas de transferência de renda reconfiguram suas trajetórias e acessam a Educação Superior, na medida em que reconfigura a questão da pobreza não apenas como uma situação de natureza material, mas fenômeno com tantas outras facetas e expressões. Ainda que seja princípio deste estudo se debruçar mais especificamente acerca das questões de

ordem política e econômica que demarcam a trajetória das pessoas em situação de pobreza, e extrema pobreza, perfil dos usuários dos programas de transferência de renda, também é igualmente necessário apurar o olhar sobre aspectos subjetivos da pobreza, no sentido de compreender as diversas configurações das desigualdades.

Mais recentemente os estudos de Ferreira (2017) corroboram como toda essa compreensão sobre as estratégias de permanência. Para o autor as transformações ocorridas na educação superior no país implicam, conseqüentemente na ampliação iniciativas e dispositivos que promoção de permanência material e simbólica que viabilizem, de fato, a manutenção de pessoas empobrecidas neste contexto. Se outrora o espaço das universidades era restrito à elite, hoje está sendo ocupado pelas classes populares impõe a adoção de políticas e estratégias que considerem estas diversidades, posto que “não há mais como ignorar um significativo processo de apropriação deste lugar na universidade por jovens oriundos de realidades onde a formação universitária sequer se apresentava como algo alcançável”, (FERREIRA, 2017, p. 305)

E, se ampliarmos o olhar para a realidade de outros países, percebe-se que a preocupação para com os elementos subjetivos, relacionais e simbólicos é tão importante quanto o investimento em programas, benefícios e bolsas de permanência. É o que apontam os estudos de Vargas e Hering (2017). Em uma comparação das Políticas de permanência no Ensino Superior Público na Argentina, Brasil e Chile, as autoras concluem que

As instituições que forem capazes de combinar em suas políticas de assistência estudantil tanto o apoio material voltado para as necessidades básicas quanto as atividades de apoio pedagógico e de ampliação de oportunidades acadêmicas para os estudantes, serão aquelas melhor sucedidas na garantia da permanência e do sucesso acadêmico de seus alunos. (VARGAS E HERING, 2017, p 26)

Entende-se, a partir destas discussões, que além de possibilitar que a população empobrecida acesse aos espaços da educação superior, há que se discutir ainda como garantir a permanência destes indivíduos nos espaços acadêmicos. Seja numa perspectiva econômica, por vias da implantação de programas como bolsas e auxílios, seja numa perspectiva da aceitação e respeito à diversidade e singularidades presentes neste contexto, que apresentam para além das desigualdades econômicas, facetas como as questões de raça, gênero, origem, e tantos outros marcadores que

que passa a ser bastante expressivos nestes espaços. Refletir sobre estas questões é, obviamente, problematizar algumas estruturas sociais enrijecidas e cristalizadas.

E, como ressalta Pomponet (2010), as reivindicações por investimentos maciços em educação e medidas que favoreçam o crescimento econômico mais acentuado são imprescindíveis para contribuir com a redução da pobreza, mas se a necessidade instituída no momento é urgente, tal qual se apresenta o contexto do país, a curto prazo, não existe solução para a redução da pobreza no Brasil sem os programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Faz-se necessário pensar como a educação superior pode ser configurada na perspectiva de redução das desigualdades sociais, ou, ao contrário, como ela tem se estabelecido enquanto meio para acentuar as discrepâncias de classes e marginalizar determinadas camadas sociais. Há que se registrar o histórico distanciamento das classes populares e pobres das instituições de ensino superior, devido às muitas implicações dos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Registra-se que os programas sociais, com destaque ao Programa Bolsa Família, configuram-se hoje como um dos principais instrumentos para alívio imediato da pobreza, principalmente em se tratando das famílias que têm este benefício como sendo a única renda mensal. Assim como as cotas raciais têm sido imprescindíveis para o acesso desta mesma população à educação superior, como redutores das desigualdades econômicas e raciais. Analisando este contexto, vale observar as colocações que Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018, p. 111) utilizam a partir da leitura de diferentes autores:

Segundo Agapito (2016, p. 128) “as políticas sociais passam a ser ‘nichos’ de lucro e rentabilidade do capital”. Observa que os programas sociais de acesso ao Ensino Superior, de um lado facilitam o acesso e a permanência de estudantes, em especial aqueles de baixa renda, colaborando para com a democratização do Ensino Superior, e, por outro lado, ao buscar a parceria das IES privadas, possibilitando-lhes vantagens financeiras, contribuem para com a rentabilidade de tais Instituições e, também, com a expansão do Ensino Superior Privado. Assim, configura-se uma parceria em que o setor público apoia as atividades do ensino superior privado, com vistas à facilitação no ingresso e na permanência de estudantes no Ensino Superior. Outro fator favorável para o aumento no número de alunos matriculados no Ensino Superior foram as políticas de ação afirmativa, destinadas a públicos específicos, atuando em favor de coletividades discriminadas. Tais ações foram alteradas significativamente com a aprovação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que criou uma política de reserva de vagas para alunos de escola pública, pretos e pardos e indígenas, no sistema de educação superior e ensino médio federal. Observa-se que os alunos egressos de escolas públicas são os maiores beneficiários de tais políticas, seguidos pelos pretos e pardos e indígenas (DAFLON, FERES e CAMPOS, 2013).

Em suma, ainda que com tantos entraves e desafios, percebe-se que as ações que visam ao acesso e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior têm se intensificado ao longo dos anos, tanto na reestruturação da política de expansão desta modalidade de ensino, com novas instituições por todo o país, quanto na adoção de medidas focadas em públicos específicos, como a população negra, pessoas transexuais, ou voltadas a regiões geográficas que historicamente estiveram distantes desta realidade. Todas estas políticas reafirmam a necessidade de se atentar para o fato de que a superação de desigualdades vai para além da transferência direta de renda, como propõe a centralidade do Programa Bolsa Família, mas carece da interrelação com outras e tantas políticas públicas que se configuram como garantia de direitos básicos, uma vez que os programas sociais e de transferência de renda, assim como a própria situação de pobreza, não se configuram tão somente como uma questão monetária, mas como complexas e múltiplas ausências e privações.

Aqui, portanto, dando recorte e ênfase ao objeto desta pesquisa, adentramos à realidade de pessoas que, estando em situação de pobreza ou extrema pobreza, cujas famílias passaram a receber o Programa Bolsa Família, paralelamente, adentraram à Educação Superior, ainda que não estabelecida uma relação direta entre estas políticas. A pretensão é, justamente, compreender como estas ações se integram, complementam ou divergem na trajetória dos sujeitos desta pesquisa.

#### 4 – O PERCURSO METODOLÓGICO

Como já fora introduzido ao abordar sobre minha trajetória na condição de pesquisador, mas também de estudante e profissional da política de assistência social, este percurso metodológico se tornou bastante significativo muito embora desafiador, por possibilitar um olhar mais atento e técnico sobre esta realidade que a pesquisa se dispõe a conhecer. Como grande parte das pesquisas qualitativas esta, não diferentemente, coloca bastante ênfase em aspectos individuais e subjetivos dos participantes e põe em evidência a observação de trajetórias múltiplas e complexas dos atores. Ora, mas é a isso que esta ciência se propõe e a este propósito foram se delineando os métodos e técnicas com o intuito de dar conta dos percursos exigidos neste estudo.

“O objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO, 1994, p. 15). E é a partir desta premissa e das tantas outras compreensões adquiridas ao longo do estudo, que este trabalho se caracteriza como sendo essencialmente de cunho qualitativo. Os achados do campo, os caminhos percorridos pelo pesquisador e os sujeitos participantes se contornam na pesquisa através do uso de procedimentos e ações que, na forma de métodos, buscam compreender o fenômeno estudado pautando a cientificidade necessária, sem perder a dimensão da subjetividade que emerge neste contexto.

Como já apresentava Kaufmann (2013, p. 56) “Os métodos qualitativos têm como função compreender mais do que descrever sistematicamente, medir”. E, pautando-se nesta conceituação, a pesquisa buscou o modo de se aproximar, conhecer e compreender as trajetórias das pessoas empobrecidas que chegaram à educação superior. A intenção é acompanhar os percursos, percalços e superações, refletindo sobre a efetividade das políticas públicas e de transferência de renda neste processo.

Já de início, levando em conta os objetivos estabelecidos, o trabalho utiliza da Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental. Para Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado visando ao levantamento das bibliografias referentes ao tema de estudo, começando pelas obras de caráter geral, tais como livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses,

etc. O objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou registrado de alguma forma referente ao assunto que se quer pesquisar.

Considerando a especificidade da pesquisa, que carece de informações que vão além de publicações e bibliografias, mas que permeiam a busca por documentos em órgãos e sistemas que operacionalizam as políticas públicas e programas sociais abordados nesta pesquisa, destaca-se a importância da análise documental.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para dar conta da compreensão desta realidade, foi desenvolvida pesquisa de campo, a qual “tem o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos e as relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 188). Conforme já ponderava Malinowski (1978, p. 34):

Nossa tarefa é estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz as suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem.

Isso demonstra que na pesquisa de campo o pesquisador interage com os demais sujeitos da pesquisa, adotando novas estratégias e instrumentos que o possibilitem coletar dados e analisá-los tecnicamente, na relação intensa com os sujeitos e o campo de estudo. Assim, a pesquisa se faz em uma relação dialética, tanto técnica quanto afetiva. As pessoas empobrecidas ocupam, neste cenário, para além do lugar de sujeitos pesquisados, o espaço de detentores de outros saberes. São protagonistas e suas histórias passam a ser balizadas pelo acesso ao

conhecimento. A reflexão deste contexto possibilita, inclusive, repensar os processos acadêmicos e metodológicos que desqualificam sujeitos em detrimento da pesquisa e reforça a importância do papel da ciência – neste caso da sociologia, antropologia e demais áreas afins – na transformação de contextos sociais, econômicos e políticos.

Muito embora se discuta, sempre, a neutralidade do pesquisador e a distância necessária para a efetividade de processos que sejam cientificamente válidos, creio que aqui superamos esta premissa. Neste estudo o pesquisador não está alheio ao que o campo de pesquisa apresenta, pois a relação entre o pesquisador e o campo de pesquisa não é apenas construída pelos moldes acadêmicos e cientificamente rígidos da pesquisa. A construção aqui é também subjetiva.

Neste processo de reconfiguração da pesquisa social, avançamos em alguns pontos, pois “negamos a neutralidade do pesquisador, apoiamos com entusiasmo seu compromisso com o grupo estudado, mas continuamos a conceber os dados como formas objetivas, com existência própria e independente dos atores” (CARDOSO, 1986, p. 98). Mesmo avançando ao criar novas estratégias que consideram aspectos subjetivos envolvendo sujeitos da pesquisa, ainda é limitada a forma como são abordadas as subjetividades nestes contextos. Portanto reitero ter como valoroso o lugar das relações entre os sujeitos – pesquisador e pesquisado – o que não deve implicar na irrelevância dos métodos, nem tampouco justificar a indefinição dos limites entre ciência e ideologia, técnica e senso comum, mas justamente contribuir para o aprimoramento e rigor metodológico, a fim de que o pesquisador dê conta de investigar a realidade e analisar com perspicácia os dados coletados.

Um pesquisador capaz de uma “boa” interação com as minorias ou grupos populares será sempre um porta-voz de seus anseios e carências, logo, da sua “verdade”. O critério para avaliar as pesquisas é principalmente a capacidade de fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visível aquelas situações que estão escondidas e que só por virem à luz são elementos de denúncia do *status quo* (CARDOSO, 1986, p. 95).

Por isso é fundamental refletir sobre os estigmas construídos sobre os indivíduos pesquisados. Não somente neste estudo, mas nas ciências sociais de um modo mais geral. Normalmente se aponta para os sujeitos como se fossem estes desprovidos de conhecimentos – nativos, selvagens, primitivos – ao passo que o pesquisador seria o detentor do conhecimento, o que possui técnicas e habilidades suficientes para analisar seu objeto. Ora, esta reflexão se faz pertinente justamente pelo fato de que se discute aqui o processo de emancipação de sujeitos que, tendo

suas trajetórias marcadas pelos processos de segregação, exclusão e miséria, refazem as suas trajetórias a partir de políticas e buscam reconfigurar seus espaços de participação. Fala-se de jovens, mulheres, negras/os... atores sociais que, por via de programas sociais e de transferência de renda, pela conquista de ações afirmativas e implementação de políticas públicas vislumbram, tímida ou mais ousadamente, novas possibilidades de participação, acessam e permanecem em espaços que lhes são de direito utilizando, inclusive, do espaço acadêmico para potencializar o conhecimento e refazer trajetórias de vida.

Destaca-se, pois, no campo das ciências humanas, o lugar dos sujeitos pesquisadores e sua relação com os sujeitos pesquisados. Esta dicotomia é, evidentemente, um desafio para as ciências humanas, diferente das relações estabelecidas nas ciências naturais e/ou exatas. Diga-se de passagem, desafio posto para este pesquisador, uma vez que o objeto de pesquisa está intimamente ligado ao seu ambiente de atuação profissional, assim como possui forte ligação com a própria trajetória de vida. E, como apontam alguns dos autores já discutidos anteriormente, a relação subjetiva no contexto da pesquisa segue sob linha tênue, podendo favorecer ou prejudicar a pesquisa, a depender de como os procedimentos e técnicas são aplicados, e como estas trajetórias se aplicam no contexto da pesquisa.

#### **4.1 - A Definição do Público-alvo**

A pesquisa tomou como base de dados, inicialmente, pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, as quais possuíam o benefício do Programa Bolsa Família. Tomou-se como referência nesta fase o recorte temporal do ano de 2019, período em que foram utilizados os dados cadastrais para a localização prévia do público da pesquisa. Em abril de 2019 o município possuía 6.544 famílias no Cadastro Único, sendo 4.805 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Então, buscando uma melhor identificação do público-alvo fora solicitado à Gestão do Cadastro Único no município a lista de beneficiários do Bolsa Família que cursavam Ensino Superior naquele ano, por meio de ofício institucional, embasado na Lei de Regulamentação do Programa Bolsa Família, Lei Federal do Programa Bolsa Família, a qual ressalta que os dados do referido Cadastro/Programa podem ser disponibilizados para fim de pesquisas acadêmicas.

A solicitação requereu ainda que estivesse em anexo Folha Resumo do Cadastro Único destas/es beneficiárias/os, pois para a localização destas/es seriam necessários dados básicos, como endereço, localidade, composição familiar. Além do que já serviriam para uma mínima triagem dos perfis. O retorno à solicitação incluía em anexo uma lista com 20 nomes de pessoas as quais constavam no Cadastro como tendo no item “escolaridade” a classificação de Ensino Superior, podendo estas ser estudantes ou egressos, pois foi o filtro possível de ser feito.

A pretensão inicial seria a realização de entrevistas semiestruturadas com todas as pessoas que compunham a lista. No entanto três acontecimentos foram relevantes para reconsiderar este método: o primeiro foi as considerações da banca na qualificação do projeto. A banca alertou para o escopo e viabilidade técnica do projeto. Para os membros da banca de qualificação, o tempo previsto para a pesquisa inviabilizaria a realização daquela quantidade de entrevistas; o segundo acontecimento está relacionado à compreensão que fui adquirindo em relação à adequação do método qualitativo. A partir da entrevista compreensiva, pude perceber a possibilidade de realização de entrevista em profundidade com um número menor de participantes; e o terceiro deu-se a partir de uma breve triagem com base nas folhas resumo, as quais já apontavam uma possível dificuldade na localização das/os participantes, bem como a incompatibilidade de dados entre os perfis pretendidos e aqueles que se apresentavam nesta lista inicial.

Deste modo, optei por aplicar um questionário inicial (Apêndice A), a todas/os estas/es que a princípio compunham este universo de pesquisa, a fim de melhor identificação dos perfis, com vistas à adequação do percurso metodológico. Iniciou-se então a localização das pessoas que, até então, eram apenas nomes e dados cadastrais. E eis um dos primeiros desafios: onde localizá-las, pois muitos dos cadastros eram desatualizados e com dados insuficientes. A alternativa foi buscar cruzamentos de dados em alguns dos setores da Secretaria de Assistência Social do município, como o Centro de Referência de Assistência Social, que possui cadastros mais detalhados das famílias acompanhadas naquela unidade, mas a primeira tentativa também não surtiu muito efeito, pois nenhum dos beneficiários possuía cadastro no CRAS.

A segunda alternativa foi dialogar diretamente com alguns colaboradores da Secretaria de Assistência Social para verificar se tinham contato telefônico e endereços, ou até mesmo uma relação pessoal, que viabilizasse minha chegada até

eles. Três servidoras da Secretaria, duas delas com maior tempo de serviço público, colaboraram com a indicação de referências pessoais destes, como vínculos de trabalho, parentescos, localidades e principalmente com a identificação de perfis das redes sociais. Foi com estas pistas que consegui, gradualmente, localizar algumas destas pessoas por meio de ligações telefônicas, mensagens através do WhatsApp, bate papo no Facebook e Instagram apresentando-me como pesquisador e expondo o motivo do contato.

Deste primeiro contato, mais um desafio encontrado ante às devolutivas pouco promissoras em relação ao preenchimento do questionário. Nesta fase, obtive alguns dados para prosseguir com o delineamento do público-alvo, conforme elencados abaixo e organizados no Quadro 3, os quais podem ser divididos em três grupos:

I (em verde) – 07 pessoas responderam positivamente, informando que teriam disponibilidade em responder ao questionário, de modo que o questionário foi encaminhado pelo próprio WhatsApp, respondido e devolvido;

II (em amarelo) – 07 pessoas deram respostas negativas, algumas delas justificando que não se encaixavam no público da pesquisa por estarem no Cadastro Único, mas não serem beneficiárias do Programa Bolsa Família e outras sem justificativas dadas, inclusive duas delas se disponibilizando inicialmente, mas não dando devolutiva em resposta ao questionário, com aparente bloqueio do contato; e

III (em vermelho) – 06 que não foram localizadas ou não responderam ao contato, algumas inclusive com bloqueio no WhatsApp.

**Quadro 3** – Resultado dos contatos com as pessoas da lista disponibilizada pela Gestão do Programa Bolsa Família do município

<b>NOME (ABREVIADO)</b>	<b>TIPO DE CONTATO</b>	<b>RESPOSTA AO CONTATO INICIAL</b>	<b>ENCAMINHAMENTO</b>
A.F.S.	WhatsApp (disponibilizado por um parente)	Disponível para responder o questionário, mas sem devolutiva	Questionário enviado, sem devolutiva
A.A.S	Não localizado		
A.M.P.B.	Facebook	Bloqueado	
A.P.P.S.	WhatsApp (disponibilizado por amiga)	Bloqueado na primeira tentativa/ disponível na segunda tentativa	Questionário enviado, respondido e devolvido.
A.S.S.	Telefone e WhatsApp (disponibilizado por vizinhos)	Disponível para responder ao questionário	Questionário enviado, respondido e devolvido.
A.T.S.G.	Instagram / WhatsApp	Disponível para responder ao questionário	Questionário enviado, respondido e devolvido.
A.S.G.	Instagram / WhatsApp	Disponível para responder ao questionário	Questionário enviado, respondido e devolvido.
C.A.N.	WhatsApp através de contato pessoal	Indisponível para responder ao questionário	
E.A.S.	WhatsApp disponibilizado por conhecidos	Disponível para responder ao questionário, mas sem devolutiva	Questionário enviado, sem devolutiva
F.F.B.	Instagram / WhatsApp	Disponível para responder ao questionário	Questionário enviado, respondido e devolvido.
F.S.F.S.	Não Localizado		
G.L.L.	Telefone (disponibilizado por parente)	Indisponível por não se encaixar no perfil de beneficiário do PBF	NÃO SE APLICA

I.A.S.	WhatsApp (disponibilizado por parente)	Indisponível por não se encaixar no perfil de beneficiário do PBF	NÃO SE APLICA
M.B.S.S.	WhatsApp (disponibilizado por parente)	Indisponível por não se encaixar no perfil de beneficiário do PBF	NÃO SE APLICA
M.T.A.	Não Localizado		
M.A.S.S.	Ligação telefônica / WhatsApp (disponibilizado por conhecidos)	Indisponível (sem justificativas)	
R.F.S.S.	Falecido		
S.A.C.M.	Instagram / WhatsApp	Inicialmente disponível para responder ao questionário, mas sem respostas.	Questionário enviado, mas sem devolutiva
S.F.S.	WhatsApp disponibilizado por conhecidos	Disponível para responder ao questionário	Questionário enviado, respondido e devolvido.
V.A.M.	WhatsApp disponibilizado por conhecidos	Disponível para responder ao questionário	Questionário enviado, respondido e devolvido.

Com os questionários devidamente respondidos segui para uma análise dos mesmos, a fim de identificar perfis diferentes para a aplicação da entrevista, a partir de indicadores como raça/cor, localidade, gênero, tipo de instituição superior, renda. Entretanto, nesta etapa surge o terceiro impasse para a definição do público-alvo: existiam apenas duas pessoas na lista que, conforme uma análise prévia dos dados, se encaixavam enquanto perfil da pesquisa, de fato: beneficiárias do Programa Bolsa Família cursando o ensino superior, conforme consta no Quadro 4 (destacadas em cor azul).

Entretanto, após contato feito para agendamento da entrevista semiestruturada uma delas indicou não ter disponibilidade para esta etapa e a outra, após agendamento e feitos os combinados para a realização da entrevista, verificamos, *in loco*, que ela não se encaixava especificamente no perfil, pois já havia se graduado há dez anos e, à época não recebia o Bolsa Família, tornando-se beneficiária bem recentemente. Estes dois últimos contatos finalizam as tentativas de realização de entrevistas com as vinte pessoas constantes na lista disponibilizada pela Gestão do Programa, resultando nas devolutivas de oito questionários dentre estes contatos realizados.

Destacam-se, de certo modo, as inconsistências de dados em relação ao Cadastro Único, pois das oito pessoas que constavam na lista que responderam ao questionário, cinco delas relataram que nunca receberam o benefício e uma outra não cursou nível superior, mas um curso técnico. Muito embora esse não seja o cerne da questão, essa compreensão acerca da aplicabilidade da política pública e programa de transferência de renda perpassam por todo o contexto da pesquisa, oportunamente discutida nas demais seções. Aqui, cabe ressaltar que essas fragilidades de informações no Cadastro, seja no que diz respeito às incoerências de informações para fins de acesso a benefícios, seja para coleta de dados com vistas à pesquisa acadêmica, são elementos que merecem ser observados, uma vez que dizem respeito diretamente à forma como as pessoas compreendem, manejam e usufruem dos mecanismos desta política pública.

Dito isso e compreendendo que a verificação de inconsistência de dados não se aplica diretamente no bojo do trabalho de campo, foi necessário dar seguimento à localização do público-alvo das entrevistas por outros caminhos.

**Quadro 4** – Resultado dos questionários aplicados

NOME (ABREVIADO)	Sexo	Raça/cor	Idade	Localidade	Curso /Semestre em curso	Tipo de instituição e vínculo	Renda <i>per capita</i>	Valor do Benefício
A.P.P.S.	Feminino	Parda	29 anos	Sede	Técnico em Enfermagem*	Particular	R\$ 337,50	R\$171,00
A.S.S.	Feminino	Branca	38 anos	Zona Rural	Pedagogia – semestre não informado	Particular	R\$ 366,66	R\$180,00
A.T.S.G.	Feminino	Branca	24 anos	Sede	Direito – concluído em 2019	Particular (bolsa parcial)	R\$ 541,66	Não recebe*
A.S.G.	Masculino	Pardo	22 anos	Estado do Piauí	Engenharia Agrônômica – 7º Semestre	Pública Federal	R\$ 541,66	Não recebe*
F.F.B.	Feminino	Parda	40 anos	Zona Rural / Barreiras	Direito - concluído em 2013	Particular	R\$ 1.750,00	Não recebe*
S.F.S	Feminino	Parda	27 anos	Sede	Serviço Social – 6º Semestre	Particular	Não possui renda fixa	R\$ 130,00
V.A.M.	Masculino	Parda	26 anos	Zona rural	Pedagogia – Concluído em 2019	Particular	R\$ 133,33	Não recebe*

\* Informações que descaracterizam o público-alvo da pesquisa

Depois destes resultados, muito embora frustrantes e preocupantes ante o andamento da pesquisa de campo, alguns novos percursos foram possíveis. Uma das questões bastante pertinente é que, ao longo do processo de busca dos contatos para aplicação dos questionários, algumas das pessoas contatadas, ao mencionar que não se encaixavam dentro do perfil, conheciam outras que tinham os critérios desejados para a pesquisa, ainda que não constassem na lista disponibilizada inicialmente (em cidades interioranas este fluxo de informações “extraoficial” é sempre muito ágil). E como dizem no interior: “do saco, men’um cordão<sup>4</sup>”. Logo, como não foi possível pegar o saco, me apeguei ao cordão para tentar amarrar um novo caminho para a pesquisa de campo: localizar pessoas que cursam a educação superior e recebem o Bolsa Família. Ainda que não localizados pela Gestão do Programa ao realizar a triagem e emitir a lista solicitada, nesta primeira etapa da atividade de campo ficou o indicativo de que existiam pessoas que estão no CadÚnico, recebem o Bolsa Família e cursam o ensino superior, mas que não estão assim registradas em seus cadastros. O que pode ocorrer, muito possivelmente, pelo fato de alguns cadastros ficarem desatualizados ou com informações incompletas, a exemplo do nível de escolaridade, não sendo assim indicadas no momento da triagem.

No mesmo dia três nomes surgiram: a primeira delas era irmã de uma das pessoas da lista, que fora indicada quando daquele primeiro contato: “Eu nunca recebi o Bolsa Família, mas a minha irmã está na Universidade e recebe”; o segundo foi um jovem colaborador do Serviço Público que havia sido inserido recentemente em um programa municipal vinculado ao meu setor de atuação, justamente pela precariedade de renda com vistas à recente inserção na Universidade; e a terceira foi uma indicação da participante da entrevista piloto, que ao finalizar sua entrevista mencionou que tinha uma colega que se encaixava no perfil da pesquisa.

Pronto!

Identificados os três participantes para a entrevista compreensiva. Fiz os contatos, me apresentei, encaminhei o questionário e, em poucos dias, as entrevistas foram viabilizadas, considerando inclusive o contexto caótico com

---

<sup>4</sup> A expressão em questão significa “do saco, ao menos um cordão”.

início da Pandemia<sup>5</sup> no país, já com medidas restritivas no município em que a pesquisa se aplica.

## 4.2 - A Entrevista Compreensiva

Todo o percurso direcionou para a utilização da entrevista compreensiva pois de acordo com Kauffman (2013, p. 47):

O processo compreensivo apoia-se na convicção de que os homens não são simples agentes portadores de estruturas, mas produtores ativos do social, portanto, depositários de um saber importante, que deve ser assumido do interior, através dos sistemas de valores dos indivíduos; ele começa, portanto, pela intropatia. O trabalho sociológico, entretanto, não se limita a essa fase. Ele consiste, ao contrário, na capacidade de interpretar e de explicar a partir de dados recolhidos. A compreensão da pessoa é apenas um instrumento, o objetivo do sociólogo é a explicação compreensiva do social.

Assim ganha destaque a importância de uma relação entre pesquisador e pessoa pesquisada, para prosseguir na coleta de informações que sejam suficientes para o desenvolvimento da pesquisa. Deste modo o que mais importa é a forma como se dá a interação entre estes dois atores. Na entrevista compreensiva “o entrevistador está ativamente envolvido nas questões para provocar o envolvimento do entrevistado” (KAUFMANN, 2013, p. 40). A aproximação construída com as pessoas participantes foi indispensável para que as entrevistas transcorressem da melhor maneira possível. Desde os primeiros contatos pelo WhatsApp, depois pelo telefone, até as conversas mais informais no dia da entrevista este processo de aproximação foi se aprofundando.

Desde o início me apresentava como pesquisador, elencando os caminhos que levaram a este campo de estudo e para o tema da pesquisa, colocando-me enquanto um interlocutor aberto ao diálogo e buscando desconstruir a ideia de uma entrevista mecânica, fria, mas sim com a aproximação e dinâmica necessária para um processo fluido. Em seguida sempre explicava o tema, os objetivos e a definição do público. Buscava ainda apresentar informações sobre o método utilizado, deixando a/o participante livre para tirar dúvidas e se posicionar acerca da pesquisa. Apresentava o Termo de

---

<sup>5</sup> No período de realização da pesquisa de campo e das entrevistas, o país e o mundo vivenciaram um cenário pandêmico referente à COVID-19, uma doença causada pelo coronavírus denominado SARS-Cov-2.

Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), explicitava o escopo da pesquisa, meus compromissos éticos como pesquisador e as questões pertinentes à colaboração da/o participante, assim como o uso e implicações do conteúdo da entrevista.

As três entrevistas seguiram, grosso modo, um mesmo roteiro, que segue em apêndice (Apêndice B), dividido em três blocos mais gerais: um primeiro falando sobre o acesso, retomando um pouco a trajetória para pensar quais foram os passos da/o participante para chegar ao Ensino Superior; um segundo para pensar sobre a permanência, depois que já estava na Universidade, como foi para continuar; e um terceiro pensando alguns aspectos que são mais de experiência subjetiva e no intuito de perceber como as coisas ficam agora, até mesmo pensando outros processos e perspectivas.

Kaufmann (2013) intitula este instrumento de *Grade*, como sendo um guia para os informantes falarem acerca de um tema, em uma conversa dinâmica e mais rica do que um método de perguntas e respostas, mas de um modo que o entrevistador esteja bastante seguro do esquema, evitando assim fugir do tema e conseguindo coletar as informações necessárias.

Cada entrevista, porém, foi tomando seu próprio rumo a depender das questões apresentadas, do manejo do pesquisador e das próprias questões trazidas e evidenciadas na trajetória das/os participantes. Para fins de preservação da identidade destas/es, são utilizados nomes fictícios, tais como apresenta o Quadro 5, com o perfil das/os participantes da entrevista.

O registro dos dados ocorreu por meio de gravação de áudio, acordado e consentido pelas/os participantes e com anotações no caderno de fichas para posterior transcrição. Kaufmann ressalta (2013, p. 123) que “a transcrição integral transforma a natureza do material de base, que se torna texto escrito, mais concentrado na linguagem”. Assim, após a transcrição, foi feita uma primeira análise do conteúdo das entrevistas, separando trechos das entrevistas, os quais foram organizados em três colunas, para melhor sistematização dos dados, com vistas a uma análise mais detalhada das informações. Os trechos foram separados em uma planilha da seguinte forma: temas e subtemas da entrevista; trechos ditos pela/o participante; comentários e observações do pesquisador, embasado no modelo das *fichas* que, para Kaufmann (2013), são

um registro bruto dos dados ditos pelas pessoas na entrevista, acompanhado de anotações, comentários e observações iniciais do pesquisador.

Este exercício possibilitou um melhor panorama das falas e dos conteúdos como um todo, coletados em cada uma das entrevistas, o que permitiu seguir para a análise dos dados.

**Quadro 5 – Perfil das/os participantes da entrevista**

<b>NOME FICTÍCIO</b>	<b>Sexo</b>	<b>Raça/cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Localidade</b>	<b>Curso /Semestre em curso</b>	<b>IES</b>	<b>Renda Per capita</b>	<b>Valor do Benefício</b>
JOANA*	Fem.	Parda	21	Zona Rural / Sede / Barreiras	Geografia – 3º Semestre	UFOB	Sem renda fixa	R\$ 83,00
JOSÉ**	Masc.	Negro	28	Sede	História – 1º Semestre	UFOB	250,00 (Programa Social)	R\$ 179,00
MARIA***	Fem.	Preta	23	Sede	Pedagogia – 6º Semestre	UNEB	Não informada	R\$ 91,00

\* Entrevista realizada no dia 28 de Abril de 2020, com duração de 56 minutos e 49 segundos, na sala da Secretaria Municipal de Assistência Social;

\*\* Entrevista realizada no dia 28 de Abril de 2020, com duração de 51 minutos e 46 segundos, na sala da Secretaria Municipal de Assistência Social;

\*\*\* Entrevista realizada no dia 04 de Maio de 2020, com duração de 44 minutos e 16 segundos, na residência da participante.

## **5 – DO BOLSA FAMÍLIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: analisando dados, relatos e trajetórias**

Aqui, entende-se mais que noutras etapas, a importância dada aos fatos, às relações construídas e à forma como serão analisadas cada uma das informações colhidas no campo, à luz das teorias que embasaram todo o percurso. Como muito bem ressalta Duarte (2002, p. 151) “métodos qualitativos fornecem dados muito significativos e densos, mas também muito difíceis de se analisarem”. A análise dos dados aqui apresentada busca trazer retalhos de histórias, mas além disso, as implicações que fatores tão diversos dessas vidas, contextos e experiências vivenciados implicam na construção de trajetórias. Destaca-se, portanto, a importância de todas as relações tecidas no trabalho de campo e como a observação das trajetórias foi imprescindível para a construção dos saberes. Inclusive porque

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002, p. 140).

Nestes termos, a análise dos dados que se apresenta não está para as questões quantitativas de resultados e números presentes no campo da política da educação superior ou dos programas de transferência de renda, mas tem a pretensão de refletir sobre aspectos sociais, econômicos, relacionais e subjetivos que permeiam as trajetórias destas/es estudantes, a partir da avaliação das políticas sociais, educacionais e de distribuição de renda.

É importante, pois, debruçar-se sobre as especificidades que permeiam as trajetórias destes indivíduos, conhecendo tanto os elementos contextuais, como aqueles que são intrínsecos dos sujeitos pesquisados. Assim, além de analisar as estruturas sociais, políticas e econômicas, este percurso perpassa, evidentemente, pela compreensão das subjetividades dos sujeitos que compõem estes contextos. Como pondera Kofes (1994, p. 140)

As histórias de vida continuam sendo instrumentos fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade.

A análise destas trajetórias perpassa pela compreensão de estruturas sociais e políticas que historicamente deixaram as pessoas empobrecidas distantes das universidades e cristalizaram tantos processos de exclusão, como o racismo, o machismo, a LGBTfobia, presentes também nas vidas das/os estudantes universitárias/os. Não há como desconsiderar estes elementos que se apresentam como marcadores da desigualdade e exclusão no país, sobretudo se observadas na ótica de acesso a bens, serviços, programas sociais e políticas educacionais e de ocupação e renda, bem como no cenário mais amplo das políticas públicas, as quais têm se configurado enquanto a sistematização e aplicabilidade de ações com vistas à efetividade de direitos.

Carece, portanto, refletirmos o fato de que, para cada sujeito, as compreensões de mundo, de suas próprias histórias e dos contextos que os cercam dar-se-ão de uma forma diferente. São experiências individuais, subjetivas e particulares, muito embora tais aspectos estejam configurados como parte de um todo. As identidades são resultado deste processo de imersão dos sujeitos nestes contextos, marcados por desigualdades, carências e dificuldades de oportunidades. Em se tratando desta internalização dos processos sociais, antes mesmo de partir para um olhar específico de cada uma das trajetórias, vale ressaltar a compreensão dada à questão da subjetividade humana, que se apresenta fortemente nos relatos analisados. Para Guérios (2011, p. 28)

O estudo de uma trajetória individual nestes termos parece assim ser um *locus* rico para complexificar nossa compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes níveis de análise. Entretanto, isso apenas pode ocorrer sob a condição de que a pesquisa se apoie em uma cuidadosa análise das redes de interdependência nas quais esta trajetória está ancorada, ao mesmo tempo em que se considera a inserção destas redes em um quadro mais geral.

Destarte, seguimos para a análise de cada uma das trajetórias, buscando compreender como as estruturas sociais e econômicas estão postas na realidade de cada sujeito e como as estruturas sociais possibilitam ou dificultam que pessoas empobrecidas possam acessar e permanecer na Educação Superior, atentas/os à forma como cada um/a dos/as participantes da pesquisa utilizou de estratégias, mecanismos para subsidiar seus percursos, atentas às políticas públicas, programas e projetos que foram basilares na vida destes sujeitos. Antes de analisar as estratégias de acesso e permanência na Educação Superior a partir de cada uma das trajetórias, buscaremos compreender alguns elementos constituintes da vida de cada um/a, como

o percurso escolar, a composição familiar, aspectos econômicos, dentre outros. E após analisar especificamente os pontos do acesso e da permanência, buscaremos sintetizar como é que pobre faz universidade.

### **5.1 – A trajetória de Joana: “*Sim, eu vim de zona rural, uma pessoa da roça e consegui chegar no ensino superior!*”**

Joana é uma jovem de 21 anos, autodeclarada parda, que cursa o 3º semestre de Geografia na Universidade Federal do Oeste da Bahia, *Campus* Reitor Edgard Santos na cidade de Barreiras, a cerca de 120 km da sua comunidade de origem, de modo que permanece na sede do seu município, de onde consegue se deslocar para a Universidade utilizando o transporte escolar, alternando visitas à família, quando possível. Joana nasceu em uma comunidade geraizeira, região do cerrado, cuja família tem rotina de trabalhadores rurais. Na zona rural reside com seu pai e sua mãe, ambos lavradores, muito embora sua mãe já tenha sido servidora pública do município temporariamente, mas a subsistência da família, que não tem renda fixa, é proveniente da agricultura familiar. Desde que entrou na universidade chegou a buscar algumas alternativas de trabalho, mas sua rotina acadêmica em um curso diurno e os deslocamentos para outra cidade são fatores que dificultam ter um trabalho fixo, portanto Joana custeia suas despesas básicas com o benefício do Programa Bolsa Família no valor de oitenta e três reais (R\$ 83,00) e a Bolsa da Assistência Estudantil da Universidade, no valor de quatrocentos e vinte e três reais (R\$ 423,00).

Em se tratando de composição familiar no Cadastro Único, atualmente Joana possui um cadastro individual, depois que se desvinculou do CadÚnico de seu pai, – por orientação do próprio setor da prefeitura responsável pelo Cadastro Único – tanto pelo fato de que passaria a residir em Barreiras, em decorrência da rotina acadêmica, quanto pelo fato de que, estando no cadastro de seus pais, caso esses viessem a possuir uma renda fixa, como sua mãe tivera, isso poderia interferir no acesso a benefícios socioassistenciais por conta da renda *per capita*.

Aqui, considero importante fazer uma ressalva – antes de analisar outros elementos específicos da trajetória de Joana – sobre o escopo do Cadastro Único enquanto sendo a base principal de informações utilizadas pelo Governo Federal para o acesso a Programas Sociais, a exemplo do Bolsa Família, da isenção de taxas em vestibulares, dentre outras, uma vez que os elementos apresentados por ela me

chamam a atenção para dificuldades operacionais e vivenciais que se colocam ante ao Cadastro que é fundamental para ter benefícios que contribuem com seu acesso e permanência da Universidade. Neste sentido, problematizo alguns pontos.

Uma das questões bastante presente – inclusive nos demais casos – trata-se da compreensão ou informação na realização do Cadastro acerca da composição familiar. O Decreto n. 6.135/2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas do Governo Federal define que família é

A unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio (BRASIL, 2007).

Joana esteve na composição familiar de seu pai, por muito tempo, somente ela e seu pai. Sua mãe foi retirada do cadastro quando passou a ter um vínculo de emprego e, por desinformação, informação equivocada ou mesmo por uma praticidade para acessar a política pública, a mudança na composição familiar se fez presente. A linha entre ser ou não ser membro de uma família mostra-se como algo muito tênue, em se tratando de informações no Cadastro Único:

Aí como eu cheguei à maioria eu tive que sair, né... porque eu acho que é um dos critérios do programa... aí eu tive que sair... aí foi quando sugeriram aqui pra ele que eu poderia fazer o meu próprio cadastro, aí eu vim fazer...

Foi... foi quando ele veio aqui fazer o cadastro anual do... do programa... aí sugeriram isso pra ele... eu sair do cadastro até pra ele seria mais viável... e pra eu fazer o meu próprio cadastro no programa...

Por conta eu tá na maioria meu pai também ficou com receio: “Ah! Pode ter algum problema no cadastro...”

É... seria uma falta de informação... mas que as pessoas têm muito isso na zona rural: “Ah! Chegou os dezoito anos tem que sair, porque vai cortar... num sei o que... num sei o que...” Tem muito isso...

Então mais uma vez eu vejo assim, que foi essencial eu ter saído, assim, diretamente... Assim... Não eu ter saído do núcleo familiar, mas ter tido essa extensão, de ter mudado o cadastro...

Percebe-se com estes registros ainda uma incompreensão acerca da utilização dos dados do Cadastro Único, para efeitos de inclusão em programas, ou mesmo pela compreensão rasa de que ter no Cadastro todos os membros da família pode ser uma variante negativa no sentido de acessar programas, serviços e benefícios. Ressalta-se, portanto, que as informações do Cadastro Único são autodeclaratórias, ou seja, cada pessoa é responsável pelas informações prestadas no ato da entrevista para

realização do Cadastro. Cabe, portanto, aos burocratas que executam a política, na ponta – funcionários públicos que trabalham diretamente com atendimento ao público no setor do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família – informar e orientar acerca de tais critérios e responsabilidades, a fim de que as pessoas que buscam estes serviços estejam cientes da importância das informações prestadas no ato do cadastramento, bem como compreendam sobre os critérios e perfis para acessar aos programas sociais a este vinculados. Conforme aponta o documento de orientação acerca do preenchimento do Cadastro Único

O jovem maior de 18 anos só poderá ser retirado do cadastro da família se deixar de morar no mesmo domicílio ou caso não divida renda e despesas com a família. O entrevistador deve sempre explicar para o RF o conceito de família do Cadastro Único e deixar claro que o RF poderá ser responsabilizado, nos termos da lei, caso declare informações que não correspondem à verdade (MDS, 2014, p. 02).

Isso, inclusive, para fazer cumprir uma função básica dos serviços socioassistenciais que é de potencializar a população com informações que lhes possibilitem acesso às políticas públicas, desfazendo incompreensões, como estas:

Sim... porque lá na comuni... na zona rural... as pessoas têm muito esse pensamento de que se a pessoa chega aos dezoito anos não vai... é... automaticamente vai acontecer alguma coisa com o cadastro... não sei se seria o cancelamento, ou perder o benefício, mas iria ter isso. Aí foi quando eu procurei... aí eu vim até aqui... aí eu fiquei sabendo... só que meu pai já tinha me tirado do cadastro dele na época... aí foi quando eu me informei que não tinha toda essa necessidade [fala com um tom de exagero] de tirar a pessoa do cadastro...

Frequentemente os usuários lançam mão destas estratégias para acessar programas, projetos, serviços e benefícios pois o critério de renda é requisito que pode limitar o acesso. Assim, indicam no quesito composição familiar os dados que entendem que não comprometerão os membros da família e seus diferentes interesses, por exemplo: idosos têm seu próprio cadastro, com vista à emissão da carteira do idoso; a pessoa adulta, casada, com filhos menores tem o seu cadastro para acessar ao Programa Bolsa Família; jovens têm outro cadastro, individual, para acessar programas específicos para esta faixa etária... O fato é que o número do NIS serve, no que coloco como um outro ponto de problematização, para vários programas, tais como a própria estudante ressalta:

Pra mim teve essa necessidade de sair do cadastro dele. Até mesmo porque teve coisas que eu consegui, como a isenção do ENEM através do meu cadastro com o número do NIS, que talvez eu não conseguiria usando o dele.

Então como eu saí, pra mim eu vejo que foi mais viável ficar esperando... mas se eu continuasse lá, eu acho que não teria problema. Foi mais uma questão burocrática. Até porque, até mesmo pegando pela questão do auxílio da universidade, eles não aceitam por eu ter apenas 21 anos, me desvincular do núcleo familiar, no caso, do meu pai e da minha mãe. Então foi mais uma questão burocrática mesmo. De fazer meu próprio... meu número do NIS, né, porque a gente consegue ter muitas coisas... tinha até a questão do ENEM, que eu poderia conseguir a isenção... então foi mais por conta disso.

No caso de Joana, se considerado o fato de que ela passa a residir em outra cidade, a saída do Cadastro Único de seu pai é justificável. Mas frequentemente ocorrem situações, como ela mesma relatou, em que muitos jovens, por receio de serem prejudicados, fazem seu próprio cadastro, ainda que continuem residindo com seus pais e outros familiares, preocupados de que o cálculo da renda familiar possa interferir para seu acesso a direitos, como por exemplo, a isenção de taxa do vestibular. Ora, de fato que a fidedignidade de informações é essencial e deve ser vista como critério, mas não seria uma exigência excessiva de alguns programas estabelecer recortes de renda tão exigentes para acessar benefícios tão básicos?

Isso talvez seja um indício do que traz como resultados vários cadastros familiares fragmentados e incompreendidos, como é o caso da(s) família(s) de Joana que, mesmo tendo perfil para acessar os programas em questão se fragmentou (no Cadastro) para garantir fácil e devido acesso aos benefícios solicitados. É o que busca concluir Joana: “Então, mais uma vez eu vejo assim: que foi essencial eu ter saído, assim, diretamente... Assim... Não eu ter saído do núcleo familiar, mas ter tido essa extensão, de ter mudado o cadastro”.

Pontuadas essas questões acerca da aplicabilidade do Cadastro Único e diante dessas descrições mínimas, acolhemos a trajetória de Joana como sendo uma das tantas jovens de zona rural que almejam o acesso a políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento social, econômico e humano, para si e seus pares, o que poderá ser melhor observado nas observações que agora faremos.

### **5.1.1 – O ACESSO: estratégias e oportunidades para chegar à Universidade**

Joana cursou toda a Educação Básica na Rede Pública de Ensino, parte em sua própria comunidade e parte em uma cidade vizinha, pois onde morava não tinha Ensino Médio à época. Mesmo já possuindo o desejo de cursar uma Universidade, como relata abaixo, não sabia quais caminhos para se chegar, até que soube da existência da Universidade Federal do Oeste da Bahia, com *Campus* na cidade de

Barreiras, através de Projetos de Extensão que a instituição realizou com Comunidades Tradicionais Geraizeiras da sua região.

Eu já tinha esse intuito de que eu queria chegar ao Ensino Superior, por mais que eu... é... eu tenho muitos colegas que fizeram o ensino superior, mas à distância, de quinze em quinze dias... e eu queria algo mais... tipo... assim... presencial, no sentido de diariamente tá nesse convívio realmente dentro da universidade...

Ela ressalta que o diálogo com os professores que coordenavam o projeto foi decisivo, tanto para desmistificar as ideias de uma Universidade inacessível, quanto para dar informações básicas de como realizar o processo seletivo, encorajando-a a organizar estratégias e projeto de vida voltados para a trajetória acadêmica.

Então eu nem sabia da existência da UFOB por aqui... sabia que tinha a UNEB mas já eu vinha... “Ah! É um vestibular muito difícil...” que tem a questão de pagar pra poder fazer... aí fica mais inviável... E quando eu descobri a UFOB através desses projetos lá, foi quando eu me interessei, que aí eu comecei a conversar com os professores, aí eles que me ajudaram nessa desmistificação, falou: “Não, não é tão difícil assim... não é como as pessoas falam que é aquela coisa toda, aquela burocracia... e que precisa ter uma nota altíssima... não... você pode...”. E que... até então muitas pessoas pensavam que a UFOB era particular... e aí foi até... eu fui pesquisando algumas coisas lá com os próprios professores que iam lá fazer projetos. Aí eu me prontificava sentar com eles, perguntar como é que era... questionar... e foi como eu consegui...

A partir de então refez sua rotina de estudo e, após terceira tentativa de acesso à Universidade através do ENEM, conseguiu passar para o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades no ano de 2018, no qual permaneceu por um semestre e depois refez o processo seletivo para migrar ao Curso de Geografia, iniciando neste no ano de 2019, no qual permanece até o atual momento.

Aí quando eu ingressei na UFOB, em 2018 eu falei: “Não, eu quero o foco... eu quero a geografia... eu quero migrar pra outro curso...” Aí já teve toda essa experiência... eu já tava na Universidade... eu já tinha mais esse acesso bastante à internet... e... e toda essa questão que você já tem dentro da universidade, que você tem outra visão de mundo... outras formas de estudos... que melhorou pra mim, né, essa questão de estudar pro ENEM, aí já foi mais tranquilo no ano passado eu ingressar pra Geografia, por ter esse acesso ao ENEM e até à Universidade em si...

É interessante e importante focar na dimensão do acesso, não somente enquanto a passagem pelo processo seletivo em si, mas com todas as nuances que antecedem esta parte seletiva, tanto porque este processo seletivo já se inicia quando o público que tem acesso às informações é, de certo modo, seletivo. A própria estudante

ressalta isso quando menciona o desconhecimento acerca da instituição, dos passos para entrar na universidade ou coisas aparentemente simples, como o uso da nota do ENEM, mas que são processos burocráticos, desconhecidos por muitas/os jovens empobrecidas/os e que definem o sucesso ou o fracasso frente ao desejo de acessar o ensino superior. Ela pontua:

É tanto que na primeira vez que eu fiz o ENEM eu consegui uma nota até razoável, dava pra ingressar na Universidade, mas por eu não ter na época acesso à internet frequente assim, então eu pedi o meu irmão pra fazer, que ele morava aqui na época, [...] [na cidade], só que ele também... num sei se não teve tempo, ou interesse, ou até essa questão de informação de como utilizar a nota... aí eu acabei perdendo, não consegui ingressar... Aí no segundo ano que eu fiz o ENEM aí eu busquei... eu tentei... na época que teve as inscrições, sempre tive uma tia que morava na cidade... e essa mesma dinâmica, eu sempre estudava em casa com alguns livros que eu já tinha de escolas, alguma coisa que sempre que eu podia eu tava pegando pra estudar... Aí na época da inscrição eu tinha algumas tias que moravam na cidade [vizinha], [...], inclusive, aí eu ia pra lá ficar nesse período de inscrição, aí já teve... é... conhecidas minhas que conseguiram ingressar... Na época foi até uma amiga minha de Brasília, que conseguiu ingressar na UFOB e ela foi me dando esse suporte...

A desburocratização da informação é canal para que o acesso seja possível, tal como far-se-á necessária a flexibilidade de tantos outros elementos que estão bastante cristalizados em um formato de processo seletivo que não atenta para estas especificidades de candidatos que sequer conhecem a existência das instituições de ensino, que não possuem acesso à internet, por exemplo, ou mesmo aqueles que, tendo acesso aos meios de comunicação necessários, têm dificuldades de compreender as minúcias do universo acadêmico, de modo que a estudante atribui como um dos principais elementos para o acesso à universidade, antes de tudo, o acesso à informação.

Então foi todo esse apanhado, né? Que vem... essa informação que chegou até mim, da universidade que eu não tinha... essas pessoas que de certa forma me ajudaram a chegar até lá... e para mim o principal foi esse acesso a informação mesmo, com as pessoas que trouxeram até mim, até o que busquei... porque se eu não tivesse tido essa informação nunca teria chegado lá na universidade...

E o acesso à informação perpassa, inclusive, sobre a compreensão da forma como se configuram os mecanismos que podem ser utilizados pelas/os candidatas/os no ato da inscrição, como é o caso das cotas, raciais e/ou regionais, ambas utilizadas por Joana para adentrar na Universidade, pois no seu primeiro processo seletivo ela optou pelas cotas raciais, atrelada ao recorte de renda familiar, uma vez que se declara como sendo de baixa renda e de cor parda, o que garantiu o seu acesso dentro

do quantitativo de vagas destinadas a esta categoria. No seu segundo processo seletivo, utilizou das cotas regionais, uma política afirmativa adotada pela UFOB, que destina uma quantidade de vagas nos diferentes cursos para estudantes que sejam residentes no território de abrangência da Universidade, de modo a garantir que moradores da região tenham garantia de acesso, concorrendo entre si a vagas que são garantidas com vistas ao processo de abrangência territorial e à interiorização do Ensino Superior. De acordo com as normativas da UFOB (2020)

Esta medida está amparada na Resolução nº 009/2015, que institui o Critério de Inclusão Regional, e na Resolução nº 007/2017, que alterou este critério, passando a assegurar a reserva de 317 vagas destinadas ao processo seletivo Sisu para candidatos que tiverem cursado todo o Ensino Médio em escolas, públicas ou privadas, localizadas nos municípios baianos distantes até 150 quilômetros de qualquer dos *campi* da UFOB.

Isso chama a atenção para a necessidade de que as instituições de Ensino, com base nos Parâmetros Nacionais da Educação Superior, mas atentas às realidades locais, criem novas alternativas que pensem a desburocratização do ensino e a ampliação do acesso de diferentes públicos, historicamente distanciados dos espaços acadêmicos.

Faz-se importante abordar a existência de programas que, apesar de viabilizarem o acesso não garantem a permanência, pois são programas que não contemplam, em seu escopo, a manutenção de despesas básicas, ou não preveem a cobertura total dos gastos, como é o caso de bolsas estudantis parciais em faculdades particulares, seja através de programas federais, como o FIES, seja através de iniciativas locais, como é o caso do programa municipal, que prevê a concessão de bolsas em Cursos Técnicos, Cursos Superiores e Pós-Graduações. Mas quando questionada sobre estas alternativas na trajetória de Joana, ela justifica que são boas iniciativas, mas que para alguns estudantes se faz inviável, uma vez que tais programas cobrem parcialmente a mensalidade do curso e as demais despesas ficam por conta do estudante, que muitas das vezes não possui renda suficiente para manter-se. É o que responde ao ser questionada se já havia tentado acessar faculdades privadas, com o suporte das bolsas concedidas pelo município:

De certa forma eu já... eu via que teria essa dificuldade... por mais que tinha a bolsa, em si, da universidade, tinha até... eu pensava... “tem SISU, tem PROUNI” mas seria uma coisa que eu sabia que seria... que teria, de certa forma, teria que ter uma renda a mais, que eu teria... que pra mim não seria possível pra mim arcar nessas faculdades particulares.

E, neste diálogo acerca dos programas, projetos e mecanismos que viabilizam esta trajetória, percebemos que, de fato, tão importante quanto as estratégias que possibilitam o acesso ao Ensino Superior, são aquelas que garantem a permanência, sobre as quais refletiremos a seguir.

### **5.1.2 – A PERMANÊNCIA: Desafios e possibilidades para manter-se na universidade**

Quando Joana mudou-se para a cidade de Barreiras, por conta da distância entre o *Campus* e sua residência na zona rural de outro município, sentiu deveras o impacto que as questões econômicas impunham para sua permanência. De início, sendo sua mãe funcionária pública, conseguia colaborar com as despesas da jovem, como aluguel, alimentação, transporte, dentre outros gastos da rotina familiar. Mas quando a mãe ficou desempregada, foi com o trabalho na agricultura familiar e o benefício do Bolsa Família que inicialmente se manteve na Universidade e registra:

Por mais que pode... era razoável, que era até pouco o valor de oitenta e três reais, mas era o que eu conseguia pagar uma passagem de ônibus, pagar almoço pra mim na universidade, então para mim sempre foi muito importante essa questão de ter o benefício [...] Eu utilizo às vezes para pagar almoço, para pagar de ônibus, porque nem sempre... é... algumas... às vezes eu preciso ir de coletivo, sem ser o escolar... aí tem essa questão de colocar dinheiro no cartão do ônibus, então eu utilizo bastante...

As dificuldades para manutenção dos gastos diários com a rotina acadêmica relatados por Joana são bastante comuns nas vidas das/os estudantes empobrecidas/os, pois normalmente são membros de famílias que, sem muitas reservas financeiras, precisam custear despesas domésticas com baixos salários – quando assalariados – ou utilizar dos recursos de programas sociais para ajudar, além das despesas domésticas, nas despesas de estudante, para além da educação básica, sendo utilizados para colaborar com despesas da rotina acadêmica, como desta estudante que utilizava do recurso do Bolsa Família para o custeio de questões básicas.

Além dos programas mais amplos e abrangentes, como o Bolsa Família, que não tem a priori a pretensão de servir como um auxílio monetário para a manutenção na Universidade, mas que acaba por acontecer, como nos mostra a realidade de Joana (e de outros participantes da pesquisa), existem programas que têm como objetivo e funcionalidade garantir a permanência de estudantes na educação superior

por meio de concessão de auxílio financeiro, os chamados programas de assistência estudantil, que tornam-se por vezes a valência das/os estudantes:

Aí saiu o edital pra auxílio que na Universidade tem... que eu concorri e graças a Deus eu consegui o auxílio da Universidade que é quatrocentos e vinte e três... E é com o que eu fui me mantendo, né? Meus pais desempregados e além do auxílio o valor do Bolsa Família de oitenta e três reais. Porque você mesmo como já foi estudante de graduação, né, você sabe como é... ainda mais você morar em outro município, igual eu, de zona rural, pra ficar nessa transição, de ficar indo e voltando, num dava certo... Além dos gastos, porque meu núcleo familiar não se encontra em Barreiras, então sempre tem essa dificuldade: aí eu sozinha e... sou muito nova também... ainda tem essa questão de ter que me mudar pra lá... porque pra gente que vem do interior, como o povo fala “que vem da roça” Barreiras já é assim um... um... uma grande cidade, então teve essa experiência mais assim de... de mudar pra lá e ter toda essa dificuldade de início... aí não digo estou estabilizada financeiramente... porque não tem nem como [riso]... mas pelo menos com o auxílio da Universidade e essa questão do Bolsa Família eu consigo me manter pra tentar chegar a terminar a graduação.

Engana-se, portanto, quem acredita que ter um benefício socioassistencial, ou mesmo uma “bolsa” da assistência estudantil tem garantias de estabilidades na academia, pois os movimentos necessários para manter-se são inúmeros, perpassando pelas questões de transporte, moradia, vínculos, dentre tantos outros fatores, pois as despesas rotineiras para poder ir à universidade, manter-se diuturnamente no curso, inclusive custeando material, são permanentes e consideravelmente altas. E muitas das vezes estar fora da sua cidade, distante da família que pode lhe prover alguns mínimos necessários, ou mesmo a própria rotina que se faz desgastante e cansativa, exige investimentos financeiros que tais programas não sustentam. Daí as tantas necessidades de reajustes ao longo do processo, para tentar permanecer na universidade. Como fora relatado anteriormente, Joana mudou-se de cidade, para estar mais perto do *Campus*, entretanto, os gastos e desgastes exigiram que ela refizesse suas estratégias de moradia.

No atual momento, por conta da carga horária do curso, que é diurno e por outras questões de âmbito familiar e pessoal, Joana precisou voltar para seu município, mas não para sua comunidade rural, que fica inviável devido às distâncias da universidade, permanecendo na casa de parentes, temporariamente, mas com um possível retorno para a cidade de Barreiras como pode-se perceber nas seguintes falas:

Sim, houve... Porque o primeiro curso era noturno. E a geografia é diurno, então teve uma mudança de rotina muito forte. Foi quando na época minha mãe perdeu o emprego e aí só tinha o benefício de oitenta reais, então ficava

meio que impossível ficar em Barreiras. Aí eu me mudei pra cá, meu irmão conseguiu uma casa aqui... eu me mudei pra cá com ele e voltei aqui pra [cidade] [...]. Aí mudou a rotina porque aí eu fico o dia todo na Universidade... eu saio daqui seis da manhã, chego oito da noite... e minha rotina teve essa quebra enorme.

Então eu precisaria mudar pra Barreiras... Aí eu não sei, por conta de aluguel... essas questões todas... em Barreiras só com o auxílio daria pra manter... poderia até manter, mas não seria aquela coisa: “Nossa! Estou me mantendo até bem...”. Seria só pra manter a permanência na universidade.

Observemos como as possibilidades de manter-se na universidade perpassam por questões variadas, que não tomam Joana como caso isolado, mas que se fazem tão marcantes – até mais lamentáveis – na vida de outras/os estudantes, como ela retrata através dos entraves postos a outras/os colegas:

Já tive muitos colegas que desistiram do curso por conta disso, de questão financeira, que teve que trancar a faculdade porque não tinha condições de estar lá. Por mais que fala: “Nossa! É uma universidade pública”, mas a pessoa num... tem outras coisas além da universidade em si pra poder se manter nela. Então eu vejo assim que principalmente essa questão da zona rural eu vejo muita dificuldade ainda...

Como problematiza Arruda (2011) a democratização da educação superior apresenta como uma das principais questões as estratégias de acesso, que de fato precisa ser para todos, mas enfatiza que para além de oferecer vagas suficientes, é necessário garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades que viabilizem seu desenvolvimento acadêmico. Destacam-se, portanto, no âmbito das políticas de permanência instituídas nas instituições públicas de Ensino Superior os programas de Assistência Estudantil. E, neste bojo, cabe destacar, também, as burocracias que permeiam a efetividade dos mesmos, como aponta Joana:

Então... foi um pouco difícil, porque tem o edital, né, que a Universidade lança e é muuuito burocrático [alonga e dá ênfase na palavra para focar na intensidade da burocracia], até porque eles precisam ser muito criteriosos nessa questão do auxílio, né? Aí, é... tem muito essa questão de burocracia e aí já teve mais essa coisa de correr atrás pra entender, porque muitas coisas é... eu não entendia até então muitos termos lá da universidade e aí eu lutei bastante até que de início teve... é... quando saiu o resultado parcial aí sempre tem, tem aquela questão que... teve internet que falhou e tava constando que eu não tinha enviado e-mail e eu tive que entrar com recurso... e foi isso... foi mais a questão burocrática, que eu tinha que mandar toda a documentação do meu núcleo familiar, no caso, meu pai e minha mãe... e... inclusive na mudança de um curso pro outro... porque a UFOB, às vezes... quando... porque no caso eu tive quebra de matrícula, porque diferenciou minha matrícula, de 2018 pra 2019, então eu tive que correr atrás pra manter esse auxílio, aí eu tive que procurar o pessoal da assistência social lá da UFOB, pra poder tentar manter esse auxílio, pra poder me manter na Universidade em si... que foi mais outra burocracia pra poder provar por que

que eu pretendia mudar de curso [uma entonação que remete ao cansaço burocrático] então toda essa burocracia que tem dentro da universidade... lá... pra... na questão dos auxílios...

Ainda que sejam tão expressivas as dificuldades para acessar os Programas da Assistência Estudantil ou com as variantes para se conseguir Programas de Transferência de Renda, a estudante reitera que estes dois elementos, o Programa Bolsa Família e o Programa de Assistência Estudantil foram imprescindíveis para sua manutenção no curso até então, pois ela ressalta que ainda que tivesse o sonho, o desejo e a dedicação para entrar e permanecer na universidade, tais mecanismos foram imprescindíveis para a efetividade:

Eles seriam essenciais, porque por mais que eu falasse: “Ah! Eu tenho... o meu sonho é fazer tal curso... ou geografia na UFOB”, mas se eu não tivesse esses pilares financeiros, não tinha como eu realizar esse sonho. Ficaria inviável pra mim. Como que eu ia me manter, numa cidade... por mais que a universidade é gratuita, mas tem todas as outras questões que... que a gente tem que arcar financeiramente.

Pra mim foi um dos pilares pra poder... esses... tanto auxílio da universidade quanto o benefício do Bolsa Família foi os pilares financeiros pra mim poder nem só ingressar como pra mim permanecer na universidade.

E, ainda que findemos aqui a reflexão sobre os aspectos da permanência no ensino superior nesta trajetória de Joana, faz-se pertinente pensar sobre outra questão determinante neste contexto, para além das estruturas políticas e econômicas: são as relações humanas. Diga-se de passagem, que em muito impactam na condição de permanência, o apoio e o reconhecimento das pessoas ante a situação de uma jovem empobrecida, de zona rural, que consegue chegar na universidade.

Eu ficava com receio de... só eu vindo de zona rural... será que não vai ter certas... como é que eu posso falar... certos preconceitos que existem, né? Então eu sempre ficava mesmo no meu canto. É tanto que no meu primeiro curso eu não socializei muito com os meus colegas por até questões disso... e que deixou... eu sinto que essa questão foi uma questão minha mesmo de... de me retraindo, por termos de zona rural... e ter esse receio e tal, me deixou mais no meu canto, de não me envolver tanto assim com outras pessoas... então meu foco era só estudar e não ter muito essa socialização... [...]

Porque como no primeiro curso eu não tive tanta socialização, aí eu percebi que por mais que você está lá pra estudar, você tem que ter essa interação. É tanto que nesse novo curso que eu tô agora eu interajo muito bem com professores, com meus próprios colegas, eu já tive esse discernimento de ver que é necessário essa socialização para poder se manter lá... e até que a universidade... Eu sempre busco participar de projetos e coisas que a Universidade participa pra poder ter é... com como é que eu posso falar assim... me fugiu a palavra que agora essa permanência lá... assim... falar: “Não! Eu estou aqui foi o lugar que eu lutei e...”

Eu tinha esse receio de vir de zona rural e hoje... depois de ter tido esse crescimento, hoje eu vejo como eu falo com orgulho, quando tinha nas aulas, eu falo: “Ah! Eu vim de zona rural”. Porque para mim eu mostro que é para mim, Joana, não é que eu quero mostrar para as pessoas que eu venho de família carente de zona rural, não... porque pra mim isso foi uma vitória muito grande... pra mim, pro meu núcleo familiar... Então hoje eu vejo essa minha identidade muito mais forte: **“Sim, eu vim de zona rural, uma pessoa da roça e consegui chegar no ensino superior!”** Então para mim esse crescimento pessoal foi muito grande.

O relato de Joana apresenta um processo considerado comum àquelas/es que adentram à Universidade, que passam por estas etapas de estranhamento, conflitos e incertezas até adaptar-se a este novo contexto, com todas as suas regras explícitas e implícitas. A este evento, autores denominam de afiliação. Para Coulon (2017, p. 1247)

A afiliação constrói um *habitus* de estudante, que permite que o reconheçamos como tal, que o insere em um universo social e mental com referências e perspectivas comuns e, como a permanência da categorização é a condição de todo laço social, com a mesma maneira de categorizar o mundo.

A compreensão da Universidade enquanto este espaço de pertença cria possibilidades para uma melhor condição de aprendizado, de construção de relações coletivas e de experiência subjetivas aos sujeitos. Cabe ressaltar, portanto, a importância dada por Joana à percepção que ela passa a ter de si mesma, nas questões de gênero, de raça, de pertencimento, pois a academia, bem como as demais situações sociais, coloca suas questões subjetivas bastante evidentes e possibilita que sejam amadurecidas. A percepção de sua identidade, bem como as questões de emancipação e formação para a cidadania, pode ser exemplificada quando ela aborda sobre as cotas e os aprendizados neste contexto:

Essa questão, assim, de identidade e raça é... porque... de certa forma a gente vê que ficava tendo esse questionamento: “Ah! Branco? Negro? Pardo? Num sei o que”... pra mim... tanto eu quando eu fiz eu falei: “vou colocar pardo aqui porque tem uma cota para isso”. Aí quando eu cheguei na universidade eu fui entender que isso tem, sim, uma questão de identidade, de identificação. Não é só falar: “eu sou pardo” “eu sou branco” “eu sou negro”... tem algo muito mais além... [...] por isso que eu queria que muitas outras pessoas chegassem até lá pra ver o que eu vi, o que eu vivi lá dentro sobre essas questões, que agrega demais assim não só como pessoa, mas como profissional, que faz total... total diferença...

Faz-se importante destacar, a partir da fala de Joana, as potencialidades que permeiam o ensino superior enquanto um espaço que contribui para a formação profissional e, concomitantemente, para o desenvolvimento humano, o que consolida a premissa de uma educação transformadora. De certo modo, o acesso à

Universidade e a convivência neste contexto possibilita, além da apreensão de conhecimentos acadêmicos, a formação voltada para a cidadania e a emancipação dos sujeitos, reiterando a Educação Superior como sendo fermenta capaz de transformar realidades.

### 5.1.3 – COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?

Então eu ouvia muito isso: “Quem disse que faculdade é coisa de pobre, menina?”. “Quem disse que...” Eu ouvia demais isso: “Faculdade né coisa de pobre não”. “Pobre o máximo que faz aí é um ensino médio... e olhe lá, então o que que um pobre quer na universidade?”. E isso é... de certa forma serviu pra mim como um... como é que eu posso dizer... de certa forma como aquele gás: “Não! Eu vou provar que pobre pode, sim, chegar à universidade”. Até porque é universidade pública. É um direito nosso de estar lá! Então eu ouvia muito isso e isso ficou na minha cabeça questionando: “Mas porque não, porque pobre não pode chegar à universidade se... se já que o intuito dela ser pública é... de certa forma o acesso para pessoas que não têm como pagar o ensino superior...” Então ela tá lá é pra gente! Então por que que eu não posso chegar até ela? Teve muito isso...

E por questões como estas apontadas por Joana, também vivenciadas por outros tantos estudantes, que precisamos falar sobre privilégios, uma vez que as condições dadas, ou melhor, direitos negados às populações pobres ao longo de suas trajetórias, dificultam, ou até inviabilizam, o acesso à educação superior. Assim ela mesma desabafa:

Tem pessoas que tem os privilégios... de fazer um curso... um curso pré-vestibular, uma coisa assim... eu estudava em casa, eu usava meus livros de ensino médio como pesquisa, buscava programas de televisão de jornais, li revistas, até revistas velhas, antigas... Mas eu queria mostrar, tipo assim... que só depende é... não é que você ser pobre – essa questão financeira – vai te fazer ter esse limite... eu acho que porque depende da própria pessoa porque a sua questão financeira é, sim, de certa forma um bloqueio, que você pode ter em algumas questões, mas ela não vai te barrar [com ênfase na palavra barrar] literalmente, ela é apenas um detalhe que se você for ajeitando você consegue, sim, vencer... então foi basicamente isso. Porque tipo assim: “Como é que eu vou ser igual a uma pessoa que conseguiu fazer um cursinho, um pré-vestibular, enquanto eu estudava lá em casa com livros antigos, eu mesmo fazendo minha própria rotina de estudo, enquanto outra pessoa tava fazendo um... pelo seu... é... cursinho...?” [muda a entonação de voz, com certa indignação]. Eu acho que é um direito dela, se ela tem condições pra manter isso... Mas eu não vejo que tá na mesma linha igual de... de concorrência... É lógico que essa pessoa vai tá em um certo nível diferente do meu... não no nível de conhecimento, mas no nível de vantagem, porque ela teve um suporte maior... então tem toda essa questão que... que deveria, sim, essa questão de política pública abarcar ainda mais. Tem até a questão do cursinho... que tem um cursinho pré-vestibular aqui que é pelo Estado, se eu não me engano, mas... mas tem essa falta de informação: muita gente de zona rural nem sabe da existência desse cursinho gratuito aqui que pode vir ter esse pré-vestibular aqui... Eu mesmo não sabia na época que tinha esse curso aqui...

As mesmas engrenagens que historicamente e intencionalmente distanciaram as populações empobrecidas das universidades, continuam cumprindo o mesmo papel de mantê-las distantes, com os discursos que culpabilizam, desencorajam e anulam estas identidades, ou mesmo que se incubem de tornar os espaços públicos redutos de classes privilegiadas, contrariando o princípio da universalidade da democratização da educação superior.

Então por mais que é uma coisa pública, que é um direito da pessoa chegar à educação superior de qualidade, mas que pra muitas pessoas isso é uma coisa tão... como se fosse... como dito... como um bicho de sete cabeças, que todo mundo fica: “Nossa! Eu consegui vencer e eu estou aqui...”  
 Porque chegar na Universidade Federal pra mim foi um ganho muito... enorme. Porque sempre tinha aquela coisa que... quando eu tava estudando na época... tinha pessoas que falava: “Ah! Cê num vai conseguir...”. “É muito difícil chegar até lá...”. E pra mim foi um triunfo quando eu consegui entrar na UFOB. E passar pra Geografia foi um outro triunfo, porque eu sempre estive voltada pra essa área mais... é... pra essa área mais humana da geografia em si, além dessa área ambiental. Eu sempre quis trabalhar com ciências ambientais. Então, pra mim ir pra Geografia só foi tipo que fechar com chave de ouro, desde quando esses... esses meus pensamentos assim de futuro, de graduação. Realmente foi um triunfo muito grande, uma vitória em si, porque a gente sabe de todas essas dificuldades que eu já te falei, essa falta de informação que a gente tem. Então passar pra UFOB, tanto pra mim quanto pra minha família foi um ganho muito enorme. E pra geografia foi mais essa questão... essa questão minha mesmo de identificação com essa área ambiental, porque também tem essa questão de ciências humanas no curso, aí por isso que eu fui...

Destarte, quando pontuamos as questões subjetivas destas trajetórias é na perspectiva de evidenciar que pessoas como Joana são carregadas de sonhos e motivadas pelo desejo de ter suas vidas transformadas, tanto no que diz respeito às condições econômicas, quanto pela necessidade de visibilidade social. Trata-se de elementos bastante individuais e peculiares, como a referência acadêmica que passa a ser em sua comunidade, a valorização de uma identidade de jovem do Gerais<sup>6</sup> que chega à Universidade, dentre tantos outros marcadores de sua trajetória que, muito embora particular, reverbera em outras tantas trajetórias. São identidades que buscam o reconhecimento de seus pares e almejam espaços de convivência e socialização com dignidade e plenitude de direitos. Além destas narrativas que tão fortemente representam as trajetórias de superação de pessoas empobrecidas, exceções às regras de exclusão das minorias dos espaços acadêmicos, a iniciativa de Joana em impulsionar a transformação de outras trajetórias é bastante expressiva e merece

---

<sup>6</sup> A expressão refere-se aos povos das comunidades tradicionais geraizeiras, que têm identidade e culturas específicas e habitam no Cerrado brasileiro.

destaque, uma vez que se percebe a lógica de rompimento das estruturas de dominação e exclusão, ainda que a passos lentos e sofríveis.

É tanto que agora na hora das férias que eu tive em janeiro eu com essa colega minha buscamos a escola lá, a coordenadora, na época eu tentei ficar nesse período de férias ajudando o pessoal do ensino médio lá, passando a informação pra eles de como era... informações que demorou chegar até mim então como eu já tinha eu falei: “Não! Eu tenho o dever de passar até eles...” então eu fui e a gente tinha dias né, escolhido pelos alunos, de passar pra eles como era o Enem, de como era a redação, como se ingressar na UFOB. Muitos alunos que fizeram o Enem no ano passado buscaram até mim tanto para fazer inscrição no ENEM quando tentar se inscrever em algum... independente se era a UFOB, teve a UFOB, a UNEB e vários outros cursos.

É como se a trajetória, que embora inicialmente sofrível – e que não deixa de ser no atual percurso – ainda trouxe elementos para que ela possibilite outras pessoas a passarem pelo processo de acesso e permanência com menos dificuldade do que ela passou. Daí vai se tecendo uma rede de estratégias e de apoio, de forma que as experiências que possibilitaram com que Joana conseguisse entrar e se manter na universidade, vão se tornando estratégia e base para que ela contribua no percurso de outras/os:

E muitas colegas, amigas minhas e até outras pessoas que eu nem conhecia buscaram até mim porque viram que tudo isso: “Ah! Se ela chegou até lá então ela vai saber como... vai poder me ajudar...” por isso que eu fiquei muito como essa referência até para escola em si, lá o diretor sempre citava nas formaturas, colação de grau lá dos meninos, até em reuniões ele citou bastante isso, na época acho que ele citou até pra Secretaria de Educação... Porque foi uma prova assim: “Oh... por mais que aqui às vezes a gente tem um acesso restrito...” porque na época não tinha internet lá “... mas a gente pode sim conseguir essa questão do nível superior...” que pra muitos lá era uma coisa muito acima do patamar deles.

As lacunas deixadas pelas políticas públicas na garantia de direitos e as viabilidades que deveriam ser dadas pelo Estado, vão sendo ajeitadas pelos próprios pares, que dão um pouco de si para que outras pessoas possam chegar à educação superior. E o dever, que a priori seria do Estado, passa a ser responsabilidade das populações empobrecidas no contínuo processo de “tomar o poder para si” e se comprometem em partilhar as conquistas e viabilidades com seus pares. Como Joana afirma: “Então para mim o dever de levar isso pra eles e mostrar: ‘Oh! É uma coisa fácil, é um direito seu, é universidade pública e você tem o direito de estar lá’ então muito importante levar isso a eles”.

## **5.2 – A trajetória de José: “O sistema apoiava só os que tinha mais dinheiro, só os ricos, hoje a faculdade é para o pobre também”**

José é um jovem de 28 anos, nascido na cidade de Barreiras, mas que viveu a maior parte de sua vida no município no qual se aplica esta pesquisa de campo. A renda de sua família sempre foi muito baixa, pois quando morava com seus pais e os irmãos, apenas sua mãe trabalhava, informalmente, em um pequeno comércio. O pai trabalhou por um tempo como servidor público, mas problemas de saúde o impediram de continuar e este não conseguiu benefício social para a pessoa com deficiência, nem auxílio doença. A renda do Programa Bolsa Família sempre foi um auxílio para as despesas domésticas.

Atualmente, casado, residindo em um outro domicílio com sua companheira, ele ainda representa uma parcela significativa da população brasileira que vive com menos de meio salário mínimo *per capita*. Isso, se considerarmos um recorte temporal recente, desde que passou a ser beneficiário do Programa Municipal de Transferência de Renda Mínima, pelo qual recebe o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês. Antes disso, a única renda da família era R\$ 179,00 do Programa Bolsa Família. Com estes benefícios o casal consegue suprir as despesas domésticas e ainda José utiliza para gastos com a rotina acadêmica. Considerando os aspectos educacionais na sua configuração familiar, ele destaca:

Meu pai é analfabeto, ele não estudou. Ele fez só a primeira série, como ele fala. Mas nem o nome dele ele aprendeu a escrever. Minha mãe, com nossa influência lá de casa, já fez até a quarta série. Só que ela parou, que foi naquele projeto EJA – Educação de Jovens e Adultos. A gente falava pra ela: “Mãe, já que a senhora obriga a gente a ir pra escola, a senhora também tem que ir!”.

A história dos pais de José não se difere de tantas outras, pois é comum encontrar relatos das pessoas que se esforçaram sobremaneira para garantir que seus filhos – uma nova geração – pudessem ir à escola, uma vez que as condições para estudar antigamente eram ainda mais difíceis.

Apesar de ter vivido grande parte de sua trajetória escolar no município ao qual se aplica a pesquisa, precisou mudar-se de cidade e, por conta disso, as interferências na trajetória escolar foram inevitáveis e algumas afetaram sobremaneira o seu projeto de vida, as quais é importante pontuar para compreender sua chegada (ainda que tardia) à universidade: Quando mudou-se para Goiânia teve o ano escolar interrompido, e repetiu a segunda série do ensino fundamental; quando voltou para a

cidade em que hoje reside, em 2001, a mesma situação ocorreu, dadas as dificuldades para transferência escolar, perdendo novamente o ano letivo; em 2008, já no ensino médio, teve novas intercorrências, pois dividia o seu tempo com a rotina de trabalho, como Jovem Aprendiz o que interferiu em seu rendimento escolar, ficando devendo uma disciplina, o que se repetiu no seguinte, impedindo que, ao concluir o Ensino Médio, tivesse a certificação, dadas as dependências das disciplinas nos anos anteriores. Isso criou um impeditivo para que desse segmento em sua trajetória escolar, pois por falta de informações sobre os trâmites para regularização de sua formação básica, ficou cinco anos sem poder concluir o Ensino Médio até que um professor o orientou sobre buscar as vias legais junto aos órgãos de educação regional e, assim, conseguiu realizar uma prova que possibilitou sua certificação.

Assim, com incentivos dos pais e de outras pessoas do seu convívio, seguiu seu percurso escolar. Dadas as condições financeiras da família, houve uma época em que José aventurou sair da sua cidade e ir trabalhar no estado do Goiás: “Fiquei lá um mês trabalhando numa lanchonete no meio da estrada, só que aí eu vi que não ia ter futuro e voltei pra trás...” O futuro a que José se refere é construir uma trajetória acadêmica, no entendimento de que a formação superior pode ser uma caminho para romper com o ciclo de violência e pobreza presente entre os seus pares, como podemos compreender na seção que segue.

### **5.2.1 – O ACESSO: estratégias e oportunidades para chegar à Universidade**

Como já se pode perceber, o desejo de cursar o Ensino Superior sempre esteve presente na trajetória de José, muito embora tenha sido uma realidade que demorou mais do que pretendia, uma vez que a trajetória de José para acessar a Educação Superior é atravessada por questões diversas e adversas, sobretudo no período que ficou sem poder adentrar no ensino superior pelas pendências do ensino médio, já supracitadas. Neste ínterim, chegou a realizar as provas do ENEM, sendo aprovado quatro vezes nos cursos de Física, Química, História e Direito, não podendo cursar em nenhuma destas, por conta da pendência que tinha do Ensino Médio. Resolvida sua pendência no Ensino Médio, realizou pela quinta vez a prova do ENEM sendo aprovado para o Curso de Química, iniciando a graduação, mas como tantos outros percursos incertos e com as dificuldades dadas, os entraves se impuseram e desistiu do curso, tentando novo acesso pelo ENEM e ingressando no Curso de Pedagogia na

UNEB, no qual, novamente, pelas dificuldades financeiras e por identificação, não permaneceu. Até que ingressou recentemente no Curso de História na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.

Antes de adentrar nas minúcias destas trajetórias interrompidas, que estarão na próxima seção, sobre a permanência (neste caso mais específico, sobre as não permanências nos cursos interrompidos), vamos tentar compreender como a Educação Superior chega e se configura na vida de José como sendo um caminho para o desenvolvimento humano, econômico e social. Ele destaca que a entrada no Ensino Superior sempre foi uma pretensão sua, pois entendia como sendo o único caminho para a transformação de suas vidas marcadas pelas desigualdades, enfatizando que as críticas e os elogios se juntavam como sendo um incentivo para suas escolhas.

Porque todo mundo falava: “é... você que é mais inteligente do que ela, não tá na faculdade, tá trabalhando... emprego uma hora acaba, você vai sair do emprego um dia e, você vai ficar sem estudar. Porque a educação... hoje em dia, ninguém consegue mais um emprego só com o ensino médio... tem que ter alguma coisa a mais, tem que ter um diferencial pra você conseguir um cargo bom”. Aí que nem meu pai falava: “você vai estudar, tentar entrar na faculdade, ou então vamos todo mundo pro cabo da enxada, ir pra roça, roçar”. Que hoje em dia é isso... se você não tem um bom estudo, uma boa carreira, você tem que ir pra roça, pra zona rural... que é como todo mundo fala: “trabalhar no sol quente”, não sentado numa cadeirinha boa [risos irônicos]. Quem quer uma coisa boa, tem que sofrer pra ter!

Apresenta-se aqui uma das contradições das trajetórias das/os empobrecidas/os, por vezes repetidas por ele durante a entrevista: Tem tantas oportunidades, mas não entra na Universidade porque não quer. José reitera, sempre, os tantos mecanismos existentes para o acesso à Educação Superior, o que ele classifica como sendo as facilidades que felizmente se apresentam para as pessoas que querem chegar à Universidade:

Hoje tem o ENEM! [riso]. A melhor forma de entrar na universidade hoje é o ENEM, pra mais fa... facilitou mais ainda o PROUNI... porque o PROUNI facilitou bastante. E ainda tinha gente que falava: “ah o ENEM é difícil, você não passa!”... Então veio o PROUNI... “ah o PROUNI é mais difícil ainda”... veio o FIES, que agora com o FIES você faz a universidade e paga depois. Hoje não estuda, não aprende quem não quer. Um exemplo mesmo, hoje tem as cotas, que antigamente como dizia, as faculdades pro negro participar tinha que ter dinheiro bastante pra entrar, tinha que ter os privilégios... hoje não precisa mais disso tudo.

Os dados nacionais, já apresentados e discutidos anteriormente demonstram como as políticas de cotas, os programas de expansão e interiorização das

universidades, bem como o investimento em estratégias como FIES, PROUNI foram imprescindíveis para que as populações pobres pudessem acessar à Educação Superior, principalmente pelo fato de que na trajetória deste jovem os mecanismos para o acesso foram bastante viáveis e eficientes, não à toa ele teve aprovações consecutivas em diferentes cursos e instituições, selecionado através do SISU para cursos na UNEB e UFOB, ambas acessadas por José através desta plataforma de seleção, evitando assim o pagamento de taxas de vestibular.

Ao passo que o SISU se faz importante ferramenta para uma democratização do acesso às Universidades Públicas – com quantidades de cursos ainda limitada na região – cabe apontar para a escassez de vagas em outras áreas, ainda restritas às instituições particulares, financeiramente inacessíveis para jovens como José, que não tendo condições de pagar mensalidades em cursos particulares, aguarda ampliação de vagas em programas como o PROUNI, o que se manifesta no desejo de José ao dizer: “O meu sonho é fazer Fisioterapia. Só que como eu não consegui pelo... pelo ENEM, porque é mais para escola particular... faculdade particular, é mais difícil, porque mesmo... ano passado a FASB ofertou só uma bolsa por cotas. É muito pouca”.

As cotas raciais, muito embora tenham sido um avanço e destaque dentre as políticas afirmativas, ainda carecem de aprimoramento, ou mais que isso, de ampliações para garantir que mais pessoas negras – consequentemente empobrecidas – possam chegar à universidade e, principalmente, no contexto de cursos consagrados à elite, em sua maioria disponíveis apenas em instituições particulares, com vagas de bolsas bastante limitadas. Ora, se avaliarmos suas classificações positivas no SISU, poderíamos dizer que não se trata da incapacidade ou da falta de esforço. Entretanto, uma das suas maiores perspectivas é cursar Fisioterapia, curso que existe na região apenas em instituições privadas e que poderia ser acessado através do PROUNI (com bolsas parciais ou integrais), o que denuncia, ainda que de modo tímido, a ausência de alternativas, até bem mais do que a falta de vontade ou competências. Neste quesito, a entrevista segue desta forma:

- Agora assim... você diz: “não estuda, não aprende quem não quer”, você quer fazer Fisioterapia?

- Quero! [ri]

- É porque você não estuda o suficiente, ou porque você acha que... porque antes você tinha dito que as vagas eram insuficientes, então... você consegue avaliar que faz a universidade todo mundo que quer? Você quer fazer Fisioterapia, você pode fazer Fisioterapia?

- No momento, não! [riso]. Mas como eu falei, por falta de vagas. Fisioterapia é um curso muito concorrido.
- Então não é só pelo “querer” do José, né?
- [ri sem graça e diz]: É!
- Tem ainda alguns elementos aí né?
- As duas coisas. O sistema melhorar um pouco e o aluno buscar.

As alternativas utilizadas por ele para acessar a Educação Superior demonstram avanços do país no que tange às diferentes modalidades implantadas e o aperfeiçoamento de outras antigas formas, as quais vêm sendo implementadas, para viabilizar o acesso de diferentes populações à Universidade. Entretanto, ainda se almeja a ampliação dos campos e áreas de formação acessíveis para todas as populações, de modo que possam escolher, de fato, dentro de um universo maior de possibilidades, não somente entre áreas restritas e, muitas das vezes, não compatíveis com o projeto de vidas das/os jovens, ou mesmo com as exigências do próprio mercado de trabalho.

Como alerta Dubet (2003, p. 35) “a seletividade escolar encaminha os alunos mais fracos para as trajetórias menos qualificadas, o que, por sua vez, aumenta suas ‘chances’ de desemprego e de precariedade”. Não que seja esta a situação de José – de um aluno fraco no que concerne às habilidades escolares – mas há que atentar ao fato de que ele atualmente optou por uma área, a qual acredita que lhe dará subsídio financeiro para posteriormente pagar o curso de Fisioterapia, entretanto, considerando as condições e oportunidades do trabalho, há preocupações que se colocam neste roteiro.

Eu quero terminar logo o curso de História, me formar em História e depois eu vou tentar fazer Fisioterapia, porque com o dinheiro do curso de História, porque eu tô fazendo bacharelado, e eu quero seguir o ramo de arqueologia, ou então trabalhar em um museu, em alguma coisa assim do tipo e, aí com esse dinheiro eu vou pagando a faculdade [de Fisioterapia].

Essa colocação talvez nos provoque o fato de que o acesso à Universidade está, por vezes, desconectado do real desejo ou das escolhas mais assertivas dos sujeitos, optando em alguns casos por cursos e áreas que sejam mais acessíveis e não necessariamente as mais propícias para uma realização profissional ou pessoal, dadas as condições contextuais que reduzem seu universo de alternativas. E é justamente quando questionado sobre o curso de química, iniciado e interrompido, tanto por ele quanto por seu irmão, dadas as despesas necessárias para compra de material didático, que ele declara: “É! Pra ser químico hoje em dia você tem que ter de onde tirar dinheiro. Ter recurso [pausa]”. Então, como José e seu irmão se

formarão, para romper com o ciclo de pobreza – entendendo que a Educação Superior seja o caminho para tal – se para estar na Universidade, em tantos casos, já se exige uma renda consideravelmente alta desde o início do curso?

Daí, cabe uma reflexão sobre a compreensão de que a Educação Superior está facilmente acessível às pessoas empobrecidas. Diante das revisões bibliográficas, dos índices e dados nacionais e locais apresentados anteriormente, é fato que as alternativas aumentaram, mas ainda percebemos que muito carece de ser aprimorado com vistas às condições de acesso e permanência das populações pobres neste cenário.

### **5.2.2 – A PERMANÊNCIA: Desafios e possibilidades para manter-se na universidade**

- Como você disse, é fácil para o pobre hoje entrar na faculdade, na universidade, mas...
- [ele complementa] mas permanecer lá que é o difícil [pausa reflexiva]. Até pra conseguir um auxílio, um benefício lá, eu tô achando difícil.
- [...] Porque eles falaram que não estava no prazo, tinha que esperar o prazo abrir e até hoje esse prazo não abriu ainda.

Para dar continuidade ao diálogo acerca das condições de permanência na Educação Superior, trago o trecho dessa conversa com José, que representa muito do que fora identificado em sua trajetória: repetidas vezes que “desistiu” dos cursos, as dificuldades financeiras para manter-se, as intercorrências e burocracias para acessar programas e projetos. O que se colocou antes mesmo do atual curso. O fato é que a permanência na Universidade, como os relatos de José evidenciam, está totalmente relacionada às condições econômicas das/os estudantes, pois muito embora sua vinculação seja a uma universidade pública, as despesas decorrentes da própria vida acadêmica carecem de investimento.

Daí, quando questionado acerca destas viabilidades, ele aponta ainda a dificuldade em acessar os programas da assistência estudantil, o que poderia ser um suporte para sua manutenção no curso, entretanto, ainda não é um auxílio com o qual ele pode contar, pois as datas do cronograma previsto no edital não foram compatíveis com sua chegada na Universidade, sobretudo com o atual cenário de crise sanitária decorrente da pandemia, com suspensão temporária das aulas e, conseqüentemente, do cronograma de editais da instituição.

Considerando que não teve ainda acesso ao auxílio financeiro da Assistência Estudantil, suas despesas decorrentes da Universidade têm sido custeadas com o valor recebido através do Programa Bolsa Família e a bolsa do Programa Municipal de Transferência de Renda Mínima Cidadã. Ele reitera que são estes benefícios a garantia para sua manutenção na universidade, compartilhado com todas as demais despesas do domicílio, uma vez que ambos estão desempregados no momento, afirmando que são as ajudas necessárias para sua permanência na universidade.

Ajuda bastante! Porque lá em casa... assim... como eu sou casado com minha esposa agora, ela saiu do núcleo familiar da mãe dela e fez o Bolsa Família dela, aí como a gente é casado, tinha que me incluir no dela também... a gente recebe R\$ 179,00 mensal. Todo mês a gente tira isso [...]. Mas sempre ajudou, porque do dinheiro do Bolsa Família, quando eu tava em Química, eu comprei o avental, além da nossa alimentação mesmo, lá também... porque... por mais que ela tava trabalhando de doméstica, tava conseguindo sustentar alguma coisinha, só que agora no momento ela tá desempregada também e a única fonte de renda que a gente tá tendo no momento é o Bolsa Família e o auxílio agora do Jovem... do programa... Renda Mínima [...]

Ajuda bastante! Ajuda! Ajuda porque... você tem aquela certeza: “eu posso pedir dinheiro emprestado pra certo colega, pra comprar apostila, pra comprar isso, comprar aquilo, e saber de onde eu vou tirar pra pagar. Tem aquela segurança”. E ao mesmo tempo, passa a segurança pra aquela pessoa que tá emprestando.

É talvez impensável, como que o valor de R\$ 679,00 mensais pode ser suficiente para suprir todas as despesas domésticas – alimentação, aluguel, água, luz, telefone, internet – e ainda ser a fonte de renda para garantir a permanência na universidade, com todas as despesas provenientes e inevitáveis deste universo. Mas é isso mesmo. O casal atualmente consegue se organizar com a renda *per capita* de R\$ 339,50 depois que passou a receber o Benefício do Programa Renda Mínima. Com esta renda *per capita*, conforme os cálculos do Cadastro Único para a concessão de benefícios sociais, estão classificados como sendo uma família acima da linha da pobreza, uma vez que se entende por famílias em situação de pobreza aquelas que possuem renda de até R\$ 178,00 por membro – renda *per capita*. Muito possivelmente, após a atualização do CadÚnico, informando a nova renda advinda do Programa Municipal haja uma redução no valor recebido pelo Programa Bolsa Família.

O fato é que, independentemente do termo que os classifica – que os coloca acima da situação de pobreza, – os valores recebidos por tais programas são essenciais para sua sobrevivência e o manejo da renda, de forma bastante cautelosa, sendo o que garante também sua permanência na universidade. Daí, quando

questionado sobre o que está na escala de prioridade na hora de organizar as despesas, a resposta é, no mínimo, pesarosa.

Aí vem aquela questão: tem hora que dá pra comprar as coisas de casa... tem hora que dá pra comprar as coisas da universidade... mas sempre o estudo em primeiro lugar! [pausa] Que nem faltou arroz, faltou feijão, a gente pede um pouquinho ao vizinho emprestado [tom de voz como as coisas se ajeitam]. Fala com os pais dela, pra ver se tem como ajudar, falo com minha mãe pra ver se dá pra dar uma coisinha, e assim vai... porque o nosso foco no momento é terminar essa faculdade e ver de onde tirar uma renda. Por isso que eu quero seguir em História até o final.

Tudo é uma questão de prioridade?! Ou seria, de desigualdades? Pudemos verificar que a trajetória de José é demarcada pelas privações, pela pouca renda ou mesmo pelo difícil acesso às políticas públicas, entretanto, há em suas falas a forte marca de reprodução de um discurso que culpabiliza as pessoas pobres pela própria situação de pobreza em que se encontram. Ante estas situações, inclusive com uma forte compreensão de que as oportunidades estão dadas e os indivíduos que não se interessam em aderir. Entretanto, sua entrada e consequente saída do curso de Química, ainda que seja em uma Universidade Pública, denotam como as condições financeiras são determinantes para a entrada e permanência em um curso superior, contrariando uma concepção de que basta a força de vontade e o desejo para realizar percursos tão caros:

Como o curso de Química tava muito pesado, tava muito caro, porque tem que comprar avental, comprar luva, comprar tudo e eu tava sem trabalhar, acabei desistindo porque era o dia inteiro... aí eu peguei minha nota, usei no SISU 2019.2 e fui pra... UNEB. Comecei Pedagogia à noite, só que tem hora... a questão dos livros. Eu tava procurando emprego, sem achar emprego em lugar nenhum, eu peguei e desisti.

É lamentável que situações como estas sejam recorrentes na vida de jovens que têm seus sonhos interrompidos pelas condições socioeconômicas. E não se trata simplesmente de dizer que falta esforço ou competência, muito mais ainda é necessário para que pessoas como José – ou como o seu irmão, que também desistiu do curso de Química em uma Universidade Federal pelas mesmas circunstâncias – possam se manter em um curso superior, uma vez que suas trajetórias foram demarcadas pelas privações, colocando-os em condição de pobreza. E o ciclo se reverbera, como já discutimos anteriormente ao falar dos conceitos e concepções de pobreza, pois ainda que entendam a Educação Superior como sendo um caminho possível para superação das desigualdades, as condições para a permanência de pessoas empobrecidas nas IES é fator decisivo, o que se mostra muito fortemente na

trajetória de José, pois conseguiu acessar por três vezes a Universidade Pública, mas desistiu por duas vezes, dadas as dificuldades de permanência.

Estar e permanecer nestes espaços ainda carece de muitas estratégias, algumas delas que perpassam, inclusive, pela dimensão da sensibilidade daqueles que estão nos espaços administrativos, burocráticos e de efetivação da política educacional para viabilizar a garantia dos direitos, bem como pela necessidade de aumento de verbas no âmbito da Educação e tantos outros fatores que estão interligados a esta realidade, inclusive aspectos que são das relações tecidas no contexto educacional. É o que podemos observar nas investidas de professores e gestores das Instituições de Ensino por onde José passou, os quais tiveram, para além de sua função primária de educadores, um olhar para as fragilidades e potencialidades do estudante, com vistas à sua persistência e permanência nos cursos e percursos.

O coordenador de lá... [da UNEB] ele pegou e falou pra mim não desistir, que a faculdade é o único caminho que a gente tem, que a educação é a melhor coisa que a gente tem na vida, que a única coisa que ninguém tira da gente é a aprendizagem. Que é a única coisa que a gente tem pra sempre na vida. Aí eu falei pra ele que mesmo assim não dava [expressão de inconformismo]. Aí quando foi no outro dia, a diretora/coordenadora da UFOB pegou e me ligou, perguntando porque que eu tava desistindo do curso da UNEB, que eu já tinha desistido da UFOB e perguntando sobre a minha esposa, se o bebê tinha nascido bem, aí foi que eu falei pra ela que a gente tinha perdido o bebê [pausa]. Aí ela olhou minha nota e, falou pra eu me inscrever de novo na UFOB. Eu me inscrevi, passei em História e tô lá.

Aqui, reitero um importante elemento que está presente nas trajetórias das/os universitárias/os. Ou se não está, deveria! Que são as relações afetivas tecidas entre alunos e educadores. Reforço isso por entender que os processos burocráticos, teóricos e técnicos já são por demais exigentes e cansativos e, não sendo máquinas, carecemos de relações colaborativas neste processo. O cuidado, solidariedade e atenção dadas pela gestão são determinantes na permanência de José na Universidade. A acolhida humana também é oportunidade de crescimento e desenvolvimento. É rompimento de ciclos de dominação e de uma educação competitiva e meritocrática. A relação solidária e colaborativa cria possibilidades para que mais jovens como ele possam estar e permanecer neste ciclo.

### 5.2.3 – COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?

Essa pergunta é difícil! [...] É! É bem difícil de responder! Mas vem aquela velha questão: basta querer!

Na verdade é porque esse querer, é aquela questão: “eu quero fazer isso!” eu consigo arrumar um emprego de vez em quando, lavar um carro, fazer alguma coisa na rua, dá pra juntar alguma coisinha pra fazer alguma coisa [...] Não é só falar: “ah eu quero” [...] Porque não adianta você falar: “Ah! Eu quero entrar na faculdade!”, eu quero. Vou entrar lá quando? Como? Se você não tá correndo atrás? [...] Se você não planeja sua vida não tem como você chegar em lugar nenhum.

Ainda que aponte sempre a necessidade do esforço, do desejo e responsabilidade do sujeito em buscar alternativas para superar suas condições de pobreza e miséria, há que se ater às inviabilidades dadas pelas estruturas. O projeto de vida de José, ainda que com algumas inconstâncias, decorrentes das próprias vulnerabilidades existentes em sua trajetória, aponta para a Educação como sendo a alternativa para superação de desigualdades. E reitera isso, com pesar, ao mencionar que sua irmã acabou desistindo da faculdade por conta das estruturas que delineiam este espaço, contrastando com os incentivos feitos à companheira:

Minha irmã mais velha, [...], ela começou a fazer Psicologia, só que aí ela pegou e desistiu, porque ela teve que começar a trabalhar também jovem. Hoje ela... é... mora mais um rapaz que ele também trabalha como pedreiro... ele é muito ciumento, ele não deixa ela estudar. Já na minha questão lá em casa, é o contrário hoje, eu quero que minha esposa vá estudar e ela não quer ir. Eu falo pra ela estudar, que é bom pra vida, porque hoje em dia... se você não estudar, você num...

Observem o quanto as estruturas econômicas, acentuadas pelas demais estruturas de exclusão e opressão – de uma sociedade fundada em concepções patriarcais, machistas e racistas como tão bem vimos na revisão bibliográfica – são determinantes nas trajetórias dos sujeitos, por vezes impedindo a execução dos projetos de vida, ainda que os anseios e perspectivas sejam expressivos em suas vidas. E isso é linha tênue nas concepções deste participante da pesquisa, a qual considero importante destacar e dedicar um tempo para refletir sobre tal situação. Não que as/os demais não demonstrem esta faceta, mas suas impressões e colocações acerca das questões de oportunidades e força de vontade são bastante evidentes, tal qual se apresenta neste recorte:

Estudo hoje é de graça, antigamente não era... era difícil para o pobre entrar na faculdade, antigamente não tinha como você ir numa escola. Muitas vezes você tinha que ir, que nem mesmo eu coloco, quem incentiva é aquelas pessoas que vêm da zona rural, de bastante longe, passam uma hora, duas horas num ônibus pra vir estudar... a gente mora aqui do lado da escola... por que não estudar? Por que não correr atrás?

Bastante ilustrativa esta fala, pois nos remete a uma dualidade na trajetória das pessoas empobrecidas, duas faces do discurso: da elite que culpabiliza o pobre e do

pobre que internaliza a condição de culpado pela sua situação de miséria, uma máxima reproduzida com sucesso no contexto escolar, que culpabiliza o aluno pobre pelo seu fracasso. Como afirma Dubet (2001, p. 16) “A ‘meritocracia’ escolar pode ser um princípio libertador, o que não impede que legitime as desigualdades, na medida em que atribui sua responsabilidade às próprias vítimas”.

O que se faz importante problematizar é aquilo que o próprio José denuncia – ainda que aparentemente concorde – pois trata-se das condições desiguais postas ante os diferentes grupos sociais. Mesmo que ele, negro e morador de um bairro periférico, entenda-se como privilegiado por ter alguns acessos facilitados, se comparado a um jovem da zona rural, suas condições ainda não são as mais desejáveis e justas. Ora, não precisamos ir muito longe. Basta analisar outros trechos de sua fala que denunciam esta escala de privilégios, de ausências de políticas públicas, ou mesmo da justiça e da equidade social.

Porque a maioria das pessoas: “Ah, terminei o ensino médio, não tem nada pra fazer, não tem trabalho, vou entrar no mundo das drogas”. É o caminho mais fácil. Já recebi convites? Já! Bastante! A maioria dos meus amigos, a metade é tudo traficante hoje em dia! Uns tão vivos, outros tão mortos. [...] uns já foram, outros tão vivo ainda... [pausa].

É como eles mesmo falam... porque tem dois mundos, eu tô em um, eles tão em outro, que eles gostariam muito de voltar no tempo e fazer tudo ao contrário pra chegar nesse mundo que a gente tá, só que aí não tem como voltar atrás depois de ter feito tanta coisa. E tem uns que tenta voltar e não consegue, não tem apoio da família, a própria família não apoia e a sociedade tem aquele preconceito: “Ah, é bandido! Mexe com ele não”. A pessoa vai falar o quê? [fala pesarosa].

O universo de oportunidades às populações empobrecidas é demasiadamente reduzido. Pensar que o caminho do tráfico ou da escola é uma simples questão de escolha nos provoca a pensar sobre quais são as reais condições das crianças, adolescentes e jovens das periferias, por exemplo. Como reitera Dubet (2004, p. 543)

Os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, a priori, todas as chances para ter sucesso como os outros [...] a escola meritocrática legitima as desigualdades sociais.

É salutar a importância dada à Educação como sendo a via principal de transformação das trajetórias, ou ainda como alguns intensificam: “o único caminho para mudar de vida”. Mas como já diria Paulo Freire “Se a Educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67), o que nos possibilita compreender a importância da educação enquanto uma ferramenta de transformação, inclusive de potência para desconstruir processos de

opressão, como reitera o mesmo autor: “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 2007, p. 112). As mudanças que pretendemos perpassam, sobremaneira, pela educação enquanto potência, canal de emancipação dos indivíduos e mecanismo de politização do povo. Entretanto, o que falta às crianças, adolescentes e jovens além de educação e o desejo de estudar, se assim razoavelmente lemos suas realidades? A quem o estado viabiliza direitos, condições de participação, acesso a produtos, bens e serviços? É como um chamado *tráfico de influências*, onde a rede de relações privilegiadas define os destinos da elite e dos mais pobres:

Aí vem aquela questão do... [para, pensa]... quem tem mais poder é aquela pessoa que tem mais influência... que nem, eu tenho amigo, trabalha em tal lugar... aquela pessoa tem mais influência... e vai assim! Como se você não tiver ninguém trabalhando naquele lugar, você não tem como chegar naquele lugar sem informação nenhuma.

E é o que constatamos quando olhamos para a realidade das políticas públicas essenciais, como saúde, educação, saneamento e que estão sucateadas ou deficientes nos territórios em que as populações empobrecidas vivem. A exemplo da Educação Básica, como ele mesmo pontua:

Eu tô falando assim... que na... pra você chegar lá na faculdade, a escola pública ensina menos que na particular, porque os professores... [...] É... porque o professor hoje em dia não tem todo o material, todo o recurso que um professor na escola privada tem. Aí isso dificulta também! [...] Escola privada sempre vai priorizar seu aprendizado... você vai aprender mais na escola paga, porque você tá pagando pra aprender. Tem escola que ensina mesmo de verdade, tem outras que não, você só paga pra ter sua nota.

A constatação daquilo que os dados educacionais já apontam há algum tempo: estudantes de escolas públicas têm mais dificuldades de chegar à universidade, pelas próprias condições dadas ao longo de seu percurso escolar, ou ainda pelos privilégios presentes na vida daqueles que puderam cursar a educação básica em escolas privadas.

No final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente linguísticas (DUBET, 2003, p. 36).

E, muito embora compreendamos esta dimensão alienante embutida na compreensão da premissa “só não estuda quem não quer”, por vezes caímos na inocência de julgar como meramente contraditório o posicionamento de José, um estudante pobre com direitos negados ao longo de sua vida e que culpabiliza outros empobrecidos por não se esforçarem ou por não escolherem estar na escola, na universidade. Ora, suas concepções são, noutra roupagem, a reprodução encarnada do discurso da elite do atraso, como já denunciava Souza (2017).

E, neste campo de análise, é importante estar atento a esta reprodução de conteúdo, como alerta Elias (1991 *apud* KAUFMANN, 2013, p. 150): “O homem é um ser intimamente formado pela sociedade de sua época, não somente sob o efeito de determinações exteriores, mas também profundamente em si mesmo”. E complementa Kaufmann (2013) que é possível que o indivíduo incorpore estes conteúdos em forma bruta, sem digeri-los e posteriormente os externalize, tal como assimilou.

Não se pode negar a necessidade de superação ou mesmo de investimento humano das pessoas que, tendo uma história de negação de direitos no país – desde sua colonização – buscaram alternativas para ascender no mercado de trabalho, na educação, na política, na vida social como um todo. Entretanto, sabe-se que somente o esforço não é a questão, pois é fato que isso sempre existiu. O fato é que, ainda que o desejo seja expressivo em suas falas e em suas vivências, as negações de direitos, ou mesmo as barreiras existentes ao longo do caminho, não podem ser desconsideradas. A ausência de emprego, ou ainda o trabalho que exige excessivamente interferindo na rotina acadêmica, as faltas de oportunidades que os obrigam a mudar de cidades, esses trânsitos da família implicam diretamente nas condições de acesso de José à Educação Superior.

Além destas questões que são estruturais e mais amplamente da esfera das políticas públicas, faz-se necessário ressaltar ainda aquilo que já se apontava no início desta análise, que é a dimensão dos aspectos subjetivos, que dão ao indivíduo condições de compreender seu lugar no mundo, sua capacidade de interação social e a visibilidade decorrente da emancipação e da ocupação de lugares antes consagrados a públicos seletos e pouco representativos para as populações menos favorecidas. Chegar à universidade possibilita que as/os estudantes, a exemplo de

José – jovem negro e pobre da periferia – siga seu curso, bem como inspire outros a construir projetos de vida:

A pessoa chega e fala: “Ó... eu tenho orgulho de você!” [pausa reflexiva]... “você dava aula pro meu filho, hoje meu filho pega e para e fala: Ó... eu quero chegar onde ele chegou!”... que ele sempre falava: “ahhh... dá pra chegar? Então vamos!” [pausa]... e também vem a questão das invejas. Que tem gente que fala: “Ahh mas tá lá é por causa disso, é porque tem ajuda de tal pessoa...” por mais que você não tenha ajuda de ninguém, você pega e fala: “Não! Eu tô lá pelo meu esforço”, só que ninguém acredita que é pelo esforço da própria pessoa [fala contrariado]... [pausa]. Essa é a única parte ruim também, que nem sempre tem coisa boa... tem coisa ruim. Mas a melhor sensação é aquela de você tá sendo exemplo pra uma pessoa [pausa/sensação de satisfação]. Saber que aquela pessoa fala: “Ahh... eu quero é seguir seus passos, eu quero chegar pelo menos na metade do caminho que você chegou”. Aí eu pego e falo: “Não, você não vai chegar na metade, cê pode até passar de mim e chegar mais longe ainda, basta querer!”.

Não negamos o fato de que os sujeitos tenham potencialidade, muito menos que necessitam desta para alcançar espaços acadêmicos, bem como não minimizamos as capacidades e desejos que os legitimam nestes lugares, menos ainda desconsideramos as tantas iniciativas das pessoas pobres para conseguir trabalho e renda. A resiliência, a força de vontade e a persistência sempre foram marcas destas populações, inegavelmente. Entretanto, isso não basta!

A reverberação de uma concepção de que a Educação deve ser restritivamente meritocrática é lamentável. É desastrosa e cruel. Ela condena ao fracasso – imperdoável – aqueles que têm histórias fragilizadas pelas ausências do Estado, de políticas públicas, de direitos humanos básicos e ainda, como complemento, os faz sentir-se culpados por não conseguir acessar e permanecer em espaços que deveriam ser garantias básicas. Educação – assim como a assistência social, a saúde, a cultura – não é benesse, tampouco merecimento, é direito! Há que intensificar as discussões e investidas para que o direito das pessoas de querer acessar a universidades seja garantido, tal qual o mecanismo para mantê-las neste espaço, historicamente consagrado às elites, seja viabilizado aos mais pobres.

### **5.3 – A trajetória de Maria: “Não é só das escolhas... são as oportunidades que aparece pra pessoa...”**

Maria nasceu na zona rural do município, mas pelo fato de sua mãe ter tido depressão pós-parto, ela ainda bebê e o irmão, que tinha três anos de idade, passaram a morar com a avó paterna na cidade. Quando ela tinha doze anos de idade

sua avó faleceu por complicações de saúde e eles retornaram a morar com o pai que, também doente, sem condições de trabalhar, mantinha a família com a pouca renda da roça e a família recebia benefícios assistenciais do município, até que feito o Cadastro Único para programas do Governo Federal foram contemplados com o Bolsa Família. Para auxiliar nas despesas da casa o irmão fazia diárias, como trabalhador informal, no turno oposto à escola, até que completou a maioridade e conseguiu um emprego temporário, por seis meses, o que contribuiu significativamente para a manutenção das despesas da família. Mas dadas as necessidades básicas da família, assim que terminou o Ensino Médio, Maria começou a trabalhar de babá, mesma época em que chegou a fazer o cursinho para vestibular da UNEB, só que não conseguiu fazer a prova por motivos diversos até conseguir iniciar o curso, de fato, como veremos mais adiante.

Ainda sobre a trajetória educacional, ela faz questão de registrar que seu histórico escolar fora todo cumprido em Escola Pública e enaltece isso não somente pelo fato de a família ter tido pouca condição financeira (e bem longe de querer justificar o porquê de nunca ter estudado em escolar particular dada a obviedade do contexto), mas pela importância que ela dá à educação enquanto um direito básico que deve ser garantido às populações pobres e que esta política pública merece ser destacada enquanto um espaço qualificado.

E eu estudei! Eu tenho orgulho de falar que eu estudei em escola pública... [...]... é... é uma escola pública mesmo, uma escola de gente pobre! Estudei com muita gente que hoje... [pausa...] escolheu o caminho que não era o certo... escolheu... outros escolheram o caminho certo... outros desistiram... casaram... foram ser mães... novas... Outros tão igual a mim, em universidade pública... Então, muita gente escolheu outros caminhos... E eu, pra mim... Eu tenho orgulho de abrir a boca: EU ESTUDEI EM ESCOLA PÚBLICA A VIDA INTEIRA! [com bastante ênfase, pausadamente!] Eu estudei!

No processo de identificação de Maria como sendo uma jovem vinda de zona rural, que mora em bairro periférico, estudar em escola pública é contundente em seu processo de emancipação. Ela destaca, várias vezes, os olhares que desacreditam de pessoas como ela, por conta da sua origem e das condições econômicas, ao mesmo tempo que enfatiza o posicionamento daqueles que potencializam os seus sonhos e escolhas, destacando sempre seus parentes e amigos, como sendo incentivadores de sua trajetória.

Ainda que com apoio e incentivo, com um mínimo suporte financeiro e toda a força de vontade bastante típica dentre os participantes da pesquisa, ela relata,

culposamente, que realizou a prova do ENEM por anos consecutivos, mas nunca conseguia passar porque dedicava pouco tempo aos estudos, uma vez que precisava trabalhar. Com isso, seguimos ao próximo ponto que pretende aprofundar sobre o seu acesso à Universidade, de fato.

### **5.3.1 – O ACESSO: estratégias e oportunidades para chegar à Universidade**

Por mais que algumas condições de acesso sejam viabilizadas para que a pessoa em situação de pobreza chegue à Educação Superior, com a política de cotas, a isenção de taxas em vestibular, a utilização da nota do ENEM, há outros fatores contextuais que implicam nos passos da sua trajetória. A fala da participante aponta para questões muito específicas do contexto familiar, da necessidade de dedicação de tempo e esforço nas demandas e rotinas familiares as quais, em sua compreensão, lhe impediam de dedicar mais tempo aos estudos.

Aí quando eu terminei o ensino médio eu comecei a trabalhar de babá, foi... eu cheguei até fazer o cursinho para vestibular da UNEB, só que na época eu não consegui fazer a prova, por outros motivos... aí eu demorei uns dois anos pra fazer a prova, mas eu sempre fazia o ENEM. Só que eu nunca conseguia passar, porque eu acho que eu não tinha tempo pra dedicar muito aos estudos, eu não conseguia. Aí eu fiquei dois anos sem fazer faculdade! Aí em dois mil e... eu terminei em dois mil e catorze e em dois mil e dezessete eu consegui passar na UNEB pra Pedagogia e Letras. Só que nessa época eu mais meu irmão resolveu cuidar da nossa mãe, que era esquizofrênica [...] E a gente pegou e foi cuidar dela. Foi bem... [se lembrando] eu tava no primeiro semestre e eu trabalhava de babá. Aí eu tive que sair... parar de trabalhar de babá... e... e foi até com esse dinheiro que eu trabalhava de babá que eu paguei a inscrição, porque eu não consegui a isenção da prova da UNEB.

Questões das mais complexas às mais simples atravancam nas logísticas e burocracias e implicam na hora de fazer uma matrícula, de buscar a isenção na taxa do vestibular ou, como o fato de morar na zona rural e não ter acesso constante à cidade para atualizar o Cadastro Único dentro de prazos exigidos, e não conseguir o número do Número de Identificação Social – NIS no momento necessário. São trâmites que ainda embarreiram os processos, como ocorreu quando ela necessitou do seu Número de Identificação Social para isenção na taxa do vestibular e não conseguiu emitir, pois seu pai, responsável pelo cadastro familiar, encontrava-se na zona rural, tendo ela que pagar a inscrição ainda que com poucos recursos.

Eu não cheguei a conseguir o... o número do NIS pra fazer lá, que acho que precisava de alguma coisa pra comprovar que tava no cadastro... Porque eu precisava do meu pai... e porque meu pai ficava na zona rural e tinha hora

que não conseguia... Aí como era... num tava conseguindo, eu falei: “Não! Melhor fazer logo”, eu mesmo, com dinheiro que eu recebia, duzentos reais, eu falei com meu pai...

As questões acerca do CadÚnico que foram propositadamente discutidas quando apresentada a trajetória de Joana, servem como respaldo aqui, ante os impasses de Maria para utilização do número do NIS para fins de isenção da taxa do vestibular. De um modo geral, as intercorrências se repetem e as/os jovens tendem a criar seu próprio cadastro – não necessariamente pela omissão da renda e dos membros familiares – mas pela viabilidade de ser elas/as mesmos/as as/os responsáveis pelos Cadastros e ter maior gerência destes, quando necessário o acesso ao setor para utilização dos dados cadastrais.

Em suma, ainda que com estas limitações de renda e dificuldades operacionais para realizar o vestibular, Maria conseguiu a aprovação para o curso de Pedagogia e adentrou à universidade, sempre destacando como foi o processo de identificação e acolhimento na instituição, em narrativas como as que seguem abaixo, enaltecendo trajetórias parecidas com a sua que também ocupam as cadeiras da universidade pública na qual estuda.

Quando eu cheguei na universidade, na UNEB, eu me senti acolhida... Porque eu... eu encontrei histórias igual à minha... de muitas pessoas que vieram também de baixo... que não tinha outra oportunidade se não ser fazer uma faculdade... que não nasceu em berço de ouro... tiveram que lutar muito... E eu conheço muitas histórias de pessoas que até hoje trabalha, paga aluguel... e tá estudando lá... Porque é a única maneira... Saiu da zona rural pra poder fazer a universidade... E eu vi que muita gente se esforçou muito e foi onde eu... eu me apeguei.

E quando falamos sobre as oportunidades e escolhas que apontam a Educação Superior em seu projeto de vida, ela destaca o papel do seu irmão como incentivador, em uma fala que em muito representa a compreensão que muitas pessoas empobrecidas têm acerca da educação como sendo esta possibilidade de transformação, já vista também no relato dos demais participantes.

Foi através do meu irmão. Incentivo dele. Porque meu irmão sempre quis fazer faculdade. Eu sempre quis, porque eu sabia que era a única maneira d’eu crescer na vida... era através da faculdade. As oportunidades hoje em dia, por incrível que pareça, pra você ter um salário que consiga manter... ter... consiga ter algo a mais... você precisa ter o nível superior. Hoje qualquer emprego a maioria pede nível superior. Até com os tempos o ensino médio... não vai ter tanto valor... é mais o nível superior. Se você não tiver o nível superior daqui uns tempo... [pausa].

O papel do irmão de Maria é bastante característico dos esteios familiares em outros casos pesquisados, ou mesmo na trajetória de outras/os jovens que adentram na Educação Superior. Este papel, que vai para além de um provedor – no sentido mais restrito e preconceituoso da palavra – é a concepção de uma figura carregada de significados e afetos, que em muitos dos casos torna-se a pessoa imprescindível neste percurso. No caso mais específico dela, há o atenuante de que ele, muito embora deseje cursar o nível superior – inclusive já sendo aprovado no vestibular para duas Universidades Públicas – abdicou de estudar para continuar trabalhando, no intuito de manter a irmã na Universidade.

Tem muita gente de escola pública que quer fazer universidade... quer estudar... mas não tem oportunidade... não tem... Então... é igual você falou... Tem gente que vai sem nada e mete a cara e consegue... eu... eu não tenho esse horror de coisas, mas eu tive meu irmão pra me apoiar... Talvez se eu não tivesse o apoio dele pode ser que eu não estaria dentro de uma universidade...

Entende-se, pois, que as condições para que uma pessoa empobrecida acesse e permaneça na Educação Superior perpassam, muito obviamente, pelas competências, pela dedicação ao estudo e pelos processos triviais de seleção – comuns a todos aqueles que pretendem adentrar à universidade. Tudo seria igual, exceto se considerarmos o fato de que às pessoas empobrecidas a ausência de renda já é um fator desfavorável neste processo. Desde o apoio financeiro do irmão, até a utilização dos seus ganhos como babá para pagar a taxa do vestibular, o roteiro percorrido por ela aponta, evidentemente, as carências que ainda persistem e o quão dificultoso se faz ainda acessar a educação superior, ainda que seja na esfera das universidades públicas.

Como muito ousadamente avalia Boaventura de Souza Santos (2010) no tocante ao acesso na última década, a maior frustração foi justamente o não alcance da democratização do acesso, uma vez que em muitos países as exclusões de gênero, raça, classe social, dentre outras variantes, ainda continuam reproduzindo um modelo de educação superior meritocrático e pela lógica dos privilégios, o que nos alerta para o fato de que às mulheres negras e pobres, como Maria, a jornada para chegar à universidade pode tornar-se ainda mais difícil, considerada esta lógica excludente que demarca toda sua história. Vejamos, portanto, como isso se desdobra em seu percurso e permanência na universidade.

### 5.3.2 – A PERMANÊNCIA: Desafios e possibilidades para manter-se na universidade

Apesar de ser uma estudante de universidade pública, assim como os demais participantes da pesquisa, isso não diminui as preocupações e despesas decorrentes do cotidiano na academia, sobretudo em se tratando de estudantes que moram em outras cidades e precisam se deslocar diariamente para as aulas, detalhados na fala de Maria:

Tem alunos que sai duas da tarde... tem gente que sai e que mora muito longe e... tem horas que não tem condições de escolher entre uma apostila e lanchar! Como eu e minhas amigas fazia direto: ou a gente escolhia a apostila, ou a gente lanchava...! Então a gente preferia escolher a apostila... Deixava para jantar quando chegava onze e meia, meia-noite em casa... [a entonação dessa fala é carregada de inconformismo, contrariedade e certa revolta].

Considerando estas peculiaridades, para se manter na Universidade uma das maneiras iniciais foi conciliar o trabalho como babá com a rotina acadêmica. Ocorre que as condições dadas pelo próprio cotidiano vão implicando em mudanças nestas tarefas, inclusive com a necessidade de abrir mão do trabalho para cuidar da saúde de sua mãe, como relata:

E aí meu irmão falou assim: “Ó, vamos fazer o seguinte... você cuida dela durante o dia e eu cuido durante a noite e cê vai estudar... só que aí não vai ter como cê continuar trabalhando...” Que eu cuidava da criança, né? era babá... Aí eu falei: “tudo bem” “aí... nem que eu te dou R\$ 50 todo mês pra ajudar nas apostilas...” Aí foi indo...

Reparem bem na dimensão das dificuldades e dos sacrifícios que vão se impondo na trajetória de sua família. Além de abrir mão do trabalho – que muito embora fosse um valor reduzido, mas era o que garantia o pagamento de algumas despesas – o irmão passaria a direcionar uma parte do seu salário para as despesas da faculdade de Maria. As condições financeiras, ainda que desfavoráveis, foram se ajustando para dar conta das demandas acadêmicas, como ela relata:

É... apertava d'um lado, apertava do outro... apertava d'um lado, apertava do outro... A gente... cê vê que a gente aqui é humilde... cê num vê esse luxo! E tudo... ele... Graças a Deus meu irmão... Todo mundo fala que foi um rapaz que... que tinha tudo... [expressão de conformismo] a gente... a gente cresceu sem mãe... se a gente quisesse escolher o caminho do ruim a gente tinha escolhido, mas a gente escolheu o caminho do bem: estudar e crescer na vida! Pela forma correta e pela forma certa! E ele foi... e eu falo pra todo mundo: “Ele foi o meu pai e minha mãe... e tudo pra mim!” Porque ele nunca... ele sempre falava pra mim: “Estuda! é a única coisa que você vai conseguir

na vida é através dos estudos... Então cê estuda... e o que eu puder fazer por você até você terminar de estudar... [voz trêmula] eu vou fazer... o que eu puder eu vou fazer..!!!” E graças a Deus ele sempre me apoiou nessa questão...

Atualmente o que ela tem como garantia, além da ajuda do irmão, é o benefício do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 90,00 ao qual ela se refere com sendo o ID JOVEM – como sendo uma das variáveis pagas pelo Governo Federal atreladas ao Programa Bolsa Família. Na verdade, o ID Jovem é um conjunto de benefícios que viabiliza acesso a bens e serviços, como descontos em transporte e espaços públicos e não necessariamente a transferência de renda. O benefício recebido por ela enquadra-se como sendo a transferência de renda do Bolsa Família. De todo modo, este recurso é o que lhe garante o pagamento de algumas despesas básicas para a manutenção de compromissos acadêmicos, como apresenta este trecho da entrevista:

- Porque tinha as passagens no sábado e eu gastava cinco pra ir... e cinco para vir: dez reais. Além dos coletivos que eu tinha que pegar no sábado, porque no sábado não tinha transporte escolar. Aí eu gastava em torno de quase R\$ 80. Que aí eu chegava lá... tinha hora que eu não tinha tempo de almoçar aqui, eu lanchava alguma coisa lá... e foi aonde ela falou: “Porque que você não sai do cadastro do seu pai e faz o seu próprio cadastro?” Aí ela me aconselhou a fazer isso, eu fui na secretaria, graças a Deus foi aprovado e eu tô quase um ano recebendo, praticamente um ano, é o que tá me ajudando.

- Você utiliza desse recurso para essas finalidades acadêmicas?

-Todinho! É alimentação, apostila, passagem se for preciso... é os noventa reais...

Ainda que o valor seja insuficiente, ela destaca que é o que lhe vale, enquanto outros auxílios não surgem, sobretudo pelo fato de que, residindo e estudando em municípios diferentes, e prestes a começar o estágio, a rotina inviabiliza o trabalho. E, em se tratando especificamente no contexto dos programas de auxílio estudantil Maria, em seu terceiro ano de curso ainda não conseguiu ser contemplada, alegando que além de informações bastante limitadas acerca dos prazos dos editais, as vagas são reduzidas e, quase sempre, não atendem à demanda necessária.

Eu fui pra participar pelo PIBID... só que eu cheguei lá... eu fui mais a minha colega... quando eu cheguei lá eles disseram que eu precisava d'uma conta corrente no Banco do Brasil... e eu fiquei sabendo já praticamente no último dia... E eu fui no outro dia, né, pra fazer... Só que quando eu cheguei... Eu saí de lá já era uma hora... não daria tempo d'eu vir, fazer conta e voltar pra UNEB, porque eu também já não tinha condições do gasto, duas vezes, indo e voltando... Aí eu desisti. Quando eu ficava sabendo dos editais já tinha passado... quando a gente sabia já tinha passado, já tinha preenchido as

vagas... Era muita gente pra pouca vaga... [tom de descontentamento] porque tem sim os programas na UNEB: residência, tem PIBID, tem o Mais Futuro...

O PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação para os cursos de Licenciatura que prevê Bolsas de Estudos para estudantes participantes de Projetos de Iniciação à Docência na segunda metade do curso, mas não foi uma realidade ainda para Joana, que ante o número reduzido de vagas não conseguiu ser inserida no projeto. Para além das burocracias e das vagas reduzidas, faz-se importante ressaltar um outro elemento que ela destaca nestas dificuldades de acessar os editais dos Programas de Assistência Estudantil, questões que a priori podem parecer irrelevantes, mas que são factuais. Por residir em outra cidade e ir para a Universidade no transporte escolar, isso implica no fato de que chega na universidade no horário de aula e sai assim que a aula termina, sem tempo para circular no *Campus*, ou mesmo para interagir na Universidade. De certo modo ela não participa da vida no *Campus*, e isso reverbera no seu pouco acesso à rotina dentro das universidades, às informações que circulam nos murais, nos corredores e até mesmo nas alas que ficam sem ser visitadas por ela, dado o pouco tempo disponível para isso.

Ocorre que, tanto para ela quanto para as estudantes que não possuem uma renda fixa, os programas de assistência estudantil se configuram como ferramentas necessárias nas trajetórias acadêmicas, a exemplo do PIBID e do Mais Futuro. Este último trata-se do Programa de Assistência Estudantil criado pelo Governo do Estado da Bahia para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas, sendo ofertados estágios e auxílio financeiro de R\$ de 300,00 ou R\$ 500,00 mensais para quem reside até 100 quilômetros, ou a mais de 100 quilômetros do *Campus*, respectivamente (BAHIA, 2015). O que não se aplica à situação de Maria – por residir a menos de 100 km da universidade – mas que pode ser acessado por outras/os colegas do *Campus*, residentes em outros municípios, colegas de turma como ela menciona, alertando para a necessidade de ampliação destes meios, a fim de garantir a permanência de mais estudantes pobres na Universidade.

Precisa mais programas pra que alguns alunos de renda baixa permaneçam... Porque graças a Deus eu tenho esses R\$ 90 e meu irmão me ajuda... me auxilia no que ele pode. Não é muito assim, mas ele me auxilia... e a gente vai levando... graças a Deus a gente vai levando as coisas... Dá

para ir... mas tem muita gente que acho que precisa bem mais que eu... que eu conheço muita gente que chega de manhã... e fica o dia todo... Se não tiver o Mais Futuro, se não tiver participando desses programas tem que tirar do próprio bolso... tem gente que sai... que estuda à tarde... chega 11:30 da noite em casa... sai 12 horas e chega onze e meia da noite... Precisa comer alguma coisa! Por mais que tenha o transporte – graças a Deus tem o transporte escolar que leva a gente na semana... só não tem nos finais de semana, mas na semana temos o transporte escolar... que foi um dos incentivos pra muitos que não têm condições aqui [na cidade] [...] poder estudar, porque ninguém aguentava pagar passagem, principalmente quem precisa pagar duas passagens – que leva na semana...

Outra vez acho necessário, ainda que pareça enfadonho, retomar a dimensão subjetiva do espaço da academia, em todas as suas relações e tratos humanos, seja entre colegas, seja na relação institucional professor-aluno. Para Maria, o processo de afiliação e relação solidária estabelecido com as colegas de turma foi imprescindível – tanto que demonstra total preocupação com aqueles que têm renda igual ou inferior à sua – para sua permanência, tanto pelas trocas de afeto e fortalecimento dos vínculos, quando pela forma colaborativa em que até mesmo as atividades acadêmicas se desenvolvem.

As minhas amigas, elas me incentivaram... e tipo uma ajudava a outra... e fomos indo... E quando uma tirava apostila, a outra não tirava... sentava perto... e fazia... E sempre a gente foi indo... Chegou um momento que uma amiga minha não tinha o notebook, a outra tinha, a gente sentava todas três ia fazer o trabalho junto assim: digitava no mesmo notebook. Foi indo... foi indo... e as coisas tá... foi melhorando...

Essa esfera da cooperação no contexto educacional é imprescindível, tanto que deslegitima a premissa da competitividade extrema pautada no princípio da meritocracia. Um modelo educacional que prima pelo conhecimento construído na coletividade e com vistas à emancipação dos sujeitos, é o que ela expressa e o que carece de ser ampliado nas instituições de ensino. Do mesmo modo, aponta como algo extremamente necessário para o seu desenvolvimento humano a dimensão política que a instituição adota em seus processos educacionais, a exemplo das compreensões de gênero e raça que são abordados tanto em conteúdos didáticos e disciplinas, como em projetos desenvolvidos pela Universidade. Ela ressalta que o estudo destes temas foi essencial para o seu amadurecimento e para a sua convivência no percurso acadêmico, reconhecendo e apropriando-se do seu lugar de mulher negra que acessou à universidade por meio de cotas e que faz destes instrumentos potencialidades.

A Universidade ratifica algumas das construções identitárias que ela traz em sua vida, pois a compreensão de que a Educação Superior se torna um mecanismo

de empoderamento e autonomia já se apresenta como uma concepção reforçada por seu irmão, referência em seu processo educacional, tornando-se para além do suporte financeiro necessário em sua trajetória, o incentivo necessário para a continuidade do curso, expresso muito significativamente no trecho abaixo:

Eu te garanto que o apoio do meu irmão foi o... foi o que me motivou a continuar... Porque ele sempre falou: “enquanto você estudar eu vou tá do seu lado!” E ele sempre me incentivou: “Estuda! Você sabe que mulher hoje no mercado de trabalho ela recebe menos que o homem, mesmo tendo um... um nível superior... a gente sabe que tem essa desigualdade salarial... então você estuda, tenha sua independência! Estude para passar num concurso... Seja independente! Tenha a sua casa, tenha o seu carro... Se você um dia casar, bem! Se não, tenha seu filho... Você não precisa ser... submeter a homem nenhum... ficar dependente de homem nenhum... então a única coisa que eu posso te dar é os estudos... eu tô te dando...” É o que ele me dá!

Do seu lugar de jovem empobrecida, que sofre cotidianamente para manter-se na Universidade, ainda que com pouquíssimos recursos, ela consegue observar aquelas/es que ainda têm mais dificuldades que ela para permanecer na Universidade e, ao passo que denuncia estas situações de desigualdades, também aponta para a necessidade de que mais programas sejam instituídos com vistas à garantia destas/es estudantes até o final do curso.

O que tá precisando dentro das universidades é isso: Auxílios pra ajudar pessoas de baixa renda a permanecer... [fala com ênfase] [...] É... Porque chega um momento que muitos desiste... porque num... num consegue... não consegue... Alguns, graças a Deus, na minha turma que eu estudei não precisaram [desistir]... conseguiram estágio... Eu tenho uma colega minha que já tá estagiando... como monitora... estagia meio período... que igual ela falou: que ajuda ali nas apostilas... E que a gente precisaria mais disso... principalmente na Uni... Pelo menos na UNEB, que eu estudo, os programas são poucos... pra demanda de muitos alunos... Acaba sendo pouco... [uma pausa de lamento] eu não sei nas outras...

Pelo que a pesquisa aponta, as inquietações de Joana acerca de ações insuficientes para que estudantes pobres se mantenham na Universidade não são uma particularidade da UNEB, mas uma realidade que está presente em várias outras instituições e, conseqüentemente, ainda são percalços nos trajetos daquelas/es que veem a Educação Superior como uma alternativa para a transformação de suas vidas.

### 5.3.3 – COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE

Através de esforço! [a fala entona cansaço]. E força de vontade... porque se você não tiver perseverança, força de vontade e também... com poucos auxílios que tem mas... muitos graças a Deus conseguem esses auxílios... igual eu que fui beneficiada, graças a Deus, pelo IDJovem, esse, que é... que tá dentro do cadastro do Bolsa Família... que me ajuda! Por incrível que

pareça, me ajuda bastante! Principalmente na apostila... que minha preocupação mais é dentro do material pra ajudar no auxílio do conhecimento... material acadêmico... é o que me faz permanecer! E apoio... da família, dos amigos... que me faz incentivar a ficar lá dentro!

Faz-se necessário ressaltar esta relação entre configuração familiar, renda, universidades, justamente para uma melhor compreensão de como estes elementos determinam as trajetórias e como estes são expressivos, de modo que recaem sobre a vida de Maria, mas que implicam as (não) escolhas de seu irmão, bem com retratarão outras tantas realidades.

Meu irmão ele... preferiu... ele teve que... ele não preferiu... ele teve que trabalhar... Pra mim... pra ele poder manter a mim... ajudar meu pai... ajudar todo mundo... Porque ele não tinha outra escolha! Só que eu... Eu tive a escolha: entre trabalhar ou estudar porque ele me deu essa oportunidade. [...] Mas ele já falou que quando conseguir estabilizar um pouquinho mais a vida dele, ele vai fazer a faculdade dele. Ele já passou pra UNEB. Já passou na UFOB, mas ele tinha que escolher: estudar ou trabalhar. Então é nessa questão também...

De tudo, o que mais me incomoda (e comove) na história de Maria – e de seu irmão – é o sacrifício feito por ele para que ela pudesse acessar e manter-se na Educação Superior. Quando ela fala que **“Ele abriu mão de estudar pra mim estudar. Porque ele tinha que escolher: ou trabalhava, ou estudava. Então ele optou trabalhar... pra me ajudar, para mim estudar”**. É deveras nobre o que ele faz, em abdicar do estudo, para continuar trabalhando e viabilizar que ela permaneça na Universidade. Pode ser nobre, mas não é justo! Não me parece justa nem romântica essa medida de sacrifício para se ter acesso a bens que deveriam ser alcançados noutra medida.

Ela ressalta, de forma contundente, o significado que a Universidade teve em sua vida, tanto por tornar-se referência para outras pessoas, mencionando inclusive algumas primas e pessoas próximas que se viram incentivadas a entrar na Universidade depois dela, bem como enfatizando o orgulho que parentes e amigos têm ao olhar para sua trajetória e suas competências e então, afirma com veemência:

Porque eles viram que o que eu queria real... o que eu queria, eu consegui: que era entrar dentro da universidade! E eu queria entrar dentro de uma universidade pública [com ênfase na palavra pública]. Porque hoje no mercado de trabalho... e também pela qualidade – não é dizendo que as universidades particulares... que o ensino universitário particular não seja de qualidade, sim tem uma qualidade... – mas hoje quando você fala que você estuda numa universidade pública: **VOCÊ ESTUDOU! VOCÊ ESTUDOU MUITO PRA TÁ ALI!**

Isso reitera uma premissa básica da pesquisa que é a percepção acerca das pessoas pobres estarem distantes das universidades, sobretudo das instituições públicas, dadas todas as questões conceituais, políticas e econômicas que circundam este contexto. E a fala de Maria escancara isso:

Uma vez eu escutei uma pessoa falar assim: “que os filhos dos pobres estudam a vida toda numa rede pública e quando chega no nível superior vai para rede particular... e os filhos do rico estuda a vida toda na rede particular pra estudar na universidade pública” Então para mim eu queria quebrar esse parâmetro [fala batendo a mão na mesa, no compasso das frases]: Eu estudei a vida toda em escola pública, eu vou estudar em universidade pública!... Se eu estudasse em universidade particular, eu queria estudar através de bolsa, como o ProUni, o Fies, mas eu queria estudar através...

Com esta premissa da Universidade Pública como sendo direito que deve ser acessado pelas pessoas mais pobres, entende-se o quanto ainda há que se tecer no cenário das políticas sociais e educacionais com vistas à garantia a estes espaços. A compreensão da Universidade como sendo o caminho possível para a mudança de trajetórias marcadas pela privação de renda, de bens de consumo, ou mesmo de políticas públicas essenciais torna-se o fio de esperança à Maria – assim como estão postos para José e Joana – pois como ela já ressaltava na fala do seu irmão “a universidade, pra mim... os estudos... é a única maneira que eu encontro de conseguir tudo que eu preciso!”.

E trajetórias como esta seguem inspirando mais pessoas a quererem chegar noutros espaços, ainda que de forma sofrível. Cabe portanto, olhar com bastante cautela para o fato de que a medida do acesso e da permanência na educação não deve se limitar ao querer, tampouco desembocar na entrega em sacrifício para cursar este que pode ser um caminho para romper com ciclos de pobreza e exclusão. Sua medida deve ser o direito, a justiça social e a equidade.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que este estudo não busca encerrar uma discussão acerca do acesso a políticas públicas, mas refletir como as estruturas sociais (im)possibilitam alguns percursos, vale provocar: Quais são as condições, de fato, para que populações empobrecidas acessem serviços e espaços públicos, com vistas à superação da pobreza? As políticas públicas dão garantia de direitos a todos os grupos e indivíduos? Ações afirmativas e políticas sociais têm sido eficientes no sentido de possibilitar acesso a bens, serviços e direitos? São questões como essas que tendem a suscitar ainda tantos outros debates e estudos, no sentido de repensar as práticas que direcionam o fazer da política, sobretudo no intuito de romper com lógicas de dominação e garantir a participação e a justiça social, inclusive por via da efetivação de práticas que reduzam desigualdades, distâncias e exclusões em suas mais variadas formas.

Entende-se, em suma, que as políticas públicas, enquanto ações desenvolvidas e efetivadas pelos governos nas esferas municipais, estaduais e federal têm como objetivo instituir práticas que viabilizem o acesso da população a programas, projetos, serviços e benefícios, dentre outras estratégias que garantam aos cidadãos usufruir de direitos básicos, de modo a diminuir desigualdades e promover o bem-estar humano. Todavia, percebe-se, com base nas análises postas, que este processo segue lentamente na correção das faltas históricas que vitimizaram as populações pobres e ainda se apresenta demarcado por tantos estigmas e estruturas enrijecidas, que ainda inviabilizam ou dificultam que as trajetórias das pessoas empobrecidas possam ser, de fato, menos sofríveis e mais justas.

Considerando as realidades observadas, consoante aos dados e referenciais abordados, há que se reconhecer o avanço no campo das políticas sociais, programas de transferência de renda e planos para viabilizar o acesso e permanência de diferentes públicos nas Universidades. As estatísticas nos apontam para um avanço significativo neste cenário, no qual diferentes grupos, historicamente ausentes das universidades, passam a usufruir deste direito: mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, pessoas do campo e das periferias, dentre tantas outras populações marginalizadas. O espaço da academia, reservado para elites e grupos dominantes, passa a ser garantido aos empobrecidos.

Cabe aqui enfatizar – enquanto análise metodológica dos dados, mas também como um compromisso ético-político – que as pessoas empobrecidas ocupam, neste cenário, para além do lugar de sujeitos pesquisados, o espaço de detentores de outros saberes. São protagonistas de histórias as quais passam a ser demarcadas pelo acesso ao conhecimento. A reflexão acerca deste contexto possibilita, inclusive, repensar os processos acadêmicos e metodológicos que desqualificam sujeitos em detrimento da pesquisa, ou ainda reforçar a importância do papel da ciência – neste caso da sociologia, antropologia e demais áreas afins – na transformação de contextos sociais, econômicos e políticos, a partir da pesquisa a que se debruça. Neste sentido, a pesquisa se faz numa relação dialética, tanto técnica quanto afetiva.

Algo que fica bastante expressivo na pesquisa de campo é a definição das pessoas empobrecidas como sendo aquelas responsáveis – para não dizer culpadas – pela situação de desigualdade e desprovida de direitos na qual se encontram. Vale retomar aqui algo que já se discutia: a pobreza é cria e mãe das desigualdades – de um modo que estas pessoas empobrecidas estão neste lugar de marginalizadas por tantos direitos que lhes foram negados e esta mesma desigualdade acaba por inviabilizar que os sujeitos possam acessar e permanecer nos espaços. Segundo se observa, são estas políticas – como a Educação Superior – que se configuram como as possibilidades de transformação das realidades. Daí uma dupla e correlata missão: superar as amarras das desigualdades para se chegar à educação superior; e fazer da Educação Superior o instrumento para romper com os ciclos de pobreza e exclusão.

Neste bojo, atribui-se à pessoa pobre a responsabilidade – única e exclusiva – de superar a situação de exclusão na qual se encontra, como se fosse do sujeito, e não das estruturas sociais, a culpa do caos. E isso se coloca de forma tão incisiva que, internalizando, tornam-se os próprios sujeitos empobrecidos os repetidores desta acusação, pois as experiências individuais são os elementos que dão o tom a esta pesquisa que se dispõe a observar as diferentes trajetórias, tão singulares e ao mesmo tempo com tantas relações de proximidades.

Considero importante abordar estes elementos concernentes à dimensão subjetiva das pessoas pesquisadas para demarcar que, além de nos debruçar sobre a configuração das políticas públicas, destaca-se a necessidade de considerar os contextos em que os indivíduos estão inseridos para avaliar e refletir sobre a construção de suas subjetividades, problematizando, inclusive, como os espaços de

pobreza, subalternidade, segregação, exclusão e todas as questões decorrentes disso estão atrelados às individualidades dos sujeitos.

Isso implica em dizer que as situações de pobreza, extrema pobreza, vulnerabilidade e risco social em que os indivíduos se encontram não estão dissociadas do processo de construção de suas subjetividades. As questões relacionadas às violências, violações e negações de direitos são elementos que, certamente, afetam estas identidades. Destarte, faz-se importante compreender, também numa perspectiva da sociologia, que mais amplamente se debruça sobre estas questões, como as estruturas são determinantes neste processo de constituição das individualidades. E, sobretudo, destacar como os contextos de desigualdades e exclusões estão correlacionados com as construções das subjetividades dos sujeitos. Ressalta-se, pois, a importância da pesquisa que considera os aspectos subjetivos que constituem os indivíduos empobrecidos, com fulcro nos processos que demarcam a construção das identidades destes sujeitos, por entender que as estruturas sociais, econômicas e culturais às quais estão imersos são determinantes em suas trajetórias, na construção de suas individualidades, assim como a implantação e implementação de novas políticas possibilitam a transformação da realidade social destes sujeitos e de suas identidades.

Ora, todos somos afetados pelos estigmas e construções sociais, de tal modo que as impressões, compreensões e subjetividades dos sujeitos que estão em situação de pobreza e que, assistidos ou não por políticas socioassistenciais, têm suas trajetórias afetadas por todos estes marcadores e valores a eles agregados. Entende-se, com isso, que os sujeitos são formados na interação com demais indivíduos e, de forma indissociável, a partir dos elementos que constituem o contexto onde estão inseridos. Destaca-se, neste cenário, a relevância de todos os aspectos econômicos, culturais, políticos, enfim, todos os elementos que envolvem as experiências sociais. Cada indivíduo, na relação com outros indivíduos e na interação com os elementos que constituem seu contexto de relações, vai se constituindo. E colocando-se, inclusive, na condição daquele que é responsável pela sua desgraça, mas também pelo seu sucesso.

Considero, pois, que esta premissa – da culpabilização do pobre, pela própria situação de pobreza – cai por terra a partir de uma análise mais profunda de trajetórias como estas que, apesar de serem marcadas pelos esforços individuais, sacrifícios e superações, dá-se em consonância com as conquistas coletivas pela efetividade dos

direitos e pela implantação e implementação de políticas públicas que visem à equidade. Na ânsia por construir caminhos que os distanciem das desigualdades que tão fortemente se perpetuaram por tempos em suas famílias, os sujeitos da pesquisa apontam justamente a Educação Superior como sendo este instrumento de transformação. Não pretendo, com as análises postas, indicar conclusões que romantizem o sofrimento expresso nas trajetórias das pessoas que participaram desta pesquisa, tampouco utilizar qualquer teoria para justificar aquela concepção de individualização da pobreza e culpabilização do pobre. Muito pelo contrário. Pretendo aqui – em respeito a tudo que fora ao longo do estudo evidenciado – destacar que a pobreza criou, além das desigualdades, sentimentos de inferiorização e culpa internalizados pelas pessoas pobres que veem no resultado vitorioso de suas trajetórias sofridas o bálsamo para amenizar suas dores.

Lembram-se do Barão de Munchausen que, após ficar submerso em um pântano consegue salvar a si, ao seu cavalo e sua carroça puxando os próprios cabelos até se elevar? Esse é o esforço – sobre-humano – que muitos esperam das pessoas empobrecidas: retirar-se das misérias, da pobreza, do fosso no qual foram jogados – não acidentalmente – para se consagrarem enquanto ícones da superação das desigualdades. Onde se encaixa, porém, o papel do Estado neste contexto surreal? As políticas públicas, assim como as subjetividades destes sujeitos, se aplicam em realidades, distante dos contos e das fábulas. Dão-se nas lutas cotidianas para que sonhos, projetos e políticas públicas se concretizem.

Ainda que o esforço seja inerente, imprescindível e louvável – o qual muito (re)significou os percursos desta pesquisa – precisamos intensificar, justamente em reconhecimento aos esforços dados, que é responsabilidade do estado gerir e ampliar as políticas, programas e projetos que podem garantir o acesso e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior a fim de amenizar as desigualdades. E com isso reiteramos aqui a importância de tantos mecanismos que foram sendo implantados e implementados ao longo dos anos contribuindo neste processo democrático e de garantia de direitos, os quais não podem retroceder, mas sim, devem avançar para que mais pessoas consigam chegar, permanecer e concluir o ensino superior sem tantas dores.

Não se pode naturalizar a concentração de renda e os privilégios de uma minoria, que tem fácil acesso a bens e serviços, em detrimento de uma maioria, que empobrecida, tem dificuldades de participar, de ser, de estar em lugares que são

garantias legais, a exemplo deste município que tem altos índices de arrecadação, e ter pessoas que não vislumbram sequer concluir seus estudos por não ter recursos suficientes para pagar o material didático. Não me parece justo que um irmão abdique do seu sonho de cursar a Educação Superior para dedicar o seu tempo e salário para garantir que a irmã mais jovem possa trilhar este percurso. Tampouco me parece aceitável que as famílias, com apenas um salário mínimo, precisem reinventar suas composições familiares para fins de dados cadastrais com receio de terem benefícios e acessos bloqueados, andando na linha tênue da irregularidade. As regras e as burocracias ainda são bastante expressivas àqueles que pretendem, apenas, romper com os ciclos de miséria e exclusão que historicamente os constituíram enquanto marginalizados.

Faz-se importante ressaltar que, muito embora a Educação Superior tenha sido historicamente configurada enquanto um espaço inacessível para a população empobrecida, pelas tantas desigualdades que se acentuam a este público, há que se ater ao fato de que, nos últimos anos, este cenário passa a sofrer mudanças, dadas as políticas públicas, ações afirmativas e enfrentamentos na busca por direitos. Reitero, ainda, que essa pesquisa surge da inquietação dos contextos sociais que ainda reverberam desigualdades, exclusões e uma luta constante pelos direitos sociais básicos.

A análise dos relatos, à luz dos referenciais teóricos e dados estatísticos aponta para o fato de que a reconfiguração no campo da Educação Superior, como a expansão dos *campi*, a ampliação de políticas afirmativas como as cotas raciais e regionais, tal como os programas de assistência estudantil viabilizam, além do acesso e da permanência, a garantia de um percurso com mais dignidade e menos sacrifícios, ainda que estes persistam na vida das pessoas pobres.

Noutra ponta, vale destacar como as políticas sociais e os programas de transferência de renda têm se configurado enquanto subsídios para que as pessoas pobres possam, além de adquirir bens e produtos, se organizar para o acesso à Educação Superior. Ainda que com valores simplórios e insuficientes para tantas demandas e despesas de famílias que carecem de tantos itens básicos, configuram-se nas trajetórias destas famílias como sendo um elemento imprescindível para o apoio nas despesas acadêmicas ou mesmo como um elemento que viabiliza o acesso a outros espaços e políticas públicas. Diga-se de passagem, indo além da premissa básica do Programa Bolsa Família, que não prevê em seu escopo o acesso à

Educação Superior, o que se expressa através desta pesquisa, como uma interface do programa que carece, inclusive, de ser melhor abordada nas reconfigurações desta política.

E retomando então às provações iniciais do estudo, indica-se que grande parte das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família ainda não tenham acesso ao Ensino Superior, sobretudo, pela própria trajetória de pobreza e vulnerabilidade que enfrentam. E essa ausência de beneficiários do Bolsa Família na Educação Superior se mostrou bastante perceptível desde o momento inicial da coleta de dados, quando poucas foram as pessoas localizadas com este perfil dentro do município pesquisado. E, ainda que algumas pessoas tenham rompido com estruturas excludentes e conseguido adentrar à Universidade, os fatores de risco, empobrecimento e exclusão ainda se mostraram persistentes, o que dificulta a permanência destes na academia.

Talvez nesta fase do estudo eu possa problematizar e tentar (me) responder: Por que pesquisar o acesso e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior? Talvez pelo fato de que essas trajetórias se assemelhem à minha e à de tantas outras pessoas que cruzam cotidianamente o meu percurso... ou pela grande quantidade de pessoas que sonham em chegar às Universidades e ainda não o fizeram, ou ainda pela triste sina traçada diante destes que enuncia: “Pobre pra ser alguém na vida tem que ter estudo”.

Mas por que escolher as pessoas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família? Talvez pelo fato de que as pessoas pobres no Brasil precisam ter um cartão de identidade de pobre com número de identificação... e atendendo a essa codificação, as pessoas beneficiárias do Bolsa Família são as mais expressivas... certamente porque o Programa Bolsa Família é um dos maiores Programas de Transferência de Renda da América Latina e que, muito embora careça de ajustes no seu processo de execução, de aperfeiçoamento de critérios, ou mesmo de ampliação dos perfis que possam acessar os benefícios, tem sido expressivo no rol das ações para alívio imediato da pobreza e suporte para acesso a outras políticas públicas.

E, por fim, ou antes de tudo, o desafio de responder: Como é que Pobre faz Universidade? Aí, a questão é mais complexa. Tanto que este estudo certamente não tenha respostas imediatas, mas muito possivelmente possibilite reflexões e aponte caminhos para que as políticas públicas se reconfigurem na busca por equidade. Os percursos metodológicos, bem como os caminhos percorridos pelas pessoas entrevistadas, nos apontam uma série de avanços em relação às condições de acesso

e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior, tantas das quais já foram evidenciadas ao longo dessa dissertação, mas ainda apontam questões que carecem de ser revistas, tais como a necessidade de ampliação dos programas de assistência estudantil, novas políticas nos âmbitos regionais e municipais para dar suporte às pessoas que almejam entrar na Universidade, além de um contínuo combate às práticas excludentes e opressoras, que se manifestam nos preconceitos e nas resistências para que pessoas pobres possam ascender no contexto universitário e, conseqüentemente, superar as condições de injustiça nas quais se encontram.

Analisando as trajetórias de Joana, José e Maria – que muito possivelmente podem expressar as trajetórias de tantas outras pessoas empobrecidas no Brasil – identifica-se o quão penoso ainda se faz este percurso para acessar e permanecer na Educação Superior. Trânsito que, por vezes, se tenta justificar dentro de uma compreensão de naturalização da pobreza, ou mesmo de culpabilização destas pessoas. Se a culpa por ser pobre é de cada sujeito, a responsabilidade em sair da situação – na medida do (im)possível – será também personificada. E que cada um se sacrifique, à sua medida, para superar as tantas mazelas sociais que se impõem em suas trajetórias. Nada justo!

Destarte, compreende-se que o esforço de cada sujeito que teve sua história demarcada por exclusões é imprescindível para as mudanças de situações de pobreza em que se encontram, mas isso precisa ser reconfigurado na perspectiva do direito e da justiça social, que se dá à medida em que políticas públicas e programas sociais vão se consolidando no intuito de garantir que todas as pessoas tenham condições iguais para acessar a bens e serviços até que um dia, quem sabe, não haja mais a necessidade de se compreender como é que pobre faz universidade.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. L. B. Políticas da Educação Superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. **Espaço do currículo**, v. 3, n. 2, p. 501-510, set. 2010 - mar. 2011.

BAHIA. **Lei n. 13.458**, de 10 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos>>. Acesso em: 05 maio 2020.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. Cap I. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-46.

BOTTINI, J. M.; ISIDORO, F. R. H. O protagonismo feminino e o Programa Bolsa Família: do poder de escolha ao processo emancipatório da mulher beneficiária. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11. 2017, Florianópolis. Transformações, Conexões, Deslocamentos. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis, UFSC, 2018. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477265\\_ARQUIVO\\_OProtagonismoFemininoEOProgramaBolsaFamilia\\_DoPoderDeEscolhaAoProcessoEmancipatorioDaMulherBeneficiaria\(1\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477265_ARQUIVO_OProtagonismoFemininoEOProgramaBolsaFamilia_DoPoderDeEscolhaAoProcessoEmancipatorioDaMulherBeneficiaria(1).pdf)>. Acesso em 10 Jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, Brasília: 1993. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.135**, de 26 de junho de 2007. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: 2007. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CAIXA. **Cadastro Único**: o que é. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 12 mar. 2020.

CAMPELLO, T. Brasil tem primeira geração de crianças sem fome (entrevista). **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 24, n. 4 (Programa Bolsa Família na Bahia: impactos e desafios), p. 607-610, out. - dez. 2014.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: \_\_\_\_\_ (org.) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

CARVALHO, J. J. **Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília**. O público e o privado. Fortaleza, n. 3, p. 09-59, jan. - jun. 2004.

Disponível em:

<<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=265>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CAVALCANTI, H. **Congelamento de gastos retirou proteções sociais e não ajudou a reduzir déficit**. REDE BRASIL ATUAL, 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/04/congelamento-de-gastos-alem-de-prejudicar-protecoes-sociais-nao-ajudou-a-melhorar-deficit-do-pais/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CEFAI, D. Públicos, problemas públicos e arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo. (Parte 1). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 01, p. 187-312, mar. 2017.

COELHO JÚNIOR, P. J. **Executivos Negros**: racismo e diversidade no mundo empresarial. Uma abordagem socio-antropológica. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COLIN, D. R. A.; PEREIRA J. M. F. **Desafios da Seguridade Social**: Breves Considerações sobre a Organização, Controle Social e Financiamento da Assistência Social no Brasil, 2014.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L. P.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **Texto para Discussão n. 1137**: A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, nov. 2005.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017.

CRESPO, A. P.; GUROVITZ E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em

<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em: 2 fev. 2021.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.115, p.139-154, 2002.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-18, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782001000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-45, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf> >. Acesso em: 28 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539- 555, 2004. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2011.

FERREIRA, S. A. S. **Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária**: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 291–307, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7757. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650605>. Acesso em: 2 fev. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, A. P. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**. São Paulo, n. 4. p. 53–63, jul. - dez. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GOMES, I.; MARLI, M. As cores da Desigualdade. **Retratos**: A revista do IBGE, n. 11, p. 14-19, maio 2018. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GOMES, Válter; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani Viana. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico, Recife**, v. 42, n. 1, p. 106-129, jan. - jul. 2018.

GUÉRIOS, P. R. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**, v. 12, n. 1, p. 09-29, 2011.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 01, p. 61-73, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=18830&t=downloads>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Panorama dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume, 2008.

INEP. **Censo da Educação superior: divulgação dos resultados**. Brasília: set. 2019. <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/a\\_presentacao\\_censo\\_superior2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/a_presentacao_censo_superior2018.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto**. Brasília: Ipea, 2010.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió: EDUFAL, 2013.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, n.3, p. 117-141, 1994.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1967.

LAVINAS, Lena. As mulheres no Universo da Pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, n. 02, ano 04, p. 464-479, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, v, 4, n. 1, p. 25-59. 2003. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MACIEL, C. A. B. Subjetividade e Exclusão Social. In: SOUZA, J. F.; SILVA, M. V. O. (orgs.). **Democracia e Subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos**. 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010, p. 45-60.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MDS. **Bolsa Família Informa**, n. 420. Brasília: MDS, 03 jul. 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Informes/Informe%20420%20D%C3%BAvidas%20Cadastro%20FINAL.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%20420%20D%C3%BAvidas%20Cadastro%20FINAL.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **O que é**: conheça o Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 01 jul. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em 09 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Informações Sociais**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Informações Sociais**. Brasília: MDS, 2019. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: nov. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Cadastro Único**: famílias/pessoas por faixa de renda per capita – MI Social. Brasília: MDS, 2020a. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/cadastro-unico-familias-pessoas-cadastradas-por-faixas-de-renda>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Informações Sociais**. Brasília: MDS, 2020b. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

MEC. **Portaria Normativa n. 39**, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Documento Referência para o Fórum Nacional de Educação Superior**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/forum/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/forum/documento_base.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Planejando a Próxima Década**: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 09 abri. 2017.

\_\_\_\_\_. **ENEM** – Apresentação. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Cadastro e-MEC**: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior. Brasília: MEC, 2020b. Disponível em <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

MESSENBURG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade**

**e Estado**, v. 32, n. 03, p. 621-647, set. - dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-621.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

MONTEIRO, D. A. A. **Avaliação de políticas públicas como indutora de aprendizagem**: percepção de gestores estaduais e municipais sobre o Programa Bolsa Família. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul. - dez. 2001.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, A (org.). **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006, p. 102-106. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PAUGAM, Serge (Org.). **A desqualificação social**: ensaios sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PASSOS, Luana. Programa Bolsa Família: mecanismo de proteção de direitos sociais fundamentais? **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 24, n. 4 (Programa Bolsa Família na Bahia: impactos e desafios), p. 611-624, out - dez 2014.

PENA, R. F. A. **A pobreza no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

POMPONET, A. **Conceitos e preconceitos no debate recente sobre o Bolsa Família**. Salvador, 2010.

REIS, D. B.; TENÓRIO, R. M. **Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior**—um debate em curso. Cadernos ANPAE, v. 8, p. 1, 2009.

ROCHA, S. **Transferências de Renda**: o fim da Pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAGI. **Vis Data 3 beta**. Brasília: MDS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3>>. Acesso em: março 2020.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009

SGANZERLA, C. R.; BORGES, E. Quem são e onde estão os pobres da Bahia. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 24, n. 4 (Programa Bolsa Família na Bahia: impactos e desafios), p. 657-670, out. - dez. 2014.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SILVA, P. B. G. e; SILVÉRIO, V. R.(orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.

SILVA, S. A. **Travessias improváveis**: permanência de estudantes das camadas populares no curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SINGER, A. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. São Paulo: Novos Estudos, 2009.

SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil, cap. 8. In: SADER, E. (org.). El ajuste estructural em América Latina: costos sociales y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 171-185. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Questões pendentes na configuração de uma Política Social: uma síntese. **Série Caderno FLACSO**, Rio de Janeiro: n. 10, dez. 2014. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2014/12/N10-LauraTavaresSoares.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSATI, A. Desafios do sistema de proteção social. **Le Monde Diplomatique**. Brasil, ed. 18, 04 jun. 2009. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/desafios-do-sistema-de-protecao-social/>>. Acesso em 02 nov. 2017.

UNEB. **Resolução n. 1.339/2018**, de 13 de julho de 2018. Disponível em: <[https://portal.uneb.br/reitoria/wp-content/uploads/sites/7/2018/07/1339-consu-reserva\\_vagas.pdf](https://portal.uneb.br/reitoria/wp-content/uploads/sites/7/2018/07/1339-consu-reserva_vagas.pdf)>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

UFOB. **Resolução n. 009/2015**, de 23 de novembro de 2015. Barreiras: UFOB, 2015. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/proaf/wp->

content/uploads/sites/65/2019/04/UFOB\_Resoluc%C3%A3o-009-2015-CONCEPE-1.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Tá com dúvida?** A gente explica tudo para você! Barreiras: UFOB. Disponível em: <<https://www.ufob.edu.br/ingresso/index.php#pb-content-466>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

VARGAS, H.; HERINGER, R. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. *Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, n. 25, p. 1-33, 2017. Acesso em: 2 fev. 2021.

VIEIRA, E. G. S. **Acesso e permanência de beneficiárias/os do Programa Bolsa Família na Educação Superior**. 2017. 20 f. Trabalho de conclusão (Especialização em Docência do Ensino Superior) – Coordenação de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação, Santa Maria da Vitória, 2017.

WILLIAMS, P. O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família. **Revista Três Pontos**: Minas Gerais, v. 11, n. 1, p. 18-31, jan. - jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3274>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, Aug. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 fev. 2021.

**APÊNDICE A - Questionário de identificação do perfil de beneficiários do Bolsa Família no ensino superior**

**1 - Nome (e Nome Social no caso de pessoas trans)**

R.:

**2 - Data da Nascimento**

R.:

**3 - Naturalidade**

R.:

**4 - Sexo, Gênero e Orientação Sexual**

R.:

**5 - Cor/raça**

R.:

**6 - Endereço/Localidade**

R.:

**7 - Liste os membros da sua composição familiar atual e o grau de parentesco: (Ex: Maria de Lourdes – Mãe; José Oliveira – pai. Obs.: Entende-se por composição familiar as pessoas que vivem no mesmo domicílio e possuem vínculos afetivos, não necessariamente sanguíneos)**

1 -

2 -

3 -

**8 - Você Trabalha? Qual a ocupação?**

R.:

**9 - Qual a sua renda mensal?**

R.:

**10 - Quantas pessoas (além de você) possuem renda fixa na família?**

R.:

**11 - Qual o valor total da renda de sua família (incluindo a sua renda)?**

R.:

**12 - Qual o valor recebido pelo Programa Bolsa Família?**

R.:

**13 - Qual Faculdade/Universidade, o Curso e o Semestre que está cursando?**

R.:

\*\*

## **APÊNDICE B - Roteiro de entrevista**

- Apresentação do pesquisador
- Apresentação do escopo da pesquisa
- Apresentação do método da entrevista e assinatura do Termo de Livre consentimento

### **1° BLOCO: ACESSO (Trajetórias e memórias)**

História e trajetória de vida;

Configuração e relação familiar;

Quais as motivações, incentivos, referências, para entrar na universidade

O percurso na educação básica (da participante e da família);

Programas Sociais (Bolsa Família e outros)

Aspectos socioeconômicos da família (trabalho, renda, etc.);

Os mecanismos utilizados para chegar à universidade (cursos, provas, programas, etc.);

### **2° BLOCO – PERMANÊNCIA (Os percursos de resistência)**

A Rotina Acadêmica;

Afiliação - Identificação com curso/instituição;

Questões financeiras;

O uso do benefício do Programa Bolsa família

Programa de Assistência Estudantil

Outras estratégias e mecanismos utilizados para se manter na universidade

### **3° BLOCO – EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS (O que fica da jornada...)**

Percepção das questões de raça e gênero;

Lugar de origem e de vivência (e de fala);

Relações afetivas e de apoio (família, amigos, companheira/o...);

Expectativas e percepções das pessoas sobre a trajetória;

Emancipação, participação, formação, militância;

Projeto de vida.

“Como é que pobre faz universidade?”

- Agradecimentos

### APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este termo versa sobre o consentimento para participar da Pesquisa: “Acesso e Permanência de Beneficiários do Programa Bolsa Família na Educação Superior”, desenvolvida por Eric Gamaliel dos Santos Vieira, discente do Mestrado em Ciência Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação do Professor Dr. Antônio Eduardo e co-orientação da Professora Doutora Georgina G. dos Santos. O Objetivo central da Pesquisa é analisar a trajetória de beneficiárias/os do programa Bolsa Família e sua relação com a Educação Superior, buscando refletir sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e subjetivos que permeiam as histórias de pessoas empobrecidas no acesso às políticas públicas, analisando elementos que interferem no processo de emancipação dos sujeitos, consoante ao acesso e permanência na Educação Superior.

Por meio deste termo fica consentido que o pesquisador realizará entrevista compreensiva, registrando-a em áudio, além de transcrever, analisar e utilizar trechos da entrevista na publicação do trabalho, preservando a identidade da/o participante. Esta entrevista não gera ônus ou qualquer remuneração para a/o participante, pois trata-se de colaboração voluntária, tendo liberdade para interromper a participação em qualquer momento.

O pesquisador se compromete a: utilizar os conteúdos exclusivamente para fins desta pesquisa; garantir a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas; prestar orientações sobre quaisquer dúvidas que a/o participante tiver a qualquer momento da pesquisa; informar sobre endereços e telefones para contatos necessários; e disponibilizar a versão final da Pesquisa.

Este termo segue assinado em duas vias, uma para o pesquisador e outra para a/ participante.

\_\_\_\_\_ – BA, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

\_\_\_\_\_  
Eric Gamaliel dos Santos Vieira

RG.:

Contatos:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo livremente em participar:

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o participante / RG: